

UMA HISTÓRIA DAS ESQUERDAS NO INTERIOR PAULISTA



Fabiana R. de A Junqueira
Rodrigo Sarruge Molina
Organizadores

UMA HISTÓRIA DAS ESQUERDAS
NO INTERIOR PAULISTA

Fabiana R. de A Junqueira
Rodrigo Sarruge Molina
Organizadores

UMA HISTÓRIA DAS ESQUERDAS
NO INTERIOR PAULISTA

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2025



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Foto da capa de autoria de Nelson Campo. Arquivo Particular. Protestos em 1974 no centro de Piracicaba contra a presença do Ministro da Educação na cidade

Copyright © by autor, 2025.

U48 - JUNQUEIRA, F. R. de A; MOLINA, R. S. (Orgs.). Uma história das esquerdas no interior paulista. Uberlândia: Navegando Publicações, 2025.

ISBN: 978-65-6070-080-2



10.29388/978-65-6070-080-2-0

Vários Autores

1. Educação 2. Esquerdas 3. Luta de Classes I. Fabiana R. de A Junqueira; Rodrigo Sarruge Molina. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Índice para catálogo sistemático

Educação

370

Navegando Publicações



NAVEGANDO
www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Bretas – IFIM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Elbiano Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UFSB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Alicia Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisonio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Niš / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidad de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – El Colegio de Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de Ia Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de Historia de Cuba y Cuba – Cuba

SUMÁRIO

Introdução	6
<i>Fabiana R de A Junqueira - Rodrigo Sarruge Molina</i>	
Movimento Estudantil Sorocabano: Além da Noite do Beijo	16
<i>Carlos Carvalho Cavalheiro</i>	
A forja do aço vermelho: o comunismo e os trabalhadores metalúrgicos em Piracicaba após a Segunda Guerra Mundial	40
<i>Fabiana R de A Junqueira</i>	
Contribuição à memória da esquerda no interior conservador do estado de São Paulo: Limeira	65
<i>José Claudinei Lombardi - João Geraldo Lopes Gonçalves</i>	
O governo democrático-popular petista em Piracicaba (1989-1992)	110
<i>José Machado</i>	
Tão perto e tão longe: militantes locais e anticomunismo nas páginas de “o eco”, na Segunda Guerra Mundial	138
<i>Marcos Paulo da Silva</i>	
O movimento estudantil no interior paulista e a resistência à ditadura: os acadêmicos de Piracicaba/SP (1964 a 1982)	164
<i>Rodrigo Sarruge Molina</i>	
O levante comunista de 1949 em Fernandópolis, noroeste paulista: memória, luta pela terra	195
<i>Vagner José Moreira</i>	
Uma breve biografia dos autores	222

Introdução*

A produção desta coletânea nasceu de dois moradores de Piracicaba, interior do estado de São Paulo, entre os anos de 2021 e 2024. Aquilo que uniu os organizadores sempre foi a falta de trabalhos acadêmicos, jornalísticos e históricos que tratassem das lutas contra-hegemônicas no interior, pois a maior parte das análises são concentradas nas grandes regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, o nosso estudo partiu de uma pergunta central: existiram esquerdas no interior?

Propositalmente, os organizadores optaram por flexionar a expressão sempre no plural: esquerdas. Isso porque, a acepção de esquerda por nós defendida é abrangente e engloba variadas tendências. Do mesmo modo, os autores dos textos publicados não possuem a pretensão de contar a história das esquerdas nas pequenas e médias cidades paulistas ou uma história total das esquerdas, considerando apenas uma perspectiva regional. Entendemos que há sempre inúmeras possibilidades de análise do passado e, por essa razão, o artigo indefinido “uma” foi utilizado no título. Entretanto, uma questão preliminar precisa ser elucidada. Como conceituar a esquerda ou, como preferimos, no plural, as esquerdas? Essa é uma tarefa árdua, mas necessária para iniciarmos a leitura dos diferentes trabalhos reunidos neste livro.

É conhecido o fato – presente inclusive em livros didáticos – de que os vocabulários “esquerda” e “direita” vêm do ambiente radical da Revolução Francesa. Entre 1789 e 1791, a Assembleia Constituinte da França se dividiu com relação à questão do veto real e dos poderes reservados ao rei. Os radicais se colocaram fisicamente à esquerda da câmara,

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.06-15

quando vistos a partir da cadeira do presidente, enfrentando os conservadores, que se colocaram à direita. A esquerda, a partir desse momento, passou a ser identificada pela defesa da abolição do veto real, pelo posicionamento em prol de um Legislativo em câmara única, um Judiciário eleito e não nomeado, a supremacia do Legislativo, ao invés da independência dos poderes e um executivo forte e, principalmente, o direito de um voto para cada homem. Durante a ditadura jacobina, acrescentaram-se outros pontos, entre eles, o anticlericalismo. Da mesma maneira que esse pacote sobreviveu à Revolução Francesa e dominou grande parte das lutas políticas do século XIX, a disposição dos assentos prevaleceu. Em diferentes partes do mundo, generalizou-se o uso dos termos “esquerda” e “direita”.

Apesar da explicação didática, a díade esquerda-direita é de difícil definição, pois, além de ambíguas, estão sempre sofrendo mutações. Elas são essencialmente variáveis e, de acordo com as circunstâncias, adquirem diferentes significados, transformando-se de acordo com o lugar de quem a define e quando o faz. Assim, um homem/mulher do século XX pode ser desqualificado(a) por pertencer ao antigo Partido Comunista do Brasil ou ser celebrado(a) pelo mesmo fato. Não raramente – e como veremos nos textos apresentados nesta obra –, homens e mulheres foram presos e perseguidos pelo seu pertencimento a um partido de esquerda, enquanto, em outros momentos – menos frequentes, é verdade, dada a predominância dos grupos conservadores nas escalas de poder no transcorrer da história brasileira – foram reverenciados. Nesse sentido, a busca por uma definição é uma tarefa hercúlea e até mesmo vã. Todavia, os organizadores desta obra concordam com uma aceção justa e que se encaixa aos propósitos desta publicação. Essa foi feita por Norberto Bob-

bio. Para esse pensador, “De esquerda seriam as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade”¹.

A despeito de compreender as esquerdas sob esse ângulo – como forças e lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade –, os partícipes desta coletânea não buscaram publicar uma versão romântica das esquerdas no interior de São Paulo. A história das esquerdas em todo o mundo contém episódios de violência e em muitos momentos foi manchada por decisões errôneas.

Apesar de reconhecer as derrotas e as limitações das esquerdas ao longo dos séculos, entendemos que os sujeitos envolvidos com as esquerdas também contribuíram para ganhos concretos, conquistas que nos levaram para uma sociedade menos injusta. No Brasil, eventos que vão desde a abolição da escravatura até a elaboração da CLT foram bandeiras de luta e frutos da ação de personagens das esquerdas. Nesse sentido, esta obra não é um exercício de nostalgia, mas foi publicada com a convicção de que estudar História é importante, particularmente após um governo negacionista e de feições neofascistas como aquele que presidiu o Brasil entre 2019 e 2022.

A história das esquerdas sempre foi a história das lutas pela igualdade e por mudanças e contra governos ou sistemas que liquidam completamente a potencialidade humana. Durante os últimos anos, algumas amnésias apagaram parte essencial do passado brasileiro e, sobre essas circunstâncias, os historiadores devem invocar o aspecto crucial da sua disciplina: continuidades e rupturas. É verdade que a paisagem política do nosso tempo é bastante distinta daquela do século

¹ BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.

XX. O ano de 1989 foi marcado pela desintegração da União Soviética e, por uma drástica reestruturação capitalista, o mundo se transformou. No Brasil, a década de 1980 assistiu a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que passou por inúmeras metamorfoses da sua fundação, ocorrida no Colégio Sion, em 1980, até a conquista, com Lula, da presidência da República, em 2003. O partido passou da concentração nos movimentos sociais para uma dinâmica absorvente dos calendários políticos eleitorais e de um partido de lideranças sociais para um partido da “grande política”.

O PT surgiu em um contexto histórico muito diverso daquele do Partido Comunista. Esse último, fundado em 1922, percorreu grande parte do século XX como o principal partido de esquerda do Brasil. A linguagem do PCB, centrada na luta contra o imperialismo inglês e norte-americano, na classe – cuja imagem central remetia ao operário do sexo masculino e da indústria – e na revolução comunista, foi dividindo espaço, em meados do século XX e particularmente após 1989, com outras perspectivas. Novas forças energizaram as esquerdas em diferentes países do mundo, incluindo o Brasil. Algumas delas estão presente no século XXI. O feminismo foi, sem dúvidas, o mais importante desses movimentos emergentes, mas também surgiu a ecologia radical, unindo formas inesperadas de ativismo popular, além, é claro, de importantes questões referentes à raça e à etnicidade, que foram, pouco a pouco, conquistando espaço cada vez maior nos embates políticos.

Assim – ao considerarmos as diversas rupturas e continuidades da História –, é possível dizer que a desintegração do socialismo soviético, no contexto do mundo após a Guerra Fria, pareceu para alguns intérpretes apressados o fim das esquerdas. No Brasil, e em muitos outros países, as lutas, os su-

jeitos e os partidos de esquerda têm resistido e, embora constantemente atacadas, trazem bandeiras de batalhas ainda não vencidas. As esquerdas vivem! Nessa coletânea, são compreendidas no sentido amplo, como partidos, movimentos, organizações, coletivos e frentes políticas. A partir de uma perspectiva plural e que engloba diferentes orientações, também foram considerados os movimentos sociais, políticos e sindicais, assim como foram incorporados nos capítulos aqui apresentados aspectos das trajetórias de militantes e/ou lideranças.

O impacto decisivo da trajetória, do pensamento e da ação das esquerdas na história das instituições, da sociedade e das ideias não passou despercebido no meio intelectual. Desde a década de 1970 até os dias de hoje, as esquerdas constituíram objeto de estudo para inúmeros pesquisadores brasileiros de diversas áreas das ciências humanas: historiadores, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos têm oferecido, cada um no seu campo, com as suas próprias metodologias, importantes contribuições para a compreensão desse passado. Nos anos de 1980, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) formou um Grupo de Trabalho sobre os Partidos e Movimentos Sociais de Esquerda, que se tornou um espaço de aglutinação, debate e divulgação de pesquisas sobre o tema. Alguns anos mais tarde, na década de 1990, na Associação Nacional de História (ANPUH), o grupo continuou desenvolvendo os seus estudos. Além dele, há na ANPUH o GT Mundos do Trabalho, no qual sempre houve um espaço muito grande para a história das esquerdas e dos movimentos sociais. Na área da Educação, há um destaque para o grupo de estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Afora essas iniciativas, em vários Programas de Pós-Graduação e Cursos de Gradu-

ação nas diversas disciplinas que constituem as Ciências Humanas, teses, dissertações e monografias se concentraram no passado das esquerdas.

Entretanto, poucos estudiosos se debruçaram sobre as esquerdas nas pequenas e médias cidades do interior, preferindo a observação e a análise dos grandes centros urbanos, como a capital São Paulo. Esta coletânea buscou, de algum modo, contribuir para a mudança desse quadro de pesquisas. Os capítulos reunidos nessa coletânea não abrangem todas as cidades do interior paulista, mas trazem ao público parte importante do passado de homens e mulheres das esquerdas em algumas regiões ainda pouco analisadas pelas pesquisas acadêmicas.

Seguindo a ordem alfabética dos autores, o primeiro capítulo, de autoria de Carlos Carvalho Cavalheiro, intitula-se: “Movimento estudantil sorocabano: além da Noite do Beijo”. Nele, o autor recupera uma ação do movimento estudantil sorocabano em 1968 como resposta à prisão de estudantes durante o Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), ocorrido alguns dias antes. De acordo com o autor, essa memória é importante, por transcender a percepção equivocada de que durante a vigência do Regime Militar (1964 – 1985), a única mobilização de estudantes da cidade de Sorocaba (SP) teria sido o evento que ficou conhecido como “Noite do Beijo”, um protesto contra a emissão de portaria de juiz de direito proibindo beijos em locais públicos. A ação dos estudantes secundaristas e universitários de Sorocaba, dentro do contexto de manifestações do ano de 1968, demonstrou que o enfrentamento à repressão ditatorial ocorreu ao longo de todo o período militar.

O segundo capítulo – “A forja do aço vermelho: o comunismo e os trabalhadores metalúrgicos em Piracicaba

após a Segunda Guerra Mundial” –, da historiadora Fabiana Junqueira, analisou a participação dos militantes comunistas na construção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Piracicaba. Ao se concentrar em uma cidade com longa tradição canavieira, a pesquisadora retratou as intrincadas relações entre os metalúrgicos simpatizantes ou filiados ao Partido Comunista e as questões referentes a terra entre 1945 e os anos de 1950. Ademais, o indício da importante participação dos comunistas na formação do movimento operário piracicabano foi uma das questões centrais da autora, que demonstrou, a partir da análise de fontes locais e do estado, que a militância de esquerda atuou de forma enérgica em Piracicaba.

O terceiro capítulo conta com um número maior de páginas, quando comparado aos demais textos da coletânea, pois é o resultado do trabalho de dois autores, José Claudinei Lombardi e João Geraldo Lopes Gonçalves. Neste estudo, intitulado “Contribuição à memória da esquerda no interior conservador do estado de São Paulo: Limeira”, os escritores dissertam sobre as suas memórias durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. As trajetórias dos dois autores – um professor universitário e o outro sindicalista – se cruzaram na fundação e organização do diretório do Partido dos Trabalhadores em Limeira e revelam tramas pouco conhecidas pela população das pequenas e médias cidades do interior.

O quarto capítulo – “O governo democrático-popular petista em Piracicaba” –, escrito pelo economista e político José Machado buscou explicar, segundo a ótica do próprio escritor, como foi possível uma candidatura do Partido dos Trabalhadores ter saído vitoriosa nas eleições de 1988 no mu-

nicípio de Piracicaba, considerando a compreensão corrente de que se trata de um partido de esquerda, declaradamente socialista, como está expresso no seu manifesto de fundação e o fato de Piracicaba ser reconhecidamente uma cidade representativa do conservadorismo que impera hegemonicamente nas cidades interioranas do estado de São Paulo. Machado apresentou importantes considerações sobre a governabilidade daquela época, explicando como foi possível governar, de um lado, com poucos recursos orçamentários e financeiros, num quadro de crise econômica nacional, com recessão e inflação galopante e, de outro, enfrentando uma correlação de forças amplamente desfavorável na Câmara Municipal. Por fim, o autor tratou dos projetos concretizados ou deflagrados ao longo dos quatro anos de governo que se constituíram em “marcas de governo” e que podem ainda hoje ser considerados como detentores de viés moderno e progressista.

Marcos Paulo da Silva, no texto intitulado “Tão perto, tão longe: militantes locais e anticomunismo nas páginas de O Eco na Segunda Guerra Mundial”, tratou de forma contextual das representações em torno do tema comunismo, construídas nas páginas do semanário O Eco, periódico fundado em 1938, em Lençóis Paulista, com ligação com a colônia italiana da região e o silenciamento do veículo em relação à repressão aos militantes comunistas locais. No complexo de variáveis culturais e políticas que constituem o contexto desta pequena localidade no interior paulista na década de 1940, o capítulo pretendeu elucidar as contradições inscritas nas entrelinhas do então único jornal local lençoense sobre o tema comunismo, identificando os personagens locais que eram exaltados nas páginas do periódico e aqueles que foram silenciados, em decorrência da sua militância.

O sexto capítulo, de autoria do historiador Rodrigo Sarruge Molina – “Movimento estudantil no interior paulista na resistência à ditadura: os acadêmicos de Piracicaba/SP (1964 a 1982)” –, analisou pela ciência da História e o método materialista histórico e dialético a resistência de parte do Movimento Estudantil na cidade de Piracicaba/SP desde o golpe de 1964 até o fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985. Embora a literatura e a historiografia concentrem o seu foco nas grandes capitais, este estudo buscou demonstrar que as lutas travadas no interior paulista também foram importantes para fomentar a resistência e a redemocratização do país, como foi o caso do interior paulista e a cidade de Piracicaba, que sediaram dois grandes congressos da UNE na década de 1980 em articulação com a Prefeitura e a Unimep. As principais fontes primárias foram perquiridas no Arquivo do Estado de São Paulo e no acervo da Universidade de São Paulo.

Por fim, o último capítulo, “O levante comunista de 1949 em Fernandópolis, Noroeste paulista: memória, luta pela terra”, de Vagner José Moreira teve como objetivo, evidenciar o processo histórico e social de construção de memórias sobre o movimento social dos trabalhadores em junho de 1949 em Fernandópolis, comumente conhecido como levante comunista ou movimento de revolução agrária. Utilizando-se de processos criminais, inquéritos policiais, prontuários do DOPS, imprensa e a fonte oral, o autor desvenda o processo histórico e social de construção das memórias sobre o movimento social dos trabalhadores de junho de 1949, as experiências de luta pela terra e a militância política em Fernandópolis. Tais incursões levaram o autor a identificar a memória como um dos lugares da disputa pela hegemonia na cidade e o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 como a expressão de memórias divididas e culturas de classe.

Esperamos que essa obra faça sentido para a reorganização das esquerdas diante do renascimento de movimentos fascistas e nazistas em comunhão com o ultraliberalismo e o neoconservadorismo. Nesta segunda década do século XXI, o desafio de luta e resistência para as correntes de esquerda é gigantesca e esperamos que essa coletânea colabore com algumas reflexões.

Fabiana R de A Junqueira
Doutora em História Social do Trabalho pela
Universidade Estadual de Campinas

Rodrigo Sarruge Molina
Doutor em Educação pela
Universidade Estadual de Campinas
Docente Adjunto da
Universidade Federal do Espírito Santo

Referências

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados** de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

FERREIRA, Jorge; REIS Daniel Arão. **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia** - A história das esquerdas na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

Movimento Estudantil Sorocabano: Além da Noite do Beijo*

Carlos Carvalho Cavalheiro

Possivelmente, a maior – ou ao menos a mais conhecida – manifestação de jovens de Sorocaba durante a Ditadura Militar tenha sido a “Noite do Beijo”, ocorrida em 7 de fevereiro de 1981, em um protesto contra a portaria do juiz de direito Manuel Morales, que proibia os namoros com beijos nas praças públicas (Cavalheiro, 2001, p. 75; Batistella, 2009, p. 11).

Cerca de 5 mil jovens lotaram a Praça Coronel Fernando Prestes para se manifestar contra a medida. Como ainda vivíamos num Regime Ditatorial, o protesto terminou em conflito com a Polícia Militar. O evento se associou à história do movimento estudantil, já que muitos dos jovens presentes eram estudantes (Fazano; Pelegri, 2009, p. 63).

Entretanto, a participação dos estudantes sorocabanos em protestos durante a Ditadura Militar não se restringiu a esse episódio. Na onda das manifestações de 1968, os estudantes sorocabanos também estiveram presentes.

O ano foi conturbado e em maio ocorreram protestos estudantis na França. De acordo com o site Brasil Escola,

O maio de 1968 iniciou-se a partir das mobilizações realizadas por estudantes franceses na Universidade Paris, em Nanterre (região metropolitana de Paris). O fortalecimento do movimento estudantil na França (e no mundo) está diretamente relacionado com o

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.16-39

aumento no ingresso de jovens na Universidade. Esse fenômeno tem relação com o desenvolvimento da Europa Ocidental no pós-guerra¹.

Logo, diversas partes do mundo seriam incendiadas com essas mesmas ideias de liberdade. No Brasil, as capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tiveram as ruas tomadas pelos estudantes que exigiam liberdade e democracia, depois de quatro anos de Regime Militar. Como bem salientou o historiador Eric Hobsbawm, mesmo que as manifestações de 1968 sejam mais culturais do que políticas,

[...] essa rebelião ajudou a politizar um número substancial da geração estudantil rebelde, que naturalmente se voltou para os inspiradores da revolução radical e total transformação social (Hobsbawm, 1995, p. 432).

No Brasil, os estudantes procuravam se reagrupar na entidade máxima da sua representação: a União Nacional dos Estudantes (UNE). Surgida no final da década de 1930, num período de crescimento de correntes ideológicas do fascismo (como o integralismo), a UNE almejava, desde o berço, a defesa dos ideais de democracia, assim como a abertura de espaços para a participação dos estudantes nas decisões políticas do país.

De acordo com o material de divulgação da entidade, a história do surgimento da UNE pode ser resumida da seguinte forma:

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho

¹ Ver mais em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/maio-1968.htm> Acesso em: 05 jul. 2021.

Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939.

Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão do maior conflito humano da história, a segunda guerra mundial. Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde início ao nazifascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra. Entraram em confronto direto com os apoiadores do fascismo, que buscavam maior espaço para essa ideologia no país. No calor do conflito, em 1942, os jovens ocupam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo 132, Rio de Janeiro, tradicional reduto de militantes nazifascistas. No mesmo período, o Brasil entrava oficialmente na guerra contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. Naquele mesmo ano, o presidente Vargas concedeu o prédio ocupado do Clube Germânia para que fosse a sede da União Nacional dos Estudantes. Além disso, pelo decreto-lei n. 4080, o presidente oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros².

Com o recrudescimento do Regime Ditatorial e estimulados pelo contexto mundial pautado pelas manifestações de contestação lideradas pela juventude, os estudantes brasileiros, especialmente arregimentados em torno da UNE, pas-

² Ver mais em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em: 01 out. 2022.

sam a mostrar o seu descontentamento por todos os meios que lhe eram facultados. Nesse sentido, o historiador Boris Fausto argumenta que “em 1968 as mobilizações ganharam ímpeto. 1968 não foi um ano qualquer” (Fausto, 1999, p. 477).

De fato, naquele ano de 1968, jovens de diversas partes do mundo desejavam reconstruir um mundo com valores distintos daqueles até então legados, geração após geração, por tradições e escorados no capitalismo. A letra quase anárquica de “É proibido proibir”, canção defendida por Caetano Veloso, no III Festival Internacional da Canção, realizado no Ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, era o termômetro que media o clima contestatório daquele momento: “Me dê um beijo, meu amor: / Eles estão nos esperando / Os automóveis ardem em chamas / Derrubar as prateleiras, / As estátuas, as estantes, / As vidraças, louças, livros... Sim. / E eu digo ‘sim’ / E eu digo não ao ‘não’ / E eu digo: é proibido proibir”.

Nesse mesmo Festival, a canção “Caminhando (Para não dizer que não falei das flores)”, de Geraldo Vandré, apesar de ter ficado em segundo lugar, tornou-se um hino de resistência à ditadura civil-militar. Ampliando ainda mais o contexto desse período, Boris Fausto nos ensina que:

Em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um mundo novo. Nos Estados Unidos, houve grandes manifestações contra a Guerra do Vietnã; na França, a luta inicial pela transformação do sistema educativo assumiu tal amplitude que chegou a ameaçar o governo De Gaulle. Buscava-se revolucionar todas as áreas do comportamento, em busca da liberação sexual e da afirmação da mulher. As formas políticas tradicionais eram vistas como velharias e esperava-se colocar ‘a imaginação no poder’. Esse clima, que no Brasil teve efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, especialmente na música popular,

deu também impulso à mobilização social. Era um árduo caminho colocar ‘a imaginação no poder’, em um país submetido a uma ditadura militar. O catalisador das manifestações de rua em 1968 foi a morte de um estudante secundarista. Edson Luís foi morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março, contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante do Calabouço. Seu enterro e a missa rezada na igreja da Candelária foram acompanhados por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências (Fausto, 1999, p. 477 - 478).

Tais manifestações de contestação ao Regime Militar foram frequentes e relativamente bem documentadas nos grandes centros urbanos, sobretudo o Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, elas teriam ocorrido nas cidades interioranas, ao menos de médio e grande porte? É campo novo, basicamente intocado ainda pela historiografia, o estudo e a pesquisa sobre a mobilização de resistência à ditadura civil-militar (1964 – 1985) ocorrida nas cidades do interior. No Estado de São Paulo, um dos episódios que ganhou certa notoriedade foi a tentativa de realização do Congresso da UNE na cidade de Ibiúna. Porém, como se verificará adiante neste capítulo, a frustração da realização desse Congresso serviu de estímulo para a ocorrência de manifestações estudantis em cidades do interior paulista. No caso específico tratado neste capítulo, isso acontece com a ocorrência de uma manifestação em Sorocaba em um protesto, pela repressão ao Congresso da UNE e ao movimento estudantil.

O Congresso da UNE

Cabe aqui um preâmbulo para tratar do Congresso da UNE, frustrado pela intervenção das forças ditatoriais de repressão que realizaram a prisão de diversos estudantes.

A UNE já havia sido perseguida pelo Regime Militar logo no seu alvorecer. Qualquer organização era vista com desconfiança pelo governo que se instalava após o Golpe de 31 de março de 1964. Isso ocorria, sobretudo, uma organização com as características da UNE, a qual reunia o vigor e o desejo pela utopia, tão comuns na juventude, com o discurso politizado de quem frequentava os bancos escolares. Certamente, essa “mistura” não seria bem-vista por um regime que pretendia instalar o autoritarismo e abolir o livre pensar. Assim, nos primeiros dias de governo ditatorial, a UNE é alvo da sanha persecutória dos militares.

Atingido com dureza já nos primeiros dias do novo governo, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, o Movimento Estudantil começou a se manifestar com energia a partir de 1965, em todo o País. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro-ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda. Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após a decretação do AI-5 em dezembro daquele ano, para voltar a crescer novamente a partir de 1977 (Brasil, 2007, p. 23 - 24).

Após os primeiros ataques do Estado à organização estudantil, a UNE consegue se rearticular a partir de 1967 (Silva; Carneiro, 1983, p. 33). Num primeiro momento,

[...] as reivindicações das diversas correntes que disputavam a liderança eram, precipuamente, de caráter universitário: aumento de verbas para as universidades; aproveitamento de alunos que, aprovados nos exames vestibulares, não encontravam vagas e eram classificados como excedentes (Silva; Carneiro, 1983, p. 33).

Aparentemente, esse quadro começa a mudar com a morte do estudante Edson Luís, no dia 28 de março de 1968, durante o protesto pelos preços e pela qualidade da alimentação fornecida pelo restaurante Calabouço. O que até então era uma reclamação de âmbito “estudantil”, ganha novas dimensões, embaladas pela repercussão política sobre a repressão policial.

O corpo [de Edson Luís] foi carregado pelas ruas centrais da cidade e velado no saguão de entrada da Assembleia Estadual, na Cinelândia. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas foram palcos de ressonância de exaltados debates políticos de repúdio à ação repressiva do governo (Silva; Carneiro, 1983, p. 33).

Em outubro de 1968, os estudantes da UNE organizaram o que deveria ser o 30º Congresso estudantil da entidade. Tentando burlar a repressão, os estudantes escolheram uma pequena cidade do interior paulista, na região de Sorocaba, para realizar o seu Congresso. Ocorre que, em vez da discrição, os estudantes passaram a chamar a atenção, à medida que mudavam o cotidiano da pequena cidade. O jornal “O Estado de S. Paulo” atribuiu a desorganização dos estudantes como fator que gerou a desconfiança e aviso das forças de repressão por parte de habitantes da própria cidade de Ibiúna:

A desorganização e os duros obstáculos decorrentes da escolha do próprio local comprometeram imediatamente todo o esquema de segurança do Congresso da ex-UNE. Acesso difícil, 7 quilômetros de estrada – intransitáveis no último dia – abastecimento em colapso, desconforto – foram as causas que minaram a segurança.

A partir do próprio desembarque, nas proximidades de Ibiúna, e o posterior transporte em 5 veículos que não pararam de correr durante três dias – muita suspeita nasceu nos lavradores. As estradas da região têm reduzido tráfego. De repente, camionetas, jipes e um caminhão passar a fazer 10 viagens diárias com a camuflagem mal disfarçada de uma lona cobrindo dezenas de cabeças em cada veículo (O Estado de São Paulo, 1968, p. 27).

O jornal paulistano informou sobre a prisão de mais de 700 pessoas, entre estudantes e jornalistas que acompanhavam a realização do Congresso. Outras fontes, como a Folha de São Paulo, contabilizaram as prisões e detenções em torno de mil. De qualquer maneira, o número foi bastante significativo, a ponto de afirmarem os representantes da repressão que o movimento estudantil estaria desarticulado “pelo menos por um bom tempo” (O Estado de São Paulo, 1968, p. 28).

O Congresso iniciou-se numa segunda-feira, dia 7 de outubro. No dia 12 de outubro, às 7h30, um forte esquema de repressão formado por 170 policiais da Força Pública e mais 30 agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) detiveram os estudantes, que foram encaminhados, inicialmente, para a Casa de Detenção. Após uma triagem, as lideranças do movimento foram levadas para as dependências do DOPS (O Estado de São Paulo, 1968, p. 1).

De acordo com o coronel Barsotti, Comandante do 7º Batalhão Policial de Sorocaba e diretor da operação de repressão ao Congresso da UNE, os estudantes “caíram numa ar-

madilha”, pois há dias os órgãos policiais estavam vigiando e coletando informações sobre a reunião em Ibiúna (O Estado de São Paulo, 1968, p. 1).

Apesar da desestabilização e aparente desarticulação do movimento estudantil, lideranças da UNE presas em Ibiúna informaram aos repórteres dos jornais que cobriram a operação policial que “a luta será mais acirrada ainda” e prometeram mais “manifestações nacionais para a semana que vem” (O Estado de São Paulo, 1968, p. 28).

Essa promessa foi cumprida. Várias manifestações estudantis ocorreram nos dias posteriores à prisão das lideranças da UNE. Em Sorocaba, cidade do interior paulista, o chamado das lideranças estudantis foi ouvido.

As manifestações estudantis em Sorocaba

Apesar de ser uma cidade interiorana, Sorocaba construiu uma história peculiar. As terras que compõem o território dessa cidade não eram propícias ao desenvolvimento de uma agricultura de larga escala. Ao longo dos séculos, plantações como a de cana-de-açúcar (especialmente nos séculos XVIII e início do XIX), algodão e laranja estavam longe de ser a atividade econômica principal.

Entre os meados dos séculos XVIII e XIX, a atividade da venda de tropas muars, trazidas do sul do país, movimentou a economia da cidade pelas famosas feiras. Paralelamente, atividades secundárias – a maior parte subsidiária do comércio muar – ajudavam na composição do quadro econômico da cidade. O comércio, por exemplo, era bastante estimulado pela sazonalidade da feira de muars. Assim, também, prestação de serviços como a doma de animais e o artesanato sobreviviam graças a esse fluxo de

pessoas, vindas de diversas localidades do país, interessadas no comércio do gado muar.

Da mesma forma, aproveitando o contingente de pessoas que afluíam para Sorocaba, desenvolveu-se uma pequena rede hoteleira e de pousadas. Artistas circenses e atores de teatro também buscavam a cidade na mesma época.

Com o declínio da venda dos muares, as forças econômicas se concentram na inversão de capital nas indústrias têxteis. Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, Sorocaba contará com fábricas de grande porte, que lhe propiciarão o epíteto de Manchester Paulista.

O desenvolvimento industrial estará atrelado a um ideário de “modernidade” e de desenvolvimento burguês (Carvalho, 2010). Com isso, na década de 1950, em especial, começam a surgir movimentos para a constituição de instituições de ensino superior na cidade. No dia 14 de abril de 1950, surge a Faculdade de Medicina de Sorocaba, pertencente à Pontifícia Universidade Católica (PUC). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI, atual Universidade de Sorocaba – UNISO) entrou em funcionamento no dia 7 de março de 1954. Em 16 de abril de 1956, é fundada a Faculdade de Direito de Sorocaba.

Portanto, na década de 1960, Sorocaba contava com um número significativo de estudantes universitários. A par desse fato, os estudantes secundaristas também eram expressivos e desde a década de 1930, pelo menos, estavam organizados em agremiações como o Grêmio Varnhagem (Cavalheiro, 2001). Em 5 de maio de 1931, estudantes de Sorocaba (chamados de ginásianos) realizaram uma greve, acompanhando o movimento nacional de estudantes contra

as reformas da educação. A greve foi encerrada dois dias depois (Cavalheiro, 2001, p. 59).

Esses acontecimentos demonstram que o movimento estudantil em Sorocaba possuía alguma genealogia com que poderia se orientar na década de 1960 acerca da mobilização política de jovens que frequentavam as instituições de ensino. É possível, portanto, que esses estudantes, sobretudo os universitários, tivessem algum contato com a militância da UNE. Essa ilação não é gratuita. Em abril de 1968, conforme noticiou a imprensa da capital, os

[...] estudantes de Medicina e Filosofia de Sorocaba, trajando ternos pretos, improvisaram passeata na noite de anteontem, pelas ruas da cidade. Os cartazes, com dizeres contra o governo, ficaram exposto todo o dia no coreto e nos postes da praça Cel. Fernando Prestes. (O Estado de São Paulo, 1968, p. 8).

Na fachada da Faculdade de Filosofia foi colocada uma faixa de luto com 14 metros e, ainda, organizada uma passeata (O Estado de São Paulo, 1968, p. 8). O protesto foi em decorrência da morte do estudante Edson Luís Souto, no Rio de Janeiro. Outras cidades do interior paulista, como Piracicaba, Araraquara, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Campinas, Botucatu e Guaratinguetá também realizaram protestos pela morte do estudante carioca. O movimento realizado em Sorocaba na semana seguinte aos acontecimentos de Ibiúna corrobora, ainda mais, a hipótese de que os estudantes sorocabanos mantinham ligações com a União Nacional dos Estudantes.

Dia Nacional do Protesto

Os estudantes de várias localidades atenderam aos apelos da UNE e realizaram o Dia Nacional do Protesto. Em São Paulo, de acordo com uma reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, várias instituições realizaram a “grevilha” (boicote às aulas com comparecimento às escolas), que terminou no dia 23 de outubro. O protesto aconteceu em decorrência da prisão dos delegados do Congresso da UNE, em Ibiúna.

Porém, nem todos os estudantes participaram do protesto. Na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), por exemplo, cerca de 100 alunos furaram a greve e assistiram às aulas normalmente. Já na Faculdade de Medicina da mesma Universidade, os estudantes do 4º e 5º ano não participaram do boicote (O Estado de São Paulo, 1968, p. 9). Nenhuma Faculdade do Mackenzie participou da greve, por entender que “a UNE não representa, de fato, o movimento estudantil, pois é manipulada por elementos estranhos à classe” (O Estado de São Paulo, 1968, p. 9).

As Faculdades da PUC tiveram participação maior, aparentemente, que as demais. Os estudantes de Filosofia permaneceram em greve desde a manhã do dia 22, enquanto os de Direito e de Economia participaram do movimento somente à noite (O Estado de São Paulo, 1968, p. 9).

No centro da capital paulista, dez estudantes universitários e 15 secundaristas tentaram realizar diversos comícios relâmpagos e uma passeata, mas, de acordo com a imprensa, conseguiram apenas uma breve manifestação de 11 minutos (O Estado de São Paulo, 1968, p. 9).

O Dia Nacional do Protesto ocorreu em várias outras localidades. No Rio de Janeiro, os estudantes entraram em

choque com a Polícia. Em Belo Horizonte, os estudantes realizaram um “pedágio”, com a finalidade de arrecadar dinheiro para pagar advogados para os delegados da UNE presos nas dependências do DOPS, 12º RI, Batalhão Escola e no 4ª Companhia de Comunicações do Exército. Em Goiânia, onde cerca de 300 estudantes realizaram uma passeata, a polícia prendeu 14 estudantes e um repórter do jornal “Cinco de Março”. No Recife, o secretário de Segurança Pública, general Adeodato Montalverne, declarou que não permitiria a realização de protestos estudantis. Em Campinas, interior de São Paulo,

Os alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica suspenderam a greve que iniciaram na última quinta-feira e aprovaram, em nova assembleia, usar a tática de guerrilha: boicotar as aulas e fazer discussões políticas, com a presença de professores (O Estado de São Paulo, 1968, p. 9).

Na USP, estudantes de Direito ligados à Vanguarda Revolucionária lançaram um manifesto contrário às greves estudantis, considerando o Dia Nacional do Protesto como “ilegal e feito por entidades espúrias”, como a extinta UNE e a extinta UEE (União Estadual dos Estudantes), com o pretexto de manifestar repúdio à “permanência na prisão de líderes universitários esquerdistas” que, na concepção da “Vanguarda”, não representavam maciçamente os “acadêmicos” (O Estado de São Paulo, 1968, p. 13). A ação organizada pela UNE era a da realização do Dia Nacional do Protesto em 22 de outubro. Entretanto, dias antes, os estudantes cariocas já haviam realizado manifestações de repúdio à ação policial no episódio do Congresso da UNE.

Em Sorocaba, os estudantes da Faculdade de Medicina realizaram o “Dia do Protesto”, em 22 de outubro de

1968, de acordo com o que a organização da UNE havia orientado. Reunidos em assembleia durante a tarde, por volta das 18 horas, saíram em passeata, juntamente com estudantes da Faculdade de Filosofia, distribuindo boletins e empunhando faixas nas quais estavam escritas: “Abaixo a ditadura, Viva a UNE” (União Nacional dos Estudantes).

Aglomerados na Praça Coronel Fernando Prestes, cerca de 300 estudantes desfilaram pelas ruas centrais, estourando rojões e gritando palavras de ordem contra a ditadura.

A manifestação se dispersou em frente ao Mercado Municipal, tendo os estudantes se misturado aos trabalhadores que saíam das fábricas têxteis. O Batalhão de Choque da Polícia Militar e a Guarda Civil foram acionados, mas, devido à estratégia dos estudantes e ao trânsito intenso da hora, não puderam efetuar prisões. Policiais à paisana circulavam entre os estudantes e pelas ruas, tentando impedir novas manifestações e passeatas.

A ação desses jovens sorocabanos foi bem orquestrada e organizada e mostrou que não foram intimidados, a despeito da repressão contra os estudantes presos por participarem do 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) em um sítio na vizinha cidade de Ibiúna (Ikedo, 2003). No dia 16 de outubro, o jornal *Cruzeiro do Sul* noticiou que esses estudantes presos estavam fazendo greve de fome, protestando contra as condições carcerárias do Presídio Tiradentes e das dependências do DOPS (Delegacia de Ordem Pública e Social). Dentre os presos estava o estudante sorocabano Osvaldo Francisco Noce, que anos depois viria a ser vereador da cidade.

Essa manifestação estudantil era um reflexo, talvez, de outras similares, que estavam ocorrendo pelas cidades brasileiras. No dia 17 de outubro de 1968, uma enorme massa

estudantil, calculada em mais de mil pessoas, ocupou ruas centrais do Rio de Janeiro, a partir das 12h30, paralisando o trânsito, pichando ônibus e fazendo comícios relâmpagos. Na ocasião, o presidente da União Metropolitana de Estudantes, Carlos Alberto Muniz, discursou denunciando a repressão a UNE (União Nacional dos Estudantes), numa clara referência ao Congresso de Ibiúna (Cruzeiro do Sul, 1968, p. 1).

No começo daquele ano, a repressão militar já havia feito uma vítima entre os estudantes: o secundarista Edson Luís de Lima Souto foi alvejado e morto por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Houve protestos estudantis em diversas cidades, inclusive do interior paulista. No dia 22 de outubro de 1968, outro estudante, agora universitário, também foi morto com um tiro na cabeça, dado por policiais militares que reprimiam as manifestações estudantis no Rio de Janeiro (Cruzeiro do Sul, 1968, p. 1).

Em Sorocaba, apesar de ser uma cidade do interior paulista, as manifestações estudantis de 1968 seguiram a “mesma tática utilizada em São Paulo e no Rio” (Cruzeiro do Sul, 1968, p. 1).

De acordo com o que noticiou a imprensa local da cidade, esses estudantes se dirigiram até o local da aglomeração, a Praça Coronel Fernando Prestes, vindos de diversos lugares, em pequenos grupos. Depois de um comício relâmpago, os 300 estudantes desfilaram pela contramão das ruas centrais, terminando a manifestação, diante do Mercado Municipal, antes que a polícia conseguisse mobilizar suas tropas de choque.

A manifestação noticiada sobre o Rio de Janeiro estimou 1000 estudantes participantes, enquanto em Sorocaba o número foi três vezes menor, ou seja, 300. No entanto, deve-se levar em consideração que a população total do Rio de Ja-

neiro naquela época era de cerca de 4 milhões e 500 mil pessoas e a de Sorocaba estava estimada em pouco menos de 176 mil habitantes. Nesse sentido, o engajamento dos estudantes sorocabanos, em números absolutos, foi proporcionalmente maior do que os do Rio de Janeiro.

Com esses dados, seria importante perscrutar os motivos que fizeram com que em uma cidade de interior paulista, a despeito de todo o contexto envolvido, o engajamento dos estudantes em manifestações teria sido, proporcionalmente, mais expressivo.

Essa informação abre margem para ilações como a de que houvesse uma mobilização estudantil mais organizada e engajada do que o senso comum imagina.

No caso de Sorocaba, especificamente, os estudantes – ao menos as lideranças e a massa efetiva – pertenciam à Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia. Um fato curioso: as duas faculdades eram de orientação católica. A de Medicina pertence à Pontifícia Universidade Católica e a de Filosofia (que atualmente compõe a Universidade de Sorocaba, UNISO), tinha por mantenedora a Fundação Dom Aguirre.

O itinerário percorreu as ruas centrais de Sorocaba: Rua Dr. Braguinha (antiga Rua Direita), Rua Monsenhor João Soares, Rua da Penha, Rua Coronel Benedito Pires, alcançando, daí, o Mercado Municipal. Durante esse trajeto, percorrido na contramão, os estudantes dependuraram faixas nas casas comerciais e nos postes (Cruzeiro do Sul, 1968, p. 3). Ademais, houve distribuição de panfletos e, ao que tudo indica, o movimento foi de perto acompanhado por investigadores de polícia e até pelo delegado Guilherme Viesi (Cruzeiro do Sul, 1968, p. 3).

Nos discursos, os estudantes declararam o seu repúdio à repressão realizada contra o Congresso da UNE em Ibiúna. Esse é outro ponto interessante dessa manifestação, porquanto, aparece como resposta imediata e pontual a um fato ocorrido contra o movimento estudantil.

A manifestação começara às 18 horas e até às 20 horas, policiais à paisana circulavam pelas ruas centrais esperando coibir novas manifestações. Os policiais carregavam bombas de efeito moral e cassetetes, tendo ordem expressa de impedir novas manifestações. Houve um boato de que os estudantes de Medicina e de Filosofia invadiriam as salas de aulas dos estudantes de Direito e Administração de Empresas. Ao que tudo indica, os Diretórios Acadêmicos dessas duas últimas faculdades não aderiram às manifestações. Ainda assim, verificou-se depois que essa informação era apenas boato.

Uma curiosidade anotada pelo repórter do jornal *Cruzeiro do Sul* foi que enquanto os estudantes se dispersaram, misturando-se aos trabalhadores que saíam das fábricas, um homem pobre e velho colocava os cartazes de cartolina abandonados dentro de um saco, para vender como material reciclável. Misérias de todas as ordens são sempre destacadas em sociedades que primam pelo autoritarismo e pela desigualdade social.

Os estudantes da Faculdade de Medicina fizeram greve de dez dias. Desde o dia 14 de outubro, dois dias após o episódio do Congresso da UNE, os estudantes deflagraram a greve, que foi encerrada por decisão deles mesmos em assembleia (*Cruzeiro do Sul*, 1968, p. 1).

Após o término dessa greve, a imprensa sorocabana não divulgou mais nenhuma manifestação dos estudantes contra a repressão ao Congresso da UNE. Até o final do ano de 1968, diversas notícias sobre manifestações estudantis em

outros estados (Rio de Janeiro, Pernambuco, dentre outros), foram publicadas. No entanto, as ações locais de estudantes em protesto não foram noticiadas.

Quando beijar se tornou protesto

Embora essa ação dos estudantes sorocabanos de 1968 tenha a sua importância histórica – até por revelar que a cidade de Sorocaba não estava alienada dos acontecimentos e manifestações estudantis de outros centros urbanos maiores – a memória desse fato se perdeu.

Na constituição de uma memória de luta contra a ditadura, ganhou notoriedade dois outros fatos: a morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme, ocorrida em São Paulo nas dependências do DOI-CODI, em 1973, e a chamada “Noite do Beijo”, que aconteceu em 1981.

Alexandre Vannuchi Leme era estudante de Geologia na USP, quando foi preso e torturado até a morte, no dia 17 de março de 1973. A versão oficial da época dizia que ele fora atropelado quando tentava fugir da prisão. Ele foi sepultado como indigente no Cemitério de Perus, aonde foram enterradas diversas vítimas da repressão. De família católica – o seu tio era padre em Sorocaba, sua cidade natal – a repercussão da sua morte suscitou uma movimentação de repúdio à ditadura. Em uma missa realizada por Dom Paulo Evaristo Arns e pelo Bispo de Sorocaba, Dom José Melhado Campos, na Catedral da Sé, compareceram 5 mil pessoas no dia 30 de março de 1973 (Brasil, 2007, p. 337). “Em março de 1976, o DCE-Livre da USP finalmente foi criado, em assembleia, e batizado com o nome de Alexandre Vannuchi Leme”³.

³ Ver mais em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/alexandre-vannucchi-leme/>. Acesso em: 9 out. 2022.

Alexandre Vannuchi Leme nasceu em Sorocaba em 6 de outubro de 1950. Ele era filho de José de Oliveira Leme e de Egle Maria Vannuchi Leme. Ingressou no Curso de Geologia da USP em 1970. Em 7 de outubro de 1978, cinco anos após a morte de Alexandre, erigiu-se em Sorocaba um monumento em sua homenagem com a participação do Comitê Brasileiro pela Anistia (Primo; Lima, 1990).

Alexandre Vannuchi Leme se tornou, assim, um referencial da memória de luta dos estudantes sorocabanos pela liberdade e contra a ditadura.

Com relação a manifestações estudantis, a chamada “Noite do Beijo” se tornou a mais famosa e referenciada pela memória coletiva dos sorocabanos.

Apesar de, à rigor, não ser uma manifestação de “estudantes” (com reivindicações próprias da categoria estudantil como reformas na Educação ou mesmo melhores condições para o estudo), pela participação da juventude da época, essa mobilização se converteu em referencial da luta do “movimento estudantil”. Esse é um ponto crucial e que chama à responsabilidade a historiografia que, até o momento, foi incapaz de produzir estudos que pudessem fornecer memórias mais específicas do movimento estudantil no interior do país.

Nesse sentido, a divulgação da manifestação dos estudantes em 1968 abre uma possibilidade interessante de aprofundamento da questão, por demonstrar que existem outras mobilizações e ações do movimento estudantil sorocabano ainda a serem reveladas. Possivelmente, um trabalho de História Oral – sem dispensar outras metodologias, incluindo a análise de documentos que porventura possam existir, como atas de organizações estudantis, por exemplo – pode revelar

muitos aspectos ainda desconhecidos da maioria dos sorocabanos.

A “Noite do Beijo” ocorreu em 7 de fevereiro de 1981. Sorocaba contava, na época, com uma população estimada em 270 a 280 mil habitantes, mas mantinha ranços de conservadorismo, apesar do discurso “liberal” (Cavalheiro, 2018). O juiz de direito Manuel Morales baixou uma portaria proibindo “beijos cinematográficos, em que as mucosas labiais se unem em expansão insofismável de sensualidade assim como as apalpadelas” em praça pública. Diante disso, jovens sorocabanos, qualificados pela imprensa local como “um grupo de estudantes secundaristas que têm seu quartel general na sede do Partido Trabalhista” (Cruzeiro do Sul, 1981, p. 14), organizou uma manifestação de repúdio à emissão da referida portaria.

A ordem era ocupar a Praça Coronel Fernando Prestes (em pleno centro de Sorocaba) e, ato contínuo, realizar uma ação de beijos simultâneos, de maneira que a polícia teria que prender todos de uma só vez (o que seria impossível).

A organização do protesto conhecido como “Noite do Beijo” ganhou repercussão nacional e chegou a ter uma paródia na série de TV “O Bem Amado”, inspirada na obra de Dias Gomes (Cavalheiro, 2001). O episódio de “O Bem Amado” foi intitulado “A manifestança beijoquista” e foi exibido em 12 de maio de 1981.

A Manifestança Beijoquista, foi inspirado em uma notícia de jornal: em uma cidade do interior, um juiz teria proibido ‘o beijo libidinoso e obsceno, aquele em que as mucosas labiais se unem em expansão insofismável de sensualidade’. Em Sucupira, Odorico

impõe a mesma lei e, sob protestos generalizados, tenta promover uma limpeza de casais de namorados⁴.

A “Noite do Beijo” reuniu cerca de 5 mil pessoas e acabou em tumulto e confrontos com a polícia. Era a época de reabertura política e havia um clima de desafio à ditadura que ainda perdurava. Na memória dos sorocabanos – e mesmo pela repercussão do fato, o qual chegou a ser citado por Eduardo Galeano no seu livro “Os filhos dos Dias” – a “Noite do Beijo” ofuscou, ainda que involuntariamente, outras memórias de luta dos estudantes.

Considerações finais

A manifestação estudantil de 1968, em protesto contra a repressão ao Congresso da UNE em Ibiúna, não possui, até este momento, um lugar na memória das lutas estudantis da cidade de Sorocaba, interior paulista.

Para preencher esse nicho “vazio”, ganhou maior projeção a mobilização da “Noite do Beijo”, organizada e realizada em 1981. De qualquer maneira, a ocorrência das manifestações estudantis de 1968 em Sorocaba ajuda a entender o momento histórico vivido, deslocando as atenções do eixo das capitais para as cidades interioranas.

A rememoração – no sentido de reapropriação de uma memória até então esquecida – desse episódio da História de Sorocaba permite a identificação de grupos sociais com a própria construção histórica da cidade e, desse modo, de uma melhor qualidade na relação e na participação dos sujeitos históricos com os espaços físicos por eles habitados.

⁴ Ver mais em:

<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/o-bem-amado/episodios.htm> Acesso em: 20 jul 2014.

A memória pode despertar a dignidade e o ânimo contra a humilhação. A memória pode buscar valores qualitativos das coisas e das pessoas contra a desqualificação. Desse modo, a memória pode nos devolver a relação profunda com a experiência humana (Gonçalves Filho, 1992, p. 17).

É de experiência humana o que mais carecemos hoje. Esse episódio pouco conhecido da História de Sorocaba é um exemplo de que o movimento estudantil no interior paulista, sobretudo durante a Ditadura Civil-Militar, ainda é uma seara pouco estudada pelos historiadores e cientistas sociais. Além da documentação impressa, como os periódicos dos órgãos de imprensa, também existe a possibilidade de se realizar um trabalho de História Oral, bem como de consulta a fontes primárias – que possivelmente existem – como atas dos Diretórios Acadêmicos, fontes essas que podem iluminar os diversos cantos escuros e esquecidos do nosso passado.

Referências

BATISTELLA, Carlos. **Noite do Beijo**. São Paulo: Edição do Autor, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Memória e à Verdade**. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. **Fisionomia da Cidade** – Cotidiano e transformações urbanas, 1890 – 1943. São Paulo: Editora Biblioteca 24horas, 2010.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. **Salvadora!** Sorocaba: Create/LINC, 2001.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. **Tá vendo aquele edifício, moço?** Lugares de Memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba. Maringá (PR): A. R. Publisher, 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

FAZANO, André., PELEGRI, Tatiana. **Como andava meu país?** Itu: Ottoni, 2009.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e Sociedade. *In: Revista do Arquivo Municipal, nº 200 - Memória e Ação Cultural*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IKEDO, Fernanda. **Ditadura e Repressão em Sorocaba**. Sorocaba: LINC, 2003.

PRIMO, Francisco Cordeiro de Campos; LIMA, Ary de Oliveira. **Sorocaba e seus monumentos** – Projeto Cultural. Sorocaba: Exata Comunicações, 1990.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os Presidentes** – Costa e Silva. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

Jornais

Termina hoje o boicote às aulas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 out 1968, p. 9.

Em greve hoje estudantes de SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 out 1968, p. 13.

Estudantes do interior saem às ruas em calma. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 abr 1968, p. 8.

Rio Preto fará passeata à noite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 abr 1968, p. 8.

Estudantes voltaram às ruas no Rio: manifestações só duraram meia hora. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba (SP), ano LXVI (66), nº 18358, 18 out 1968, p. 1.

Em Sorocaba, a polícia não chegou a intervir. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba (SP), ano LXVI (66), nº 18362, 23 out 1968, p. 1.

Suspensa a greve na Faculdade de Medicina. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba (SP), ano LXVI (66), nº 18364, 25 out 1968, p. 1.

Beijar é... um ato de amor ou um despudor. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba (SP), ano LXXVI (76), nº 21996, 06 fev 1981, p. 14.

A forja do aço vermelho: o comunismo e os trabalhadores metalúrgicos em Piracicaba após a Segunda Guerra Mundial¹

Fabiana R de A Junqueira

A cidade de Piracicaba, localizada a 170 quilômetros de São Paulo, possui uma trajetória marcada pela conjugação do desenvolvimento agrário, que ocorreu pela plantação da cana-de-açúcar, com o setor metalúrgico. Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma fábrica, fundada em 1920 por um imigrante italiano, expandiu-se e gerou inúmeras transformações no município. A Metalúrgica Dedini também conhecida como “Oficinas Dedini” - levava o nome do seu fundador, Mario Dedini, e produzia equipamentos para os engenhos e usinas de açúcar da cidade, permitindo o avanço, ao mesmo tempo em que se beneficiava da cultura canavieira na região. O cotidiano fabril imposto por essa empresa imputou a necessidade dos trabalhadores se organizarem. Em 1945, os operários da firma criaram uma associação, que, em 1947, foi transformada em sindicato. O objetivo desse capítulo é analisar a atuação dos militantes comunistas e simpatizantes do Partido Comunista (PCB) na fundação e nos primeiros anos de organização dessa entidade de classe, demonstrando o papel crucial desses sujeitos na construção

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.40-64

¹ Este capítulo foi apresentado como parte da tese de Doutorado da autora, intitulada: “Trabalhadores do aço na terra da cana: os metalúrgicos e a formação da classe operária em Piracicaba (1945-1968)”. Orientador: Prof. Dr. Claudio H. Batalha. 2024. 306 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

das bases do movimento sindical da categoria nos solos piracicabanos.

No dia 21 de julho de 1949, o fundador e ex-presidente da primeira Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba, o mecânico Floriano Lourenço Santana, percorreu usinas e fazendas do município e distribuiu nelas vários boletins com o companheiro João Rodrigues da Costa. Entre 19 e 21 horas, a zona rural de Piracicaba, incluindo os pequenos sítios, foi tomada por panfletos atirados pelos dois indivíduos de dentro de um automóvel². Floriano era um metalúrgico da Oficina Dedini e a sua ficha de sócio foi preservada pelo sindicato da categoria. O investigador do DEOPS, identificado como senhor 788, narrou a atividade dos dois trabalhadores entre os canaviais piracicabanos naquela noite:

Nas investigações procedidas, por determinação de V.S em torno de farta distribuição de boletins de propaganda comunista e de concitação a greve em algumas fazendas da Usina Monte Alegre, apurei o seguinte: Na noite do dia 9 do corrente, entre 19 e 21 horas, um automóvel de cor azul-cinza, chapa 18-05-67, de Piracicaba, dirigido pelo comunista Floriano Lourenço Santana e tendo como passageiro o comunista João Rodrigues da Costa, vulgo 'Vitor pintor', percorreu as fazendas Santa Rita, Bela Vista e Taquaral e os bairros de Dois Córregos e Baptistada, fazendo farta distribuição de boletins subversivos. O referido automóvel entrou nas propriedades da Usina Monte Alegre, pelo bairro Dois Córregos, onde iniciou a distribuição, seguindo para a fazenda Santa Rita, onde, ao passar em frente à sede da fazenda, atirou grande quantidade de boletins. Nessa ocasião, o

² Relatório do investigador 788 do DOPS de 21 de julho de 1949. Obj: propaganda comunista e concitação à greve na Usina Monte Alegre. Acervo DEOPS. Dossiê Delegacia do Interior. N° da Pasta OS0741. Piracicaba Pasta 01. Repositório Digital. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

auto foi visto por uma senhora que se encontrava no quintal de sua residência, em frente à sede da fazenda, a qual, devido ao clarão do luar, conseguiu ver que o passageiro que viajava ao lado do motorista, estava vestindo roupa clara e era gordo. Da fazenda Santa Rita o auto se dirigiu para a fazenda Bela Vista, os ocupantes do auto atiraram grande quantidade de boletins, chegando mesmo a forrar o leito da estrada. Na colônia Capuava, na casa do colono Antonio Alves, realizou-se no dia 09 do corrente, entre 19 e 20 horas, uma reza, e justamente no momento em que o automóvel passou por ali estavam todos no interior da casa de Antonio Alvez, que é a segunda casa depois da estrada de rodagem e o auto ao passar por aquele local o fez em marcha lenta para não ser percebido. Terminada a reza, às 20 horas mais ou menos, os que tomaram parte na mesma, ao se retirarem para suas casas, encontraram pela estrada os referidos boletins e levaram o fato ao conhecimento do senhor Henrique Hellmeister, administrador da Fazenda Santa Rita, o qual se comunicou imediatamente com o senhor Eno Cardoso, administrador chefe da Usina Monte Alegre. O Dr Eno levou o fato ao conhecimento do senhor Lino Morganti, e tratou e providenciou a perseguição do automóvel que estava fazendo a distribuição, não conseguindo encontrá-lo. Durante a perseguição do referido automóvel, foram encontrados boletins nas carregadeiras das fazendas Santa Rita, Bela Vista e Taquaral e no Bairro Baptistada. Neste bairro o automóvel foi visto passar em marcha lenta, por volta das 20:30 horas. Uma moça que reside ao lado da igreja do bairro Baptistada e o Sr Sebastião Marciano, residente em frente a igreja, dizem terem visto um automóvel de cor azul passar aquela hora por ali e conseguiram distinguir que o mesmo tinha chapa vermelha e o número final era 567 e que ao lado do motorista, que era negro, viajava um indivíduo gordo. O automóvel seguiu pela estrada municipal, que liga o bairro de Baptistada a esta cidade e ao passar pela fazenda Taquaral, e na Carregadeira dos Guarantãs, fez um enorme derrame de boletins, tendo em seguida,

tomado o rumo desta cidade pela estrada Rio das Pedras³.

Os únicos registros que afirmam que Floriano Lourenço Santana era comunista foram produzidos pelo DEOPS, mas há indícios que essa não foi apenas uma suposição dos órgãos de repressão do período. O Partido Comunista reivindicou, desde a sua fundação, em 1922, a representação dos trabalhadores rurais e urbanos. No entanto, antes de qualquer incursão sobre a trajetória do PCB a partir da sua relação com a classe trabalhadora, é importante assinalar que a história do movimento operário e camponês e a história dessa organização partidária são distintas. No entanto, o partido foi a principal agremiação de esquerda no século vinte e, na conjuntura que se abriu após a Segunda Guerra Mundial, inseriu-se fortemente no cenário político nacional e no movimento sindical. Ainda é necessário apontar que, embora apresentasse certa unidade de pensamento, o PCB não foi um bloco monolítico e agregou, muitas vezes, no seu interior, personalidades com posicionamentos conflitantes, o que torna difícil qualquer tentativa de categorização dos seus posicionamentos⁴. No intervalo democrático (1945-1964), o partido passou por revisões internas, autocríticas e mudanças nas suas táticas de ação. Os anos entre 1948 e 1951 foram marcados por um discurso e uma prática radical, que, por um lado, aproximou a

³ Relatório do investigador 788 do DOPS de 21 de julho de 1949. Obj: propaganda comunista e concitação à greve na Usina Monte Alegre. Acervo DEOPS. Dossiê Delegacia do Interior. N° da Pasta OS0741. Piracicaba Pasta 01. Repositório Digital. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

⁴ Ver: COSTA, Hélio. **Em busca da memória**. São Paulo: Scrita, 1995.

legenda da base operária e camponesa, por outro, resultou em desaprovações dos quadros militantes⁵.

Após um breve período na legalidade (1945-1947), o PCB teve os seus direitos cassados pelo governo Dutra (1946-1951). O retorno à ação clandestina em 1947 contribuiu para que a direção pecebista pregasse a saída dos seus militantes das organizações oficiais: os sindicatos. No tocante ao campo brasileiro, o partido propôs uma Revolução Armada como uma estratégia de luta pela melhoria das condições de vida dos lavradores⁶. A convocação do PCB feita à sua base de sair dos sindicatos e a formar associações paralelas, suscitou muitas críticas dos militantes. Como sugeriu o historiador Hélio da Costa, é possível pensarmos na existência de dois PCBs durante as décadas de 1940 e 1950, um ligado à direção do partido e outro que atuava entre os trabalhadores. Para este pesquisador, em determinados momentos, houve uma recusa, por parte da militância comunista, a seguir a orientação divulgada pela cúpula partidária nos documentos oficiais. Um exemplo deste enfrentamento foi, justamente, a permanência da militância nos sindicatos oficiais quando o PCB divulgou o Manifesto de 1948, no qual defendeu a política do paralelismo sindical⁷.

Essa realidade pressionou os dirigentes comunistas a modificarem as suas posições em relação aos companheiros que atuavam junto aos sindicatos oficiais. A resolução aprovada no mês de julho de 1952 estabeleceu o retorno dos mili-

⁵ SILVA, Fernando Teixeira da.; SANTANA, Marco Aurélio. O Equilibrista e a política: o partido da classe operária na democratização (PCB) (1945-1964). *Ir: Nacionalismo e reformismo radical - 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

⁶ SANDRIN, Rafael. Um debate sobre a atuação do partido comunista brasileiro (pcb) no campo entre os anos de 1948 e 1964. **Revista Caminhos da História**. v. 25, n. 2, jul./dez.2020. Unimontes. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria. Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷ COSTA, Hélio. **Em busca da memória**. São Paulo: Scrita, 1995.

tantes às organizações sindicais dos operários. No entanto, a estratégia que pregava uma Revolução Armada como forma de alcançar o poder não foi abandonada. Partindo desse pressuposto, quadros do PCB foram deslocados para áreas de conflitos, como o de Trombas e Formoso no estado de Goiás e em Porecatu na região Norte do Estado do Paraná, tendo em vista incentivar os camponeses a realizarem a revolução comunista⁸.

Foi apenas com a declaração de 1958, aprovada em março, que o partido modificou o seu comportamento em relação à atuação no campo. Na “Declaração sobre as Políticas do PCB, o partido abandonou, definitivamente, a estratégia de luta armada e da violência revolucionária adotada com os manifestos de 1948 e 1950 e passou a pregar uma revolução pacífica⁹. Todavia, mesmo no período em que o PCB defendeu ações radicais para alcançar uma sociedade comunista, o partido não deixou de apoiar pautas, como melhorias nas condições de vida e trabalho, entre elas o aumento do salário ou a habitação digna aos trabalhadores do campo e da cidade¹⁰.

⁸ A Revolta de Porecatu teve início na década de 1950 na região de Porecatu, localizada no Norte do estado do Paraná. O partido enviou militantes treinados, armamentos munições, roupas e alimentos. O historiador Ângelo Priori, ao estudar essa Revolta, destacou que o PCB foi o principal mentor da resistência armada por meio do diretório municipal de Jaguapeba e do Diretório estadual. A região de Porecatu foi ocupada por arrendatários e empregados da fazenda de café da região da Sorocabana. Grileiros reivindicaram a posse da terra e contaram com o apoio da polícia e de jagunços armados para expulsar os posseiros. Ver: PRIORI, Angelo. **O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo.** Maringá: Eduem, 2011

⁹ SANDRIN, Rafael. Um debate sobre a atuação do partido comunista brasileiro (pcb) no campo entre os anos de 1948 e 1964. **Revista Caminhos da História.** v. 25, n. 2, jul./dez.2020. Unimontes. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria. Acesso em: 19 dez. 2022.

¹⁰ PRIORI, A. O PCB e a Questão Agrária: os manifestos e os debates políticos acerca de seus temas. In: MAZZEO, A.; LAGOA, M.I. **Corações Vermelhos (org). Os comunistas brasileiros no século XX.** São Paulo: Cortez, 2003. V. 1, p. 61-81.

No relatório feito pelo senhor 788 naquele ano de 1949, o policial do DEOPS escreveu que localizou, posteriormente, o carro utilizado por Floriano Lourenço Santana e que o automóvel pertencia ao mecânico da Dedini. Dentro do veículo foi encontrado o jornal “A Crítica”, editado em São Paulo. O investigador também anexou no relatório o boletim distribuído naquela noite de 21 de julho, que dizia:

Trabalhadores das Usinas de Açúcar, a época da colheita é a melhor época para conseguir:

Aumento dos ordenados
Melhor pagamento pelo corte de cana
Pagamento do fornecimento em dinheiro
Pagamento das férias
Direito de só trabalhar 8 horas por dia
Assistência médica gratuita
Por tal já aprovada os patrões são obrigados a pagar ordenados a todos os operários camaradas e todos os trabalhadores os dias de domingo, feriados e dias santos sem trabalhar, trabalhando nesses dias o trabalhador tem que receber ordenado dobrado.
Com união e luta vocês vencerão. A greve é um direito sagrado de todos os trabalhadores¹¹.

Até a fundação do sindicato dos trabalhadores no setor da alimentação, que ocorreu em 1950, muitos operários das usinas de açúcar se filiaram ao sindicato dos metalúrgicos, em Piracicaba. O panfleto interceptado pelo DEOPS não fez nenhuma referência direta ao partido comunista. Quando analisada isoladamente, a tentativa de mobilização dos trabalhadores das usinas, incluindo aqueles que labutavam na lavoura, feita pelo operário da Dedini, Floriano Lourenço Santana, não é suficiente para atestar uma possível simpatia dos

¹¹ Relatório do investigador 788 do DOPS de 21 de julho de 1949. Op. Cit.

metalúrgicos piracicabanos pelo PCB. Todavia, esse não foi o único evento que colocou os metalúrgicos próximos das ideias do partido. Entre a fundação da primeira associação da categoria, em 1945, e o início da década de 1950, é possível aventar sobre uma real participação de comunistas no interior do sindicato.

No ano de 1945, um clima de euforia democrática se instalou por diversas partes do mundo. Essa atmosfera foi o resultado direto da derrota da Alemanha, Itália e Japão, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Essa derrota contou com o papel decisivo da União Soviética na conquista da vitória alcançada contra o nazismo e o fascismo. Desde o ataque de Hitler ao território soviético, não somente o movimento comunista internacional, mas também as forças democráticas e progressistas do mundo inteiro e setores muito diversificados da opinião pública internacional formaram um poderoso esforço para a derrota das potências do Eixo¹².

No Brasil, a decadência do Estado Novo (1937-1945) teria início em 1942, por ocasião do fracasso da ocupação nazista em Stalingrado. De acordo com Edgard Canore: “a antiga hegemonia das forças autoritárias, que domina até 1942, deixa de existir e, a partir de então, a reviravolta é a favor das forças democráticas”¹³. O abalo da estabilidade e segurança do regime estado-novista se deu fundamentalmente em decorrência de fatores externos. Primeiro, houve uma mudança na correlação de forças militares e políticas no cenário internacional após a vitória do Exército soviético em

¹² PINHEIRO, Marco Cesar de Oliveira. **Dos Comitês Democráticos aos Movimentos de Educação e Cultura Popular**: uma história comparada. Orientador: Anita Leocádia Prestes. 2014. 265 f. Tese. (Doutorado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

¹³ CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

Stalingrado, favorecendo a formação de uma opinião pública mundial antifascista e antinazista. Segundo, houve pressões do Governo Roosevelt para obter o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, que contava com o apoio de uma ala “pró-norte-americana” dentro do governo varguista. Nesse sentido, apesar do seu peso político significativo, o grupo pró-Eixo, destacando a figura do general Dutra, foi gradativamente perdendo espaço no Governo Vargas, pelo menos no que diz respeito ao posicionamento do governo brasileiro frente às nações em guerra¹⁴.

As novas condições internacionais permitiram *pari passu* o surgimento de indivíduos ou grupos, de diferentes segmentos da sociedade brasileira, dispostos a levantar a bandeira democrática e participar da luta contra o nazifascismo. Aflorou no Brasil um crescente sentimento patriótico. A propagação do sentimento nacionalista se tornou ainda mais explícita e adquiriu uma conotação claramente antifascista, a partir do afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, levando à explosão de manifestações populares em diversos pontos do país¹⁵. Na medida em que a situação mundial, no desenrolar da Segunda Guerra Mundial, vinha mudando, cada vez mais favorável aos países aliados (União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra), Vargas mudava de posição, afastando-se do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Diante da nova situação no país e no mundo, a intenção de Getúlio Vargas era conduzir, sob a sua liderança, a liberalização do regime autoritário implantado por ele próprio em 1937. Nessa direção, Vargas promoveu a anistia aos presos políticos,

¹⁴ Carone, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

¹⁵ Sobre o afundamento dos navios mercantes, ver: FALCÃO, João. **O partido comunista que eu conheci**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1988.

incluindo o importante líder comunista Luiz Carlos Prestes e a legalização do PCB e estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética.

Em meio a esse contexto histórico, o Partido Comunista alcançou grande notoriedade em diversos países do mundo. No Brasil, o PCB emergiu como importante novidade política, transformando-se no partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários e das fábricas. O partido demonstrou uma importante capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores¹⁶. O clima de euforia do Pós-Guerra e a inserção do Partido Comunista em diversas localidades brasileiras, fossem grandes capitais ou pequenos municípios, nos permite compreender uma reunião de elementos do PCB e “de todas as associações de classe existentes” em Piracicaba, ocorrida na sede da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos da cidade no dia 26 de julho de 1945. Essa reunião, segundo um policial do DEOPS, teve o intuito de tratar da recepção dos expedicionários piracicabanos que retornavam dos campos de batalha na Itália. Ao fim da reunião, de acordo com relatório da polícia, os comunistas não conseguiram organizar o festejo, porque houve intromissão da Legião Brasileira de Assistência e das mães dos pracinhas, que protestaram contra a orientação do grupo¹⁷. Esse fato é mais um elemento que nos permite pensar que, apesar das dificuldades, enfrentadas sobretudo interior de São Paulo, os militantes do PCB se introjetaram no cenário piracicabano, particularmente entre os metalúrgicos.

¹⁶ COSTA, Hélio, **Em busca da memória**. São Paulo. Scrita, 1995

¹⁷ Relatório do investigador 788 de 20 de abril de 1948. Obj Gotardo Tossi. Acervo DEOPS. Dossiê Delegacia do Interior. N° da Pasta OS0741. Piracicaba Pasta 01. Repositório Digital. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

Nessa segunda metade dos anos de 1940, surgiram inúmeros jornais comunistas em vários estados¹⁸ e foram criados o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) - um embrião da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) - e os Comitês Populares Democráticos; uma peça fundamental para a mobilização e organização dos setores populares. Naqueles idos de 1945, a palavra de ordem do PCB era a “União Nacional”. Nas palavras de Prestes, ainda durante a sua permanência na prisão, “a unidade nacional não é um fim, mas um meio – o instrumento que devemos forjar e aperfeiçoar na luta contra o nazismo”, mas também “um processo de democratização do país”¹⁹. Para os comunistas, tanto o MUT como os CPDs faziam parte da estratégia comunista de revolução democrática, direcionados não apenas no sentido de mobilização, organização e educação do proletariado, mas também no de fortalecimento e ampliação da ligação dos trabalhadores(as) com o Partido Comunista²⁰.

Os Comitês Populares Democráticos foram lançados oficialmente por Luiz Carlos Prestes no comício do Estádio

¹⁸ **Tribuna Popular**, fundado em 22 de maio, no então Distrito Federal; **Hoje**, em São Paulo; **O Momento**, na Bahia; **Folha do Povo**, em Pernambuco; **O Estado de Goiás**, em Goiânia (GO); **O Democrata**, no Ceará; **Tribuna Gaúcha**, em Porto Alegre (RS); **Folha Capixaba**, em Vitória (ES); **Tribuna do Povo**, em São Luís (MA); **Tribuna do Pará**, de Belém; **Jornal do Povo**, da Paraíba; **O Democrata**, de Campo Grande, Mato Grosso; **Jornal do Povo**, de Belo Horizonte (MG); **Voz do Povo**, Caxias do Sul (RS); **Jornal do Povo**, em Aracaju (SE); **Voz do Povo**, em Maceió (AL). Como órgão oficial, reapareceu **A Classe Operária**, em 09/3/1946. Ver: **Dos Comitês Democráticos aos Movimentos de Educação e Cultura Popular: uma história comparada**. Orientador: Anita Leocadia Prestes. 2014. 265 f. Tese. (Doutorado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

¹⁹ PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Vitória, [s.d.]. p. 64-65

²⁰ PINHEIRO, Marco Cesar de Oliveira. Op. Cit

do São Januário e se alastraram por todo país²¹. Os grandes comícios com a presença do “cavaleiro da esperança” compuseram o clima de euforia democrática e de liberdade partidária no fim da Guerra. O PCB organizou três comícios nesse ano que foram particularmente importantes: o comício do Estádio de São Januário, ocorrido no Rio de Janeiro, em 23 de maio 1945, do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, realizado em 15 de julho 1945, e do Parque 13 de Maio, assistido em Recife no dia 26 de novembro de 1945. Na cidade de São Paulo, a presença do líder comunista reuniu operários e camponeses de todo o estado²². Em um outro relatório feito pelo investigador 788 do DEOPS, escrito em 1948, o policial apontou que o metalúrgico Gotardo Tossi, operário da oficina Santa Cruz em Piracicaba, organizou a ida de vários companheiros ao “Comício São Paulo à Luís Carlos Prestes”, na capital paulista, naquele 15 de julho de 1945²³.

Naquela tarde, no Pacaembu, o piracicabano, que se tornaria, no ano de 1947, o primeiro presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, Gotardo Tossi, ouviu o então secretário-geral do PCB falar sobre a importância “em organizar o povo, as mais amplas camadas sociais de nossa população [...] a fim de atraí-las à vida política, à luta por suas reivindicações imediatas, à melhor compreensão dos perigos que a ameaçam”²⁴. Os Comitês

²¹ **Tribuna Popular**, de 2/6/1945, p. 1-2. *Apud*: PINHEIRO, Marco Cesar de Oliveira. **Dos Comitês Democráticos aos Movimentos de Educação e Cultura Popular**: uma história comparada. Orientador: Anita Leocadia Prestes. 2014. 265 f. Tese. (Doutorado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

²² Idem

²³ Relatório do investigador 788 de 20 de abril de 1948. Obj Gotardo Tossi. Op. Cit.

²⁴ Discurso de Prestes pronunciado no Estádio do Pacaembu, em julho de 1945, *in*: PRESTES, Luiz Carlos, **Problemas atuais da Democracia** Rio de Janeiro: Vitória, p. 113-114.

Populares Democráticos do PCB, sobre os quais Prestes falou naquele comício, seriam peças fundamentais nesse processo.

A organização dos Comitês Populares se dava, principalmente, em duas frentes: aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e aqueles a que atuavam junto aos sindicatos. O processo organizativo dos Comitês ocorria pela iniciativa de militantes ou simpatizantes do MUT, que convocavam reunião com os indivíduos da profissão e elegiam uma Comissão Executiva Provisória até uma assembleia mais ampla, indicando três delegados do grupo junto ao MUT. Deveria eleger-se, também, uma Comissão de Arregimentação Sindical. Os Comitês Democráticos Profissionais se constituíam de vários subcomitês que funcionavam nos locais de trabalho, procurando demonstrar as fragilidades ou a inércia das diretorias sindicais que não contavam com membros do PCB, no intuito de convencer os trabalhadores da necessidade de colocar à frente dos sindicatos homens comprometidos com a classe. Assim, os Comitês levantavam questões do mundo do trabalho, com a finalidade de colocar a diretoria dos sindicatos, no caso, aquelas que não contavam com membros do partido, em dificuldade e chamar a atenção para o MUT e seus indicados²⁵. Alguns historiadores já demonstraram que a atuação dos Comitês profissionais nas negociações com as autoridades governamentais e com os patrões, tanto nos momentos em que estiveram alinhados à ação dos sindicatos, quanto às vezes

²⁵ **Dos Comitês Democráticos aos Movimentos de Educação e Cultura Popular:** uma história comparada. Orientador: Anita Leocadia Prestes. 2014. 265 f. Tese. (Doutorado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

que agiram em oposição a eles, foi um meio eficiente para que o PCB ganhasse penetração no movimento operário²⁶.

Todavia, a notoriedade desfrutada pelo PCB em diversos setores da sociedade brasileira não foi resultado somente desse intenso trabalho no interior dos sindicatos, mas também nos bairros. A proliferação dos Comitês de Bairro teve acentuado sucesso na cidade do Rio de Janeiro e significativa presença em outras cidades brasileiras, especialmente em São Paulo e na região do ABC, mas também nos pequenos e médios municípios do interior paulista. Os membros dos Comitês de Bairro concentravam as suas ações na melhoria das condições de vida dos seus respectivos locais de moradia e na luta pelos direitos de cidadania, buscando desde a concretização das condições mínimas de infraestrutura urbana nos bairros periféricos (saneamento básico, energia elétrica ou construção de pontes, por exemplo), até a garantia de um sistema educacional e de saúde, que permitisse às pessoas viverem com dignidade²⁷.

É possível que o discurso de Luiz Carlos Prestes, realizado no Pacaembu, tenha motivado o metalúrgico Gotardo Tossi a envolver-se mais profundamente com o partido. Gotardo Tossi foi um dos organizadores dos Comitês

²⁶ Além da tese de Doutorado de Marco Cesar de Oliveira Pinheiro, já citada, consultar o trabalho: DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973.** Orientador: Michael Hall. 2002. 273 f. Tese Doutorado em História Social - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280753>, Acesso em: 13 mar. 2021.

²⁷ DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973.** Orientador: Michael Hall. 2002. 273 f. Tese Doutorado em História Social - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280753>, Acesso em: 13 mar. 2021.

Populares dos Bairros do MUT em Piracicaba e de uma outra organização, localizada no município, denominada União Sindical dos Trabalhadores. Ainda segundo o DEOPS, Tossi tomou parte ativa na propaganda eleitoral, ao lado do PCB, nos pleitos de 2 de dezembro de 1945 e de 19 de janeiro de 1947. Nesse período, participou também de todas as reuniões operárias e de todas as reuniões realizadas pelo PCB em Piracicaba e cidades vizinhas. Logo após as eleições de janeiro de 1947, Gotardo Tossi se afastou das atividades do PCB até o seu fechamento. Ao se aproximarem as eleições de 09 de novembro de 1947, voltou à atividade, a fim de concorrer ao pleito como candidato a vereador municipal pela legenda do PST (Partido Social Trabalhista) e obteve 55 votos²⁸. Gotardo Tossi era piracicabano e casado. Nasceu em 03 de agosto de 1917, filho de Hermínio Tossi e Palmira Sartini Tossi. Trabalhou como guarda-livros na fábrica Santa Cruz, na qual também foi chefe da seção mecânica. No ano de 1945, tornou-se o terceiro presidente da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba, uma instituição que ajudou a fundar. Permaneceu no cargo entre 1945 e 1946 e, em 1947, quando a organização obteve a carta de registro do Ministério do Trabalho para atuar como sindicato oficial da categoria, Tossi foi o primeiro presidente eleito da nova entidade²⁹.

Sobre a União Sindical, não foi possível encontrar muitas informações sobre o seu funcionamento, mas sabemos que manteve uma íntima relação com a Associação/Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba durante o período de presidência de Gotardo Tossi (1945-1952). A

²⁸ Relatório do investigador 788 de 20 de abril de 1948. Obj Gotardo Tossi. Op. Cit.

²⁹ Relatório do investigador 788 de 20 de abril de 1948. Obj Gotardo Tossi. Op. Cit.

União Sindical operava na sala em frente da associação, no mesmo prédio, situado na Rua Alferes José Caetano, número 1084³⁰. O Boletim de Caixa do sindicato registrou que, em dezembro de 1945, Paulo Gonçalves de Moraes, secretário da União Sindical e trabalhador da Dedini, obteve dinheiro da associação para participar do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo e, entre os anos de 1945 e 1947, Moraes recebeu ordenados da associação por serviços a ela prestados³¹. O DEOPS fichou, em 1947, Paulo Gonçalves de Moraes por atividade comunista no município e, em 1946, um documento do Comitê do Partido Comunista de Piracicaba foi encontrado e recolhido pela polícia na sala da União Sindical. O medo e a repressão levaram os diretores da União a dizer aos policiais que o livro de atas do PCB, encontrado na sala da União Sindical, havia sido ali esquecido por algum membro do partido e que a referida organização nenhuma relação possuía com essa legenda partidária³².

Todavia, no dia primeiro de junho de 1946, um investigador do DEOPS concluiu um relatório cujo assunto central era “atividade de elementos comunistas em Piracicaba”. Nesse documento, direcionado ao Delegado de Polícia do município, o investigador, que se identificava pelo número 788, dividiu os comunistas da cidade em “orientadores, propagandistas e simpatizantes”. Paulo Gonçalves de Moraes, que trabalhou no interior da Associação dos Metalúrgicos Piracicaba e na União Sindical dos Trabalhadores, foi classificado pelo policial como um dos orientadores do PCB na cidade.

³⁰ Prontuário 70822. Paulo Gonçalves de Moraes. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

³¹ Boletim de Caixa 1945-1947. Arquivo Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba, Piracicaba, SP.

³² Prontuário 70822. Paulo Gonçalves de Moraes. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

No contexto de abertura democrática do país, estava em jogo dois projetos políticos distintos de democracia. De um lado, estava o processo de democratização proposto por Vargas, que assegurava os direitos trabalhistas e inaugurava a CLT de 1943. Para alguns grupos, entre eles, os comunistas, Vargas garantia certo espaço e participação política para setores sociais até então excluídos (como os trabalhadores). Por outro lado, apresentava-se o projeto dos liberais opositores ao Estado Novo, representados, entre outros grupos, pela UDN, que preconizava uma democracia liberal elitista, temerosa pela liberdade, organização efetiva da sociedade civil e participação popular. Diante desse cenário, o PCB assumiu uma posição de apoio declarado a Getúlio Vargas³³. Apesar da popularidade de Vargas e, a despeito do processo de democratização da sociedade brasileira, caracterizado pelo ascenso do movimento democrático e popular, que vinha sendo promovido com a permanência de Vargas no poder, os setores conservadores do Exército, aliados à UDN e ao governo norte-americano, depuseram Vargas em 29 de outubro 1945.

Na noite do golpe e nos dias que se seguiram, os comunistas sofreram violenta repressão policial. O PCB teve suas sedes invadidas e depredadas, os seus dirigentes perseguidos e presos. O movimento sindical também foi duramente atingido. Vários jornais operários foram proibidos de circular. Todavia, mesmo após a sua deposição pelo golpe de 29 de outubro de 1945, em que foi substituído por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal e político

³³ SILVA, Fernando Teixeira da.; SANTANA, Marco Aurélio. O Equilibrista e a política: o partido da classe operária na democratização (PCB) (1945-1964). *In: Nacionalismo e reformismo radical - 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

ligado à UDN, Getúlio Vargas conseguiu eleger o seu sucessor, o general Dutra.

O regime político de Eurico Gaspar Dutra, embora inscrito nos marcos da democracia liberal, foi singularizado pelo ataque sistemático aos setores organizados da classe trabalhadora e pela tentativa de negar ou abolir os direitos por ela conquistados e formalmente inscritos na Constituição de 1946. Na política externa, o governo Dutra rompeu relações com a União Soviética e se destacou por um alinhamento servil aos Estados Unidos da América³⁴. Foram anos difíceis para a cúpula partidária e para os militantes do PCB. O partido foi cassado em 1947. Na verdade, ainda que contando com certa popularidade no fim da Segunda Guerra Mundial, a história dessa legenda partidária foi recorrentemente marcada pelo medo da repressão, por parte dos seus correligionários.

No interior paulista, o sentimento de apreensão e medo por participar das atividades do partido não era diferente daquele vivido na capital. A negação, feita pelos diretores da União Sindical em Piracicaba, do envolvimento da entidade com o PCB - quando o prédio foi invadido pelo escrivão Alberto Ramos do DEOPS, que levou para o delegado vários documentos encontrados na sede, incluindo o livro de atas do Comitê do Partido Comunista em Piracicaba – foi, provavelmente, uma reação de temor por possíveis represálias. Além do livro de atas, naquele 12 de junho de 1946, foram recolhidas 20 fichas de sócios da União Sindical. Uma dessas fichas pertencia ao professor e intelectual João Chiarini, um comunista declarado³⁵. O fato é mais um

³⁴ Sobre o Governo Dutra e o movimento operário ver: COSTA, Hélio, **Em busca da memória**. São Paulo. Scrita, 1995.

³⁵ Prontuário 70822. Paulo Gonçalves de Moraes. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

elemento que sugere claro envolvimento da União Sindical com o partido no município.

Entretanto, essa não foi a única ocasião em que os operários piracicabanos precisaram negar simpatia ou até mesmo adesão as ideias e/ou ao PCB. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, vigorou no Brasil a prática de solicitação do Atestado de Ideologia ou Atestado Ideológico. O Atestado Ideológico foi um documento burocrático produzido pelo DOPS. O documento era confeccionado a partir da consulta de informações coletadas a partir de delações, vigilâncias, apreensões e demais ações do DOPS, que eram anotadas em fichas. A simples existência de uma dessas fichas no arquivo do DOPS era motivo para o indeferimento do atestado ao solicitante. O atestado de ideologia foi um importante instrumento de controle social e o seu principal objetivo era afastar os comunistas, especialmente dos sindicatos³⁶. A exigência do atestado aos candidatos na eleição sindical prevaleceu não apenas no governo Dutra, mas também na Era Vargas e na Ditadura Militar, com algumas especificidades³⁷.

Em 14 de agosto de 1951, o operário Manoel Coelho Prates solicitou ao DEOPS o seu atestado de ideologia, com o objetivo de concorrer às eleições no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba. Manoel era piracicabano, nascido em 1903, filho de José Coelho Prates e Maria de Jesus Prates. Naquele início da década de 1950, era casado e trabalhava como soldador nas Oficinas Dedini,

³⁶ PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. “Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Oficina do historiador**, v. 12, n. 2, e-34138, jul.-dez. 2019.

³⁷ PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. “Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Oficina do historiador**, v. 12, n. 2, e-34138, jul.-dez. 2019.

localizada na Vila Rezende, bairro onde também residia³⁸. O atestado foi negado e sabemos pelas atas de posse da diretoria do sindicato que esse operário não assumiu nenhum cargo naquela eleição.

Diante da resposta negativa do órgão de repressão, Manoel escreveu uma declaração ao DEOPS negando qualquer envolvimento com o Partido Comunista e solicitando que retirassem o seu nome do rol de elementos comunistas do município. Ele apelou para os valores conservadores da sua época e garantiu que era um chefe de família e que era essencialmente católico. Ademais, assinalou o fato de trabalhar na mesma empresa, as Oficinas Dedini, desde 1930, afirmando ser bom empregado. Anexou como prova a sua declaração alguns atestados, entre eles: um atestado elaborado pela empresa na qual era soldador (a Dedini), outro escrito pelo vigário da Vila Rezende, Monsenhor Gerônimo Galo, um do industrial e vereador no município, Waldomiro Perissinoto e, por último, o atestado do farmacêutico Albério Sampaio. Todos asseguraram a sua boa conduta³⁹.

A intercessão por um operário feita por um industrial ou por um vigário da paróquia do bairro, a um órgão de repressão, como o DEOPS, não foi uma especificidade da história de Piracicaba. As próximas relações entre sujeitos de diferentes classes, possivelmente, permitiram que a experiência de Manoel, defendido por dois empresários e pela Igreja, fosse compartilhada, em alguns momentos, por outros operários. Nas pequenas e médias cidades do interior paulista, os patrões ainda caminhavam no chão das fábricas e

³⁸ Prontuário 70855. Manoel Coelho Prates. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

³⁹ Prontuário 70855. Manoel Coelho Prates. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

conversavam com os seus empregados durante o horário de serviço. Essa proximidade, relatada em diversos momentos pelos trabalhadores que viveram em Piracicaba nos anos de 1940 e 1950, contribuiu para que o empresário Mario Dedini escrevesse uma carta em defesa do empregado. O episódio do soldador Manoel, registrado no DEOPS, portanto, pode ser compreendido à luz dessa dinâmica social presente em muitas cidades interioranas. Entretanto, essa relação de proximidade entre patrões e operários não impediu que esses trabalhadores lutassem pelos seus direitos no interior das fábricas do município - na declaração feita ao DEOPS, Manoel admitiu que uma divergência na firma onde trabalhava (a Dedini) resultou em um processo de reclamação trabalhista contra a empresa - ou simpatizassem e até mesmo militassem no interior do PCB⁴⁰.

No balancete da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba, produzido no mês de abril de 1945, consta que a entidade recebeu, entre os meses de janeiro a abril daquele ano, uma doação em dinheiro de Manoel. Essa doação serviu para pagar a convocação dos operários para a fundação da associação, que foi publicada em jornais e boletins; para os primeiros folhetins da associação, que foram distribuídos aos operários; para a compra de papel para a elaboração do estatuto; para selos e até para uma bandeira operária⁴¹. Assim, é possível afirmar que Prates foi um dos sócios e fundadores da primeira associação da categoria no município. Posteriormente, quando essa pequena associação foi transformada em sindicato, Manoel foi eleito vice-presidente

⁴⁰ Prontuário 70855. Manoel Coelho Prates. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁴¹ Boletim de Caixa 1945-1947. Arquivo Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba, Piracicaba, SP.

da entidade, assumindo a direção do sindicato no biênio 1948/1949⁴². Todavia, a ação do bom funcionário, que recebeu ajuda do proprietário da Dedini no DEOPS, não se limitou ao sindicalismo.

Segundo os relatórios do DEOPS, Manoel Coelho Prates não era membro do Comitê do Partido Comunista do Brasil em Piracicaba, mas, para o investigador 788, o operário era simpatizante dessa legenda. Isso foi verificado, porque Manoel participou da diretoria do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e da União Sindical dos Trabalhadores. O MUT, como apontado anteriormente, foi uma organização intersindical de operários, organizada nacionalmente pelo PCB. Foi possível constatar, pelo recolhimento de documentos realizado pelo DEOPS na sala da União Sindical, que alguns comunistas declarados da região, como o intelectual João Chiarini, eram sócios da União Sindical dos Trabalhadores de Piracicaba. Na sala dessa entidade, os agentes da repressão também recolheram documentos do partido. Assim, a proximidade do soldador da Dedini com o comunismo e com a militância de esquerda, de fato, ocorreu⁴³.

É possível que Manoel fosse um adepto do partido e que a perseguição, o medo de reprimendas e a intenção de se candidatar nas eleições sindicais o tenham levado a negar o seu envolvimento com o PCB naqueles anos de 1940 e 1950. O irmão de Manoel, chamado José Coelho Prates Junior, que era funcionário da Empresa de Melhoramentos Urbanos de Piracicaba, e Gotardo Tossi, amigo de Manoel e companheiro de chapa na direção do sindicato, uniram-se ao comunista

⁴² Relatório do investigador 788 de 20 de abril de 1948. Acervo DEOPS. Dossiê Delegacia do Interior. Nº da Pasta OS0741. Piracicaba Pasta 01. Repositório Digital. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

⁴³ Prontuário 70822 e Prontuário 70855. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

João Chiarini e viajaram para a capital, com o objetivo de participarem todos do comício “São Paulo à Luiz Carlos Prestes, em 1945. Além deles, outros trabalhadores piracicabanos se envolveram de alguma maneira com comunismo e, conseqüentemente, foram fichados no DEOPS. Paulo Gonçalves de Moraes, que foi citado nesse texto e que trabalhou tanto para a primeira associação dos metalúrgicos como para a União Sindical dos Trabalhadores de Piracicaba, foi um deles⁴⁴.

Esses indícios, que sugerem os primeiros anos de história da organização dos “trabalhadores do aço”, foram marcados por ativa participação dos comunistas. Foram esses operários que, com muita coragem de se posicionar ao lado dos direitos dos excluídos, em meio ao tenso clima de Guerra Fria, fundaram o sindicato dos metalúrgicos em Piracicaba e construíram as bases do movimento sindical da categoria no município.

Referências

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Hélio. **Em busca da memória**. São Paulo. Scrita, 1995.

⁴⁴ Prontuário 70822 e Prontuário 70855. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão (org). **Nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

MAZZEO, A.; LAGOA, M.I. Corações Vermelhos (org). **Os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1

PRIORI, Angelo. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

PINHEIRO, Marco Cesar de Oliveira. **Dos Comitês Democráticos aos Movimentos de Educação e Cultura Popular**: uma história comparada. Orientador: Anita Leocadia Prestes. 2014. 265 f. Tese. (Doutorado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. “Nada constal!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Oficina do historiador**, v. 12, n. 2, e-34138, jun.-dez. 2019.

SANDRIN, Rafael. Um debate sobre a atuação do partido comunista brasileiro (PCB) no campo entre os anos de 1948 e 1964. **Revista Caminhos da História**, v. 25, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria. Acesso em: 19 dez. 2022.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1987. v. I, II e III

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2002.

TOLEDO, Edilene T. **Travessias Revolucionarias** - ideias de militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1940). Campinas: Unicamp, 2004.

VICENTINI, Beatriz (org.). **Piracicaba 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba. Editora UNIMEP, 2014.

Contribuição à memória da esquerda no interior conservador do estado de São Paulo: Limeira*

José Claudinei Lombardi (Zezó)
João Geraldo Lopes Gonçalves (Janjão)

A maioria das cidades do interior paulista passaram pelos diferentes períodos da história sem grandes diferenças explicativas quanto aos acontecimentos, adequando-se às articulações das suas elites econômicas, sociais e políticas. A ênfase ideológica recai no caráter ordeiro, trabalhador e pacífico do seu povo. O período da Ditadura Militar é enaltecido como de ordem e desenvolvimento. A narrativa é como se não tivesse ocorrido contestação ao regime e muito menos truculência dos militares e milícias civis, as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes de opositores.

Essa é a narrativa na maioria dos municípios interioranos do nosso país e que também é senso comum no município de Limeira, no interior do Estado de São Paulo. Merece registro, ainda, que são escassos os estudos sobre a oposição à ditadura militar nos municípios brasileiros, mesmo com a expansão de pesquisas sobre os mais diversos aspectos do período, resultado da ação das comissões da verdade e da abertura de inúmeros acervos documentais, tanto no Brasil quanto no exterior.

Vivemos os anos de chumbo e a redemocratização “lenta e gradual” no município de Limeira e buscaremos trazer as nossas memórias sobre o período, entendendo como

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.65-109

correta a afirmação de Marx, no “Dezoito Brumário”, de que os homens fazem a sua própria história, mas que não a fazem como querem, nem sob circunstâncias da sua escolha, senão sob condições e circunstâncias legadas pelo passado. Por isso mesmo, escrever nossas memórias não é tarefa fácil, pois a tradição de todas as gerações mortas, e das quais somos herdeiros, nos oprimem como um pesadelo. Por isso, a história é, contraditoriamente, uma construção de quem a produz, mas sob condições e contexto determinados. O contraditório fio-condutor da narrativa será a política, quase nada nos referindo a aspectos da vida privada, uma vez que essa se explica pelo contexto que herdamos e nos quais fomos sujeitos ativos da sua construção. Mesmo quando alinhamos as notas das nossas trajetórias, não buscamos alinhar as informações, colocando-as de forma harmônica, buscando coerência e identidade. O nosso percurso é contraditório, tal como o são tudo o que existe na natureza, na sociedade, no pensamento social e no indivíduo, pois o modo característico de ser de tudo, é mesmo a contradição e não a identidade e a harmonia.

Os autores do presente texto são dois militantes que se conhecem desde o início dos anos 1980: José Claudinei Lombardi, conhecido como Zezo, e que já era, então, professor universitário e, sendo um pouco mais velho, trazia uma visão de mundo que chamava a atenção do segundo; e João Geraldo Lopes Gonçalves, conhecido como Janjão - apelido dado pelo então Padre Luiz Carlos do Nascimento, por lembrar um personagem em quadrinhos da oposição à Ditadura - e que escolheu o caminho do sindicalismo, sendo então um jovem operário metalúrgico, um peão de fábrica como então eram chamados, na época, os trabalhadores do chão da fábrica.

Nós dois militamos juntos, em um ambiente de questionamento, tendo trajetórias às vezes próximas, outras vezes diferenciadas, com atuação nas pastorais da Igreja Católica, identificada com os pobres, iluminada pela Teologia da Libertação. Merece registro que Zezo já trilhava, também, o estudo do marxismo, como referencial acadêmico e político da sua atuação na Universidade. O encontro dos dois ocorreu no mesmo espaço: a organização de um NOVO partido político na cidade de Limeira e região. Naquele momento, não se tratava de militância num dos partidos dos senhores ou do “sim, Senhor”.

Era o momento de organização de um novo partido que se propunha ser uma organização política classista, voltado à defesa dos trabalhadores. Não se trata aqui de traçar a história do PT - o Partido dos Trabalhadores - nascido em 1979, com uma proposta de transformar a sociedade a partir da sua base, questionando o capitalismo, a exploração do trabalhador, a submissão política dos-que-vivem do trabalho a uma elite patronal, historicamente, a continuidade da casa grande e da política coronelista, propondo um projeto de construção da sociedade socialista, pela via democrática, com a mudança das condições concretas em que vivem os trabalhadores. Nessa direção, o novo partido buscava construir um novo projeto político, com a defesa dos direitos trabalhistas, da distribuição de renda, de combate à miséria e à fome, de habitação popular, de saúde, de alfabetização dos jovens e adultos analfabetos e de educação pública, gratuita, laica e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Merece registro que, também em Limeira, como em praticamente todo o Brasil, o PT foi formado por militantes de esquerda que vinham da militância clandestina de combate à ditadura civil-militar, como os membros dos principais

partidos clandestinos de esquerda - em Limeira haviam membros do PCB e do PCdoB -, participantes das pastorais engajadas da Igreja Católica, formados pela Teologia da Libertação, líderes sindicais combativos e trabalhadores articulados nas oposições sindicais e, enfim, professores de diferentes níveis do ensino.

A proposta de um novo partido, classista, socialista, construído desde as bases, democrático e popular nos atraiu, principalmente quando olhávamos para a nossa cidade - Limeira, que pouco se diferenciava de outras da região - com uma elite econômica conservadora, truculenta e que aparelhava o poder municipal no seu próprio benefício, com famílias se alternando no poder, ao longo de toda a República, passando pela Ditadura Militar até a passagem à chamada Nova República. Em rápidas pinceladas, essa é a característica fundante da política local e os interesses de classe que defendiam.

Zezo foi um dos fundadores do PT e o seu primeiro presidente, também contribuindo para a organização do partido em outros municípios da região. Janjão escolheu o caminho do sindicalismo e, desde o final da década de 1970, com o ressurgimento das greves dos metalúrgicos do ABC, acompanhou a nova onda de efervescência sindical, social e política. No entanto, essa não foi uma onda passageira que a repressão tenha dado conta de sufocar. Ao contrário, a década de 1980 foi rica em enfrentamentos políticos e físicos.

Mesmo com o regime militar sendo colocado em xeque, as viúvas do regime não abandonaram os legados do autoritarismo, da repressão e da perseguição aos oponentes. Em Limeira, o clima não era diferente. Era na oposição, articulada em atos e mobilizações que, literalmente, o “pau quebrava”. Até na mobilização de fundação do PT local, em

1980, o partido foi proibido de usar a sede do legislativo e, no dia marcado, até a praça do entorno da Câmara Municipal estava tomada por Policiais. Zezo e Janjão estiveram no olho do furacão desde então, acompanhando as transformações ocorridas ao longo das décadas seguintes. Buscamos escrever as nossas memórias, nos atendo ao fim da Ditadura Militar, em 1985, sem, entretanto, deixar de completar a narrativa, mesmo ultrapassando esse tempo.

Memórias de José Claudinei Lombardi (Zezo)¹

Nasci em 19 de março de 1953, sendo o quarto de cinco filhos: Cleide Aparecida, Cleusa Alice, João Cláudio (falecido), o quarto sou eu e depois João Claudemir, do casal Antônio Lombardi e Benedita Albertina Milanez, que eram filhos de imigrantes italianos e espanhóis. Os meus avós paternos eram italianos, João (Giovanni) e Thereza Lombardi. Os meus avós maternos eram o italiano José (Giuseppe) Milanez (ou Milanese) e a espanhola Tereza Dominguez.

Esse foi um período de transformação histórica do capitalismo e sinteticamente caracterizadas pelos seguintes traços: passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista; início da eclosão das graves e profundas crises cíclicas; emergência de Estados Nacionais fortes, centralizados e imperialistas que, na divisão internacional do trabalho, eram países centrais de uma periferia submetida à condição de produtores de matérias-primas e alimentos, ao

¹ A elaboração de memorial é usual na vida universitária, redigido tanto para as bancas de mestrado e doutorado, mas, principalmente, para a carreira docente. As informações que seguem foram atualizadas para a realização do concurso de professor titular em História da Educação, no Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, com a seguinte referência bibliográfica: LOMBARDI, José Claudinei. **Memorial**: da oficina à academia. Campinas: Faculdade de Educação - Unicamp, 2015.

extrativismo, mineração e à produção de poucos produtos agrícolas para exportação.

A minha infância foi marcada pelas conversas sobre o final da Segunda Guerra Mundial que, contraditoriamente, conduziu a um mundo cindido em dois blocos que conviviam sob ameaça de beligerância - a “Guerra Fria”. Nacionalmente, esse período - desde o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, até o Golpe Militar de 1964 - é denominado como Quarta República (além de nacional-desenvolvimentista). Tive uma infância característica de um filho de trabalhador, na segunda metade do século XX: desde jovem, a nossa vida era marcada pela mescla das brincadeiras, do estudo e do trabalho - no meu caso, na oficina junto com o meu pai.

Toda a minha formação escolar, até o colegial, realizei em Limeira. Com seis anos de idade, durante o ano de 1959, frequentei o Parque Infantil Chapeuzinho Vermelho, recém-inaugurado em Limeira. Esse não era considerado um espaço educacional, mas um lugar assistencial. Hoje, tenho um entendimento histórico mais aprofundado da educação infantil², mas na minha memória o Parque Infantil era um

² Organização social fundada por Froebel, em 1840, na Alemanha. Como se sabe, as Creches, as escolas maternas e os jardins de infância foram instituições modelares propagadas a partir dos países europeus na passagem do século XIX ao XX. Chegaram ao Brasil, trazendo uma concepção da assistência científica, formulada no início do século XX e difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, prevendo que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos, numa perspectiva de uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social (cf. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5 - 18, maio; jun; jul; ago, 2000). Os jardins da infância chegaram timidamente ao Brasil somente na década de 1930, apregoado pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, iniciando a sua instalação em São Paulo na década de 1940 e daí se expandindo para outras cidades e regiões do país.

espaço de brincadeira, atendimento à infância e o início de um processo de disciplinamento e aprendizagem³.

O primário cursei no Grupo Escolar Brasil, de 1960 a 1963. Sentia grande orgulho por estar no grupo escolar e esse foi um importante momento de apropriação da leitura e da escrita, da matemática e primeiros ensinamentos dos diferentes campos de saber, inclusive da música - com a pequena fanfarra e o coral. Os Grupos Escolares⁴ tiveram importância fundamental na história da educação, marcando o momento e o nível para a ampliação do atendimento da instrução pública no Brasil, desde a adoção do ideário político nacional-desenvolvimentista⁵, notadamente no segundo governo Vargas, iniciado em janeiro de 1951 e que terminou em 24 de agosto de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas.

Os grupos escolares foram o coroamento de um longo percurso de efetivação da instrução pública que aconteceu acompanhando o desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização que, no caso de Limeira, se deu

³ Na juventude, eu voltei a encontrar uma das monitoras, já uma Cientista Social, do “Gasparzinho Vermelho”: a Profa. Margot Ramos Lang, de quem guardava lembranças carinhosas, pelo carinho e cuidado com que cuidava das crianças. Participamos juntos dos movimentos de juventude da Igreja Católica e, depois, comungamos das mesmas opções políticas. Mantemos contato até hoje, ainda que esporadicamente.

⁴ O primeiro grupo escolar de Limeira foi o Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira de Camargo, registrado por Alessandra Souza dos Santos, na dissertação “Um dia belo, no outro esquecido: a história do Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira - Limeira: SP (1901-1930)”. O Grupo Escolar Brasil foi o segundo de Limeira, criado em 1934 e instalado em 1935, pois o Coronel Flaminio Ferreira não conseguia abarcar devido ao número limitado de salas e vagas” (Santos, p. 83). O link do trabalho na Biblioteca Digital da Unicamp é: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/cgi-bin/se-arch.cgi?q=coronel+flam%EDnio&fl=m&ps=25&uid=0&lg=pt_BR&wf=0. Acesso em: 24 jan. 2025.

⁵ Interessados em entender melhor esse período, poderão consultar o Verbetes “Nacional-Desenvolvimentismo”, escrito por Marco Antonio de Oliveira Gomes, pelo seguinte link: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/nacional-desenvolvimentismo>. Acesso em: 20 jan. 2024.

com as olarias de tijolos e telhas; também a manufatura de café; a Fábrica de Chapéus Prada, fundada em 1907 pelo imigrante italiano Agostinho Prada; a instalação das indústrias do complexo industrial Levy, a partir de 1912, com a Serraria e a fábrica de Phósforos Radium; em 1914 com a instalação da Indústria de Máquinas São Paulo, por Trajano de Barros Carmargo e em 1915 com a fábrica de calçados e selaria Buzolim, pelo italiano Albino Buzolim. Desse núcleo inicial houve um revolucionar da economia, da sociedade e da cultura, com o estabelecimento das relações e classes caracteristicamente capitalistas, a burguesia e os trabalhadores, igualmente com o aparecimento de uma classe média urbana, dedicada às profissões liberais e aos serviços.

Foram bons os tempos do grupo escolar, do qual tenho boas recordações. No Brasil, entretanto, já eram tempos de efervescência política, uma vez que o país estava profundamente inserido no contexto internacional. O embate entre a esquerda revolucionária e as ditaduras varria o continente americano. Ao contrário do que ocorria na América Latina, na minha família não se tinha uma perspectiva revolucionária, mas as perspectivas populistas do nacional-desenvolvimentismo, com o culto a Getúlio Vargas, lembrado como “pai dos pobres”, graças ao DIP (o Departamento de Imprensa e Propaganda), um eficiente órgão de publicidade, seguindo a cartilha nazista de Joseph Goebbels.

Foi nesse período que a minha família se mudou para um bairro periférico, numa casa construída e acabada aos poucos. A “Vassourinha”, símbolo da campanha de Jânio Quadros, estava colocada na estante da sala, marcando um tempo de intensa e envolvente vida política, num período de profundas contradições, em que o desenvolvimentismo se

deu com uma rápida industrialização do Brasil, a construção de Brasília, graças ao aumento da dívida pública interna, da dívida externa, da inflação e da corrupção, explorada pelo candidato Jânio Quadros, que prometia “varrer a corrupção”. Jânio foi eleito, mas tentou uma manobra com uma controversa renúncia. Eram “ruídos” ideológicos que chegavam em casa, filtrados pelas conversas na oficina mecânica. A direita, apoiada pelos militares, ensejou novo golpe, combatido com a “Campanha da Legalidade”, encabeçada por Leonel Brizola. Assim, João Goulart (o Jango), assumiu a Presidência. As lembranças desse período é que foi de grande instabilidade, de agravamento da crise e de muitas dificuldades para a minha família, lembrada pelo meu pai como “de fartura”, pois “fartava tudo”.

O curso ginásial - de Auxiliar de Escritório -, eu fiz no Colégio Comercial Santo Antônio, de 1964 a 1967. Ademais, o colegial - de Técnico em Contabilidade - fiz na mesma escola, de 1968 a 1970. Numa educação dualista como a capitalista, a opção educacional era uma questão de classe social. Entretanto, a relação entre público e privado estava mudando ao longo do período, mas ainda prevalecia para os filhos da elite a educação pública, de caráter propedêutico e preparatória para a universidade. Para os filhos dos trabalhadores, o caminho era o mundo do trabalho, via educação técnica. Como as minhas irmãs Cleide e Cleusa haviam estudado na “escolinha”⁶, foi ali que meus pais escolheram para que eu e o meu irmão, João, cursássemos o

⁶ Mantive dois artigos d’A Gazeta de Limeira, escritos pelo professor João Francisco Duarte, o meu professor na “escolinha”, intitulados “A Escolinha: subsídios para uma história da educação, em Limeira – I” o outro “A Escolinha: subsídios para uma história da educação, em Limeira – II”, publicados, respectivamente, nos dias 15 e 22 de dezembro de 2013.

“auxiliar de escritório” e, depois, o “técnico em contabilidade”.

Limeira repercutia a política desenvolvimentista, com a instalação, ao longo das seis primeiras décadas do Século XX, de importantes indústrias de transformação, como: Machina Zaccaria, José Fabri e Filhos, Indústria de Máquinas D’Andréa S/A, Indústria de Máquinas Penedo Ltda., Cia. Industrial de Máquinas São Paulo, Máquinas Varga S/A, Indústria de Máquinas Invicta S/A, Indústria Máquinas Lima S/A, Metais Perfilados Glória, Irmãos Rossi, Rodas Arcaro, Rodas Fumagalli, Freios Varga, Cia. Prada, Tecelagem Marilena Ltda., Ferreira Viana, Camilo Ferrari, Sandálias Atlântida, Indústria e Comércio Ribeiro Parada S/A. Limeira era um centro industrial, de máquinas operatrizes para madeira, para beneficiamento de cereais; máquinas de costura industrial; furadeiras, soldadeiras, punçadeiras, prensas e engraxadeiras, mancais e buchas para rolamentos e peças para a indústria automobilística, como rodas, cilindros para freios, radiadores, silenciosos e tanques; sandálias, tecidos, papelão, chapéus, joias, sucos e vinho de laranja, além de aguardente⁷. O desenvolvimento industrial foi motivo para a (re)criação de “nova” Escola Industrial, com cursos da área mecânica, criada em 19 de dezembro de 1944 (Decreto-Lei nº 14.385)⁸, que existe até a atualidade⁹, passando por transformações para se

⁷ Conforme Gazeta de Limeira. **Suplemento Histórico (1826-1980)**. Limeira: Artes Gráficas, 1980.

⁸ A dissertação de Diógenes Nielsen Júnior, da qual fui orientador, teve por título “Trabalho e educação profissional no Brasil: a Reforma Capanema (1942)”, com o último capítulo dedicado à Escola Industrial Trajano Camargo e trazendo vários documentos primários sobre o processo de instalação dessa escola. Ver em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000320547&fd=y>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁹ O link para o texto é: <http://www.trajanocamargo.com.br/a-escola-trajano-camargo-de-1953-a-1957-o-curso-industrial-basico-e-os-extraordinarios/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

adequar à legislação educacional de cada época. No início da década de 1960 consta, ainda, o início das atividades da Escola SENAI “Luiz Varga”, inaugurada em 1962, bem como a criação do COTIL – Colégio Técnico e Industrial de Limeira, da UNICAMP, em 1962, pela Lei Estadual no. 7655, mas somente efetivado em 1967.

Já estávamos em tempos sombrios. Ingressei no ginásio no mesmo ano do Golpe Militar e que, como se sabe, deu-se em 1º de abril de 1964, instaurando mais uma ditadura militar no Brasil, conforme tive oportunidade de registrar em falas, textos e em livro¹⁰. O colegial foi no período de endurecimento do regime. Com relação à opção pelo ensino técnico, com certeza os meus pais partilhavam da concepção ideológica que apregoava melhores condições de vida e de trabalho para os filhos de trabalhadores que tivessem escolarização, única possibilidade de ascensão social para os filhos de pais assalariados - uma tese que, entretanto, é falsa e inversa¹¹. Estudando o ginásio na “escolinha”, entre 1964-1967, ainda menino vivenciei a preparação, implementação e os primeiros anos do Golpe Militar, no seio de uma família pouco (ou nada) politizada, situada num contraditório caleidoscópio ideológico no qual se misturavam a defesa da

¹⁰ LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R.. Golpes de estado e educação no Brasil: a perpetuação da farsa. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em: http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016aeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil_book-3.pdf . Acesso em: 24 jan. 2024

¹¹ Artigo de Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise N. Ramos, “Educação Profissional e Desenvolvimento”, originalmente publicada em “Vocational Education and Development”. In: UNESCO. **International Handbook of Education for Changing World of Work**. Bom, Germany: UNIVOC, 2009. p. 1307-1319 (Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional), com o patrocínio da UNESCO, Berlim, 2005. p. 2. Disponível em: [file:///C:/Users/zezo/Downloads/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto\[1\].pdf](file:///C:/Users/zezo/Downloads/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto[1].pdf). Acesso em: 24 jan. 2024.

família e da propriedade (numa família de não proprietários), da ação da religião e da Igreja em defesa da “democracia e da liberdade, contra a ameaça e o perigo comunista”.

Hoje se sabe que o golpe decorreu de uma convergência de forças conservadoras, alinhadas aos discursos lacerdistas (i.e, udenistas), com as forças militares e de tradição golpista, então lideradas por Castelo Branco, contando, ainda, com o apoio diplomático, militar e logístico dos Estados Unidos. A justificativa para a concretização do golpe foi o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, em que Jango defendeu as Reformas de Base, com decretos reformistas e nacionalistas e que nada tinham de comunismo, principalmente de nacionalização das refinarias de petróleo privadas, de reforma agrária à beira de rodovias, ferrovias, rios navegáveis e açudes e um decreto tabelando o aluguel.

Em casa, eu me lembro que havia apenas um “estado de atenção”, com comentários e o rádio ligado para acompanhar as notícias. Aparentemente, houve pequena ou nenhuma mobilização, civil ou militar, em Limeira; só o rádio a matracar o assunto – desde a madrugada, no programa “Toninho da Engenhoca”, sempre entremeado das chamadas do Repórter Esso, com seu famoso slogan “O primeiro a dar as últimas notícias”. Até hoje, a imprensa limeirense, em matérias especiais sobre o assunto, continua martelando que praticamente nada aconteceu em Limeira, apenas casos isolados de fichados pela ditadura (e alguns casos, com prisão, interrogatório e “suspeita” de tortura): Bruno Tebaldi; o doutor Antônio de Luna; o advogado e político Jurandyr Paixão; a política limeirense Elza Tank, ligada a Paixão, assim como Antônio Carlos Mesquita, bem como o autor dessas

memórias, José Claudinei Lombardi¹². No entanto, esses são apenas flashes de memória, pois é preciso tempo e pesquisa para construir uma narrativa mais consistente.

Durante o ginásio (1964-1967), o Brasil foi Governado por Castello Branco e no último ano ginásio (1967), por Costa e Silva. A vida da minha família seguia caminhando, com muitas dificuldades. Essa situação me levou ao início de trabalho como aprendiz de sapateiro, na Fábrica de Calçados Feres e depois em dois escritórios de contabilidade, como auxiliar de escritório. Também me lembro do trabalho na oficina. A lembrança que tenho é que meu pai era um mecânico habilidoso. Foi nesses anos de ginásio que fui acometido por fortes dores na cabeça e que, ao final, ocasionou a perda progressiva da visão, com repentino estrabismo, no olho esquerdo. Tenho na lembrança que o diagnóstico e tratamento foi na Clínica de Olhos Penido Burnier, em Campinas: ocorreu uma espécie de derrame no nervo óptico, levando a um processo de atrofiamento ou coisa do tipo.

O colegial ocorreu no curso de Técnico em Contabilidade, entre 1968 e 1970. Esse foi um período de protestos e movimentação, que conduziu os militares a um endurecimento da ditadura, com forte repressão, tortura e morte de opositores. Não é sem razão que esse período é denominado de “guerra suja”, quando todos os aparelhos repressivos de estado estavam interligados. A guerrilha urbana e rural organizada por vários partidos de esquerda correspondeu ao aumento da tortura e morte nos “porões da ditadura”. Lembro-me da intensa propaganda institucional que visava criar uma

¹² Poucas informações sobre a Ditadura Militar em Limeira. Em rápida busca, localizei um artigo no Jornal de Limeira: <http://www.jlmais.com/versao-para-impressao/materia/6603/acervo-na-web-mostra-vigilancia-posditadura>. Acesso em: 24 jan. 2024

euforia nacionalista e patriótica na população, com slogans e músicas de apelo cívico, incansavelmente repetidas, como a música “Pra frente Brasil”¹³, criada para o tricampeonato brasileira na Copa do Mundo de 1970.

Na minha memória, foram anos centrados na escola e no trabalho para ajudar a minha família que passava dificuldades econômicas, em função dos gastos com as complicações cardíacas da minha irmã, Cleide. Nesses anos, trabalhei na concessionária local de veículos Chrysler, com essa mesma irmã. Nesse período comecei a participar da Pastoral da Juventude, integrando o movimento denominado TLC - Treinamento de Liderança Cristã, fundado pelo Padre jesuíta Haroldo Rahm, voltado ao treinamento da juventude, combinando técnicas dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, da Legião de Maria, da Ação Católica e do movimento *Search for Christian Maturity*. Essa foi, para mim, a antessala para ingressar na organização dos jovens em “comunidades” localizadas nas Paróquias, Capelas, Centros Comunitários e nas escolas. Fui uma das lideranças do movimento de Comunidades de Jovens, em Limeira, participando primeiro como animador de uma comunidade local, depois da coordenação municipal da PJ (Pastoral da Juventude) e, depois, no âmbito da Arquidiocese de Campinas. Nesse movimento, reencontrei vários amigos de infância e juventude, particularmente com Luiz Carlos Pierri, que foi (e ainda é) um grande camarada. Gradativamente, fui me distanciando da Pastoral da Juventude e aproximando-me dos movimentos com opção pelos pobres, marginalizados e pelos jovens. Nesse tempo, deu-se a minha aproximação aos

¹³ Sobre essa música, é esclarecedor o verbete na Wikipedia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra_frente_Brasil_\(can%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra_frente_Brasil_(can%C3%A7%C3%A3o)). Acesso em: 24 jan. 2024

grupos da Ação Católica, como a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude Operária Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e, depois, da Comissão Pastoral da Terra (criada em 1975).

Ao longo do colegial, embalado pela euforia do movimento da juventude, juntamente com Pierri e David, nos tornamos seminaristas católicos, junto à Arquidiocese de Campinas, iniciando uma experiência de formação sacerdotal na Paróquia de São Benedito, sob a cuidadosa e generosa orientação do Padre Gustavo Mantovani, o que se deu ao longo de 1970.

Foi nesse período que começou a minha vida acadêmica, então seminarista da Arquidiocese de Campinas. Essas informações não constam no Currículo, pois não busquei, até hoje, juntar a documentação comprobatória, mas a minha formação superior começou no curso de Filosofia, realizado no Seminário Estigmatino, em Campinas - SP, pois o Seminário Arquidiocesano tinha encerrado as atividades como centro de formação, naquele momento. Juntamente com o Curso de Filosofia, com Pierri e David, fomos autorizados a cursar o Integrado de Filosofia e Teologia no Seminário Franciscano, no Distrito de Nova Veneza, em Sumaré - SP. Sopravam, nesse momento, os ventos da Filosofia e da Teologia da Libertação. Assim, ao contrário dos Estigmatinos que, majoritariamente, mantinham uma orientação filosófica que transitava do neotomismo ao existencialismo (no caso em sua versão cristã, com Karl Jaspers), com os Franciscanos, a ênfase era na Teologia da Libertação e que marcou uma nova postura juntando a tradição judaico-cristã, a fenomenologia e o marxismo.

Paralelamente, também iniciamos, no período matutino, um curso na área de Filosofia ou Ciências

Humanas, em Instituições Superiores regulares, com prioridade para a PUCCAMP. Ingressei no curso de Ciências Sociais, aprovado em vestibular, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Foram bons tempos de vida acadêmica, com muito estudo, participação no Centro Acadêmico de Ciências Sociais e muitas articulações, inclusive em defesa dos povos indígenas, principalmente os Xavante, a quem o Prof. Tom Muller acolhia na sua casa para tratamento médico e outras atividades (notadamente para a busca de auxílio e assistência). Após dois anos de “mochila nas costas”, os superiores da nossa turma de seminaristas (Padres Claudinei Pessotto e Faur) decidiram pela vida em comunidade fora do seminário, numa casa localizada numa esquina do Colégio Pio XII, em Campinas, para maior integração com a comunidade e trabalho pastoral de base. Sugeriram-me a transferência e a fiz para as Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP. A militância na AP se aprofundou e se deu pelas ações de organização e formação de quadros. Gradativamente, fui me distanciando da “vocaçào sacerdotal”, imerso na militância pastoral, nos movimentos sociais e na política¹⁴.

Os anos de 1970 foram de militância, com duas vidas - uma pública e outra mais oculta, clandestina, compreendendo militância, reuniões, viagens para participar de reuniões e encontros no Brasil e no exterior. Era o momento em que a Ditadura Militar brasileira e outras na América Latina viviam os anos de terror contra a esquerda. Na universidade e movimentos, vivíamos um clima de temor

¹⁴ Na militância pastoral, estive vinculado à Pastoral de Juventude e à JUC; nos movimentos sociais, no Movimento Eclesial de Base e no Movimento Contra a Carestia; na política, primeiro no Spes, um dos núcleos da JUC-AP, depois na organização do PT.

e de terror. Não era possível confiar em ninguém, pois sabíamos que havia muitos agentes infiltrados.

Particpei dos acontecimentos dessa época com engajamento, com atenção, muita leitura e alguns escritos iniciais, alinhando reflexões com o uso do método “Ver - Julgar - Agir” para a conscientização crítica de jovens e de moradores das Comunidades Eclesiais de Base, nas periferias de Campinas, São Paulo e Limeira. Essa metodologia era reconhecida pelo Papa João XXIII, na sua encíclica *Mater et Magistra*, de 1961: “para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases” (n. 235). Primeiro, o “estudo da situação” concreta; depois, a “apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes” e, em terceiro, o “exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática”.

O Governo Médici terminou no tempo em que o mundo vivia uma grave crise internacional, com a eclosão, em 1973, da chamada Crise do Petróleo e que teve consequências e desdobramentos também no Brasil, com o fim do Milagre Brasileiro e o início de um ciclo recessivo, de inflação, desajuste das contas e da dívida externa brasileira, que impunha severas perdas aos trabalhadores. Isso explica a mudança de rumos do governo Geisel, com a distensão e o início proclamado da abertura política. Apesar da crise, continuaram os megaprojetos e programas, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e as grandes hidrelétricas (Tucuruí, Itaipu, dentre outras), alimentadas pelo crescimento do endividamento externo do país.

Foi nesse contexto que concluí a graduação em Ciências Sociais, no IFCH, e tive que cuidar da minha vida e garantir a minha sobrevivência. Além da docência precária e

temporária na rede estadual e particular, também em cursinhos pré-vestibular, considero que a minha primeira experiência profissional, também articulada aos primeiros trabalhos de pesquisa, foi na FUNAI (de 1977 a 1979), a convite de um colega da FAFI de Rio Claro – Cláudio Romero - para trabalhar num projeto de desenvolvimento dos Xavante. Esse foi um tempo de muito trabalho, aprendido nos livros e em campo. Ademais, foi um tempo de constituir família, casando-me com Maria Ivone Bueno da Silva, com a responsabilidade da existência dos três filhos, que fizeram a nossa alegria naqueles idos: Maíra, Warody e Araê – que receberam nomes indígenas em homenagem aos grupos com os quais convivi. Foram anos em que participei de alguns conflitos de terra, por um lado povos indígenas do Centro-Oeste e Norte, por outro, os agentes das frentes de expansão (madeireiros, garimpeiros e fazendeiros). Foram tempos de muitas contrariedades e dificuldades com a política indigenista da FUNAI.

Já eram outros tempos da Ditadura Militar, que concluiu, contraditoriamente, o Governo Geisel, com um novo fechamento e arrocho contra as liberdades individuais e coletivas da população, sendo alguns setores produtivos postos sob a “Lei de Segurança Nacional” e proibidas as greves nos setores petrolífero, energético e de telecomunicações. Foi vivenciando esse contexto que retornei à Limeira, indo para a pós-graduação em Sociologia Rural na USP/ESALQ (de 1980 a 1985). Apesar de ter atuado em vários grupos tribais brasileiros, o projeto de mestrado foi centrado nos Xavante e teve por objetivo reconstruir o processo histórico desse grupo tribal face ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Desse trabalho resultou a minha dissertação de mestrado, com o título “Os Xavante e a Política

Indigenista no Brasil nos Séculos XVIII e XIX”, defendida em 1985. O estudo dos Xavante me fez entender a contradição em processo: por um lado, a supremacia dos agentes nacionais, imprimindo às relações entre nativos e brancos um caráter de tipo colonial; por outro, a aculturação, por mais que mudasse valores e hábitos, não significava a destruição da identidade social dos nativos. O violento processo de expropriação dos meios de produção (o território tribal), com o extermínio de parte da população indígena, provocou nos Xavante um processo de produção e reprodução das condições necessárias para essa “nação” continuar com a sua identidade tribal.

Concomitante ao mestrado, iniciei o trabalho em uma instituição de ensino superior, o Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA), em Limeira - SP, na qual trabalhei de 14 de março de 1980 a 22 de julho de 1985, ficando afastado sem remuneração de 01 de março de 1983 até a demissão, em vista da aprovação e admissão na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na UEM trabalhei e militei no movimento docente e nos movimentos em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, de 02 março de 1982 a 05 de julho de 1993.

Esses foram anos marcados por um período de acirramento das lutas contra a Ditadura Militar. Primeiro, foram os anos de 1978 a 80, quando eclodiram as greves do ABC. Em maio de 1978, houve a greve na Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, que se alastrou para outras empresas, como a Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen. Um ano depois (1979), houve uma nova onda grevista e, dessa vez, dos metalúrgicos se expandiu para outras categorias profissionais, como professores, bancários, funcionários públicos, jornalistas, operários da construção civil, médicos,

lixeiros e outras categorias. Em 1980, houve uma nova greve em São Bernardo do Campo, que durou 41 dias e mobilizou 300 mil metalúrgicos. Nelas, os velhos dirigentes foram superados por novas lideranças, com destaque para Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, também, os movimentos sociais surgiam forte, acompanhando o chamado “Novo Sindicalismo” e, mesmo estando o governo militar enfraquecido, a repressão aos manifestantes foi dura, com mortes e intervenções nos sindicatos, sendo Lula preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Os movimentos sociais e sindicais se ampliaram, ao mesmo tempo em que o regime militar se enfraquecia. A luta contra a ditadura militar foi um importante polo aglutinador das forças de esquerda, no interior das quais surgiu a proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores (PT) e, depois, da Central Única dos Trabalhadores (CUT - única até que conseguiram quebrar a unidade com a organização de outras centrais). Estávamos imersos nos movimentos sociais, sindicais e na criação do PT, já juntando forças para organizar, em Limeira e na região, o partido, desde fevereiro de 1980, articulando militantes e dirigentes sindicais, agentes das várias pastorais, profissionais liberais progressistas e intelectuais de esquerda. A articulação envolvia um trabalho conjunto para a criação municipal do Partido dos Trabalhadores em toda a região – como Piracicaba, Rio Claro, Cordeirópolis, Iracemápolis, Americana, Cosmópolis e Araras. Eu estava participando ativamente dessa articulação, motivo pelo qual acabei tendo a ficha 001 de filiação ao Diretório Municipal do PT de Limeira, datada de 23 de março de 1981, sendo o presidente da Comissão Provisória e, depois, do Diretório Municipal do PT.

Até meados de 1985 foram anos de muito trabalho político e profissional, entremeando militância nos movimen-

tos sociais, no partido e, já como docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), também na Associação dos Docentes dessa universidade (ADUEM), da qual fui presidente, num momento de grandes embates políticos em defesa da universidade pública, gratuita, laica e comprometida com o tripé que fundamenta a universidade (ensino - pesquisa - extensão). As Associações Docentes proliferaram no país, partilhando da organização de várias instituições e movimentos na educação. Foi um tempo de organização, de luta, mas também de muito trabalho como docente e como pesquisador, em fase de elaboração da dissertação.

Após a defesa da dissertação (em agosto de 1985), até o período de elaboração do projeto de doutorado (outubro/1986), já como docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM), estive envolvido com a coordenação de um projeto de pesquisa intitulado “Análise do desenvolvimento capitalista no Brasil no período monopolista”. Esse foi um projeto interdisciplinar, que teve por objetivo estudar o quadro histórico de desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir do final do século XIX. Pela amplitude do tema, os estudos se concentraram em três aspectos: estudar uma periodização do capitalismo brasileiro, a partir das transformações econômicas que se verificaram no interior do processo de monopolização; reconstruir as linhas gerais da transformação do capitalismo no Brasil em cada um desses períodos e analisar os fundamentos da chamada “economia política brasileira”. Para o projeto inicial do Doutorado em Filosofia e História da Educação, esse estudo sobre o capitalismo monopolista no Brasil representava o contexto no interior do qual o objeto de análise proposto (a educação e as teorias educacionais no Brasil) estava inserido.

Para muito além desse projeto, a estada na UEM foi muito rica, notadamente pelos embates e desafios colocados pelo trabalho no Departamento de Educação. Com a juventude da UEM, uma universidade que então estava se construindo, dando a impressão de que tudo estava por se fazer, também os embates e debates eram acalorados. Apesar de ainda muito focado em questões locais, era crescente a ressonância dos debates teóricos sobre a questão educacional que ocorriam num âmbito mais amplo (nacional e este, por sua vez, repercutindo o contexto e as elaborações internacionais) e que deram a tônica da produção até, aproximadamente, meados da década de 1980. Alguns autores e os seus trabalhos animavam esses debates, sendo que, entre os temas discutidos, chamavam-me particularmente a atenção: as análises sobre as concepções teórico-metodológicas da pesquisa educacional brasileira; os estudos quanto a importância da concepção dialética para as pesquisas em educação, bem como os estudos que faziam a articulação entre a educação e o desenvolvimento capitalista, notadamente no período dos monopólios. Na UEM conheci e trabalhei com um vigoroso grupo de intelectuais, comprometidos e devotados à defesa da educação pública, gratuita e competente, entre os quais eu me lembro, carinhosamente, de Guaraciaba Aparecida Tulio, Jean Vincent Marie Guhur, João Luís Gasparim, Lizia Helena Nagel, Sandino Hoff, Zélia Leonel e o velho amigo José Adalberto Mourão Dantas, antigo colega do ISCA e com quem fui prestar o concurso na UEM.

Apesar de serem tempos de Ditadura, então já decadente, sob a Presidência de João Batista Figueiredo, o movimento docente era forte e ativo, tanto em defesa da universidade pública, gratuita e competente, como de avanços e conquistas trabalhistas e salariais.

Por essa época, eu já tinha um bom acúmulo teórico e metodológico marxista, inclusive no campo da educação, notadamente decorrência da docência das disciplinas na UEM, bem como dos embates que ocorriam no movimento docente. Foi nessa época que elaborei o projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Doutorado em Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação, da UNICAMP, em outubro de 1985, iniciado em 1986. Nesse ano (1986), iniciamos os encontros entre doutorandos e orientadores e que levaram à criação de um grupo de Pesquisa em História da Educação, institucionalizado em 1991 e passando a se denominar Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, conhecido pela sigla HISTEDBR. O doutorado foi um tempo para aprofundamento dos estudos, focados nas leituras (muitas releituras) das obras de Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Ademais, foram analisadas produções em história da educação, bem como temas relacionados ao marxismo e à educação. No entanto, o doutorado já se deu na chamada “Nova República” – resultado da transição “lenta, gradual e segura” - colocando as lutas no campo político-partidário, nos movimentos sociais e na elaboração da Constituição Cidadã e na redação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As pautas da esquerda resultaram na conquista de importantes direitos, mas muito aquém do que reivindicávamos.

(Aqui é necessário um parêntese: Mais recentemente, o meu percurso foi atravessado pela circunstância de assumir a Secretaria Municipal da Educação, de Limeira, SP, de janeiro de 2013 a janeiro de 2015, e que me colocou face a novos desafios e a uma imperiosa necessidade de fincar os pés no chão quanto às condições objetivas e materiais de uma rede

municipal de educação - abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Esse foi um período de aprendizagem, propiciado pelos educadores limeirenses, mas também de contribuição em colocar prioridade a consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade para os filhos dos trabalhadores e que constituem o público majoritário das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental dessa rede municipal).

Ainda que eu considere o meu trabalho uma militância política no âmbito das contradições da Universidade, com certeza um aparelho do Estado burguês a serviço dessa classe, possibilitando uma atuação contra-hegemônica no ensino, na pesquisa e na extensão, é importante registrar que esse é um dos nossos campos de atuação e militância. Entendo que também precisamos atuar nos demais espaços da nossa vida societária, como no sindicato – no meu caso a Adunicamp, nos movimentos sociais – tenho contribuído há longo tempo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - desde quando ainda se articulava no interior da Comissão Pastoral da Terra -, e na política partidária que, mesmo um espaço que faz parte da estrutura da sociedade política burguesa, é contraditório e precisa ser ocupado de forma a buscarmos nos contrapor à tendência partidária de tornar-se um instrumento da ordem. A minha militância partidária, como já registrado, tem se dado no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido de massas e com capilaridade em todo o território nacional. No partido, somo forças àqueles que buscam vergar a vara à esquerda, pois a burguesia sempre busca cooptar os quadros, vergando a vara para a direita. Lamentavelmente, apesar do PT ter excelentes quadros que se posicionam à esquerda, numa perspectiva da política ser um instrumento de transformação, o que

verificamos é uma forte tendência do partido de assumir a política e a prática do poder para a conciliação de classes, garantindo a acumulação de capital e algumas concessões para os que vivem do trabalho.

Atualmente, continuo como docente, pesquisador e orientador, lotado do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Grande parte da minha atuação e produção acadêmica se deve ao exercício da coordenação executiva do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR, o mais longo grupo de pesquisa da área da educação, também tendo uma abrangência nacional, com grupos de pesquisa em vários Estados do país. Trata-se de um grupo que tem a peculiaridade de muitos dos seus membros, assumirem o marxismo como referencial teórico, metodológico e político. Como entendemos, como Lênin, que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária - o que transferido também para a educação significa que não há prática educativa crítica, transformadora e emancipatória, sem uma teoria pedagógica igualmente revolucionária -, adotamos a Pedagogia Histórico-Crítica no nosso trabalho de formação de educadores e na prática educacional.

Estamos em plena transição do modo de produção capitalista e várias possibilidades históricas se colocam à nossa frente: resultado da destruição ambiental e climática, a humanidade poderá ser levada à extinção ou, no mínimo, haverá um longo período de aprofundamento da barbárie, da miséria, da sede e da fome; a profunda crise estrutural do capitalismo, com perceptível mudança geopolítica, com várias guerras em curso, que poderá acionar a máquina de guerra, da qual já se fala em Terceira Guerra Mundial, alimentando o meganegócio da guerra e que poderá criar um quarto ciclo de

recuperação e desenvolvimento para a acumulação do capital financeiro. Não posso partilhar do culto do fim da história da humanidade, pois ela (a humanidade) só coloca problemas, quando já tem delineada a resposta. Penso que a história é dialética e o fim de um modo de produção (como síntese), é o início de um novo ciclo da história humana (tese) e das suas contradições (antítese).

A utopia da humanidade de construir uma civilização sem propriedade privada, sem classes sociais e sem Estado, com organizações econômicas, sociais e políticas fundamentada numa perspectiva coletivista, solidária, igualitária e autogestionária se abrem à nossa frente, alimentando o nosso projeto estratégico de construção do socialismo como antessala do comunismo!

Memórias de João Geraldo Lopes Gonçalves (Janjão)

Filho de operários, eu sempre tive a indústria e o urbano como os meus companheiros de viagem. Tive a minha trajetória militante iniciada na Igreja Católica, na comunidade de Santa Luzia, no Jardim Vista Alegre, uma Comunidade Eclesial de Base, e isso favoreceu que o então jovem tivesse a sua formação com base na Teologia da Libertação.

Comecei cedo na lida, em uma fábrica de escapamentos, a Silbrás, trabalhando, depois, em grandes empresas, como Freios Vargas, Fumagalli e outras. A formação com base no método Ver, Julgar e Agir me fez pensar a sociedade que vivia e conhecer a pirâmide social. Tais descobertas me levaram a concluir que a sociedade era dividida em classes, na qual muitos tinham pouco e poucos tinham muito. Muitos da minha geração foram abrindo os

olhos para esta condição de vida, nos inquietando na busca de soluções para as graves mazelas e problemas da nossa sociedade.

Nesse contexto, era a Igreja Católica que nos oferecia as suas Pastorais, entre elas a da Juventude e a Operária, nas quais refletíamos o dia a dia à luz do evangelho e, a partir daí, ações para mudar o estado de coisas. O despertar para a militância social, das portas da igreja para o mundo, logo acendeu e levou muitos da minha geração ao engajamento.

Fui para o Movimento Sindical, em uma cidade considerada berço de um parque industrial de ponta no estado de São Paulo e no país. A migração nos anos 1960 e 70 fizeram crescer o “chão das fábricas”, fazendo com que as contradições começassem a ser sentidas. As péssimas condições de trabalho e salário levaram a questionamentos e à necessidade de organizar e lutar.

Foi neste momento que as lutas do ABC Paulista chegaram ao vivo e em cores e influenciaram os trabalhadores da cidade de Limeira. Particpei do grupo e da chapa da primeira Oposição Sindical Metalúrgica, um Sindicato ocupado por pelegos e totalmente comprometido com o patronato. A Oposição foi frustrada, pois foi denunciada e, dessa forma, sequer chegou a existir, com todos os participantes demitidos dos seus empregos. No entanto, três anos depois, ela ressurgiu e venceu as eleições, mas não levou, pois sofreu intervenção. Todavia, em 1986, uma vitória esmagadora e definitiva mudou o cenário.

Juntamente com o Zezo e outros companheiros, presenciamos o surgimento de várias organizações populares em Limeira e região, como as oposições sindicais, os movimentos dos Sem Casa e dos Sem Terra, das associações de moradores e outros. A maioria dessas organizações foi

gestada nas Pastorais Populares da Igreja Católica. Era o rompimento com uma ordem que dizia ser Limeira um lugar de gente conservadora, cumpridora dos seus deveres, sendo uma cidade em que a “revolução de 64” foi boa para o povo. Entretanto, as elites locais herdeiras dos Bandeirantes assassinos agiam nos bastidores, mas também publicamente, de forma truculenta, mostrando a sua face violenta e antidemocrática. Muitos de nós fomos fichados na polícia como subversivos, meliantes perigosos, exatamente por lutar pelos direitos sociais e por transformações estruturais da nossa sociedade. Com isso, perdemos muitos empregos, indo para a lista negra dos indesejáveis nas fábricas.

Entretanto, a época era de rupturas e mudanças para se tirarem os sapos engasgados na garganta. O novo era a luta e o velho era a herança da Ditadura, ainda muito fresca na memória de muitos. Ser de esquerda em uma cidade que se diz conservadora, em que as elites gostavam de ser chamadas de Coronéis, não era nada fácil, mas aconteceu e brilhou.

Este livro é o registro vivo de uma geração de garotos e garotas que ousaram e, ainda o fazem, sonhar com um lugar e um mundo bom e justo para se viver.

Passo, em seguida, a pontuar aspectos que considero importantes das minhas memórias, ainda que de modo pontual, sendo necessária a realização de algumas pesquisas para precisar as informações.

As CEBs: base das lutas populares

No dia 22 de outubro de 2024, a grande imprensa deu em pé de página, uma nota sobre a morte do sacerdote peruano Gustavo Gutierrez, considerado o pai da Teologia da

Libertação (TL), tese cristã de práticas humanas e de prática da fé. Gutierrez lançou a obra *Uma Teologia da Libertação: História, Política e Salvação*, no ano de 1971. O livro foi e ainda é referencial para teólogos e lideranças de movimentos populares, em especial na América Latina. No entanto, o padre peruano já refletia sobre esta teologia três anos antes da publicação deste livro, em 1968, na Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín. A partir do Concílio Vaticano II, foi na Conferência de Medellín, que foi cunhada a frase “Opção Preferencial pelos Pobres” e, com ela, a teologia da libertação foi se gestando.

No Brasil, outro grupo de religiosos – como Leonardo Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e outros – foram e ainda são pensadores e militantes desta Teologia. Gutierrez fundamentou a TL a partir de uma reflexão, coroada com a frase: “a pobreza não é uma fatalidade, é uma condição ligada à forma como a sociedade foi construída, nas suas diversas manifestações” – e que define bem os caminhos seguidos pelo pensador.

A Teologia da Libertação influenciou toda a Igreja Católica na América Latina e, no contexto das Ditaduras Militares no continente, em conformidade com a Guerra Fria, colocou os pobres Latino-Americanos como protagonistas de sua história e não como objetos de exploração pelas elites predadoras e assassinas. A TL produziu políticas de ações concretas que alimentaram a reflexão e a militância das Pastorais católicas, tanto as já existentes, como as que surgiram no pós Concílio Vaticano II, como a Pastoral Operária, a Pastoral da Criança, a Pastoral da Juventude, os círculos bíblicos com ênfase na realidade social, econômica e política e o Método Ver-Julgar-Agir, criado pelo Padre belga Joseph Cardijn, nos anos 1920.

Uma outra forma, mais orgânica de ser Igreja, também surgiu a partir da Teologia da Libertação: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Eram agrupamentos geograficamente próximos e marcados pela pobreza e pela miséria. As CEBs se espalharam por toda a América Latina, notadamente no Brasil, onde proliferaram de Norte a Sul do país. Características como ecumenismo, militância social e política, trabalho coletivo eram fundamentados, na TL, pela concepção de que o Reino de Deus começa na terra. Para as CEBs, o templo não é de pedra, ele é o próprio povo pobre e oprimido que, com Jesus Cristo libertador, luta por melhores condições de vida.

Este que vos escreve é fruto desse ambiente da Igreja naquele final dos anos 1970, quando comecei a conhecer a consciência libertadora. Nessa época, em 1973, mudamos para o Jardim Vista Alegre e, confesso que não gostei do lugar, estava acostumado com a Vila Esteves, os meus amigos, a minha escola, a Catequese da Santa Terezinha, a casa da minha avó e o futebol no clube Gran São João. A Vista Alegre era um bairro distante do centro, dos cinemas, de tudo. Não tinha asfalto, as linhas de ônibus eram deficitárias e havia falta de água com frequência. Não gostei da Escola Laércio Corte e foi difícil fazer colegas ali. No entanto, aos poucos, fui me adaptando, descobrindo campinhos para jogar bola e fazendo amigos. Um dos lugares que nos sentíamos bem e nos ajudou a nos adaptar, foi a Igreja, a Comunidade de Santa Luzia, que recebeu este nome por sugestão do Padre Olívio Reato, então Pároco da Paróquia de São José. O espaço da comunidade funcionava apenas nos finais de semana, ocupando as instalações da Escola Laércio Corte, onde também se realizava a catequese, as missas e outras atividades da comunidade.

Padre Olívio era um sacerdote que apostava muito nas pastorais e, embora não fosse um entusiasta da Teologia da Libertação, a apoiava. A Comunidade sobrevivia com a organização do povo, quermesses e dízimos. Aos poucos, foi possível comprar um terreno e iniciar a construção de um salão. Eu e a minha família fomos nos integrando cada vez mais na Comunidade, que passou a ser a nossa segunda casa. Fui dar aulas de Catequese e participava da Comunidade de Jovens. Ainda não tínhamos descoberto as CEBS, mas vivíamos um modelo muito próximo, com mulheres em papel de destaque e a liturgia falando da realidade do nosso povo. Essa realidade nos fazia questionar as nossas condições de vida, com precarização das condições de moradia, falta de água, transporte coletivo ruim, falta de emprego e outras tantas carências. No entanto, ainda não fazíamos a mínima noção de como solucionar esses problemas. Estávamos na Ditadura e nem todo mundo tinha dimensão daquilo. Não sabíamos a quem reclamar.

Nas eleições, os políticos vinham até o bairro, faziam comícios, distribuíam brindes e até comida, prometiam mundos e fundos. Recordo-me de um comício do então candidato a Prefeito Waldemar Mattos Silveira, na época da ARENA, governista e da Ditadura. Aliás, os anos 70 foram dos Arenistas em Limeira. Assim, não tínhamos muitas alternativas para que o povo se organizasse em torno das suas reivindicações e necessidades.

No final da década de 70, mais precisamente entre 78 e 79, acompanhávamos com atenção as lutas e as greves do ABC, com Lula surgindo como a principal liderança. Esse era um assunto básico das nossas reuniões e rodas de conversa da juventude. O ambiente de abertura no país e as lutas dos trabalhadores começaram a fazer parte do nosso cotidiano,

momento em que a Comunidade recebeu o seu primeiro Padre. Luiz Carlos do Nascimento, um capuchinho, formado por Franciscanos de Petrópolis, Rio de Janeiro, chegou em meados de março de 1979, com muita festa da comunidade. Logo, os jovens se identificaram rapidinho com ele. O padre era um pouco mais velho que nós - na faixa dos 30 -, enquanto os jovens da comunidade estavam na faixa dos 20. Fomos nos enturmando com um padre que gostava de música brasileira, tocava violão e trazia novidades da Igreja e do mundo, que pouco chegavam a Limeira. Uma das novidades, para nós, era o fato de Luiz Carlos ter tido como professor uma das estrelas daquele tempo, Leonardo Boff, sendo partidário da Teologia da Libertação e das CEBS.

Uma das primeiras ações do novo Padre foi conhecer a região, bem grande da Comunidade, buscando criar comunidades em cada bairro visitado. As CEBS iam se formando e nós jovens éramos chamados para a tarefa de participar ativamente das comunidades. Duas eram as missões: visitas às residências dos bairros para fazer um levantamento (tipo pesquisa), das condições de vida das famílias; a outra era a organização de círculos bíblicos, dando início a criação de uma comunidade. Esses círculos bíblicos tinham uma metodologia: a partir de um texto do Evangelho, era feita uma análise da situação econômica, social e política do povo, buscando, por fim, ações que poderiam ser desenvolvidas. Essa dinâmica adotava o método Ver - Julgar e Agir. Coordenei vários desses Círculos Bíblicos em bairros que criamos CEBS: Jardim Glória, Novo Horizonte, Olga Veroni, Jardim Alvorada e outros. Em cada uma destas comunidades, havia um Ministro da Palavra, responsável por articular e animar as comunidades, sendo muitas mulheres a ocupar essa função, por sinal.

Juntamente com as CBs, as diferentes pastorais foram se formando, em torno deste novo jeito de ser Igreja. As reflexões que fazíamos, denotava o envolvimento num amplo projeto de formação, visando a atuação em uma nova sociedade, sem Ditadura e com liberdade. Cada vez mais nos convencíamos que somos nós mesmos sujeitos da nossa própria História, sendo o primeiro passo na luta contra a Ditadura e a sua influência na cidade. Formar para o mundo era a preciosa lição que a Teologia da Libertação nos ensinou, pelo Padre Luiz Carlos.

Já no início dos anos 80, uma pequena revolução aconteceu em Limeira: o fortalecimento das CEBS, com a criação do Projeto Periferia. Formado pelas Comunidades de Santa Luzia, Menino Jesus, Santa Ana, Paróquias de São Cristóvão, São José Operário e Nossa Senhora Aparecida, compunham este projeto os Padres Luiz Carlos do Nascimento, Wilson Roberto Zanetti, Sebastião de Vasconcellos, Olívio Reato e Antonio Vasquez. Os temas, demandas e reivindicações já não eram mais localizados, pois vários bairros da cidade se reuniam em torno deste projeto nucleador das CEBS. Os assuntos eram os mais diversos e de interesse dos pobres, que passaram a ser opção preferencial da pastoral católica na cidade. As primeiras ações foram organizar a luta contra o desemprego, contra o aumento da tarifa de ônibus, a criação do Partido dos Trabalhadores e outras demandas locais.

Não posso deixar de registrar que nos anos de 81 a 84, surgiram as Oposições Sindicais, primeiramente com a criação do Sindicato dos Bancários. No entanto, esse é o assunto de outro tópico. A formação no marxismo também é assunto para narrar em outro momento.

Sindicalismo combativo e a paixão de um jovem

As imagens da TV pareciam entrar na sala de casa, as luzes refletindo sobre o ambiente, nesse ambiente estavam apenas duas pessoas: eu e minha mãe, a Dona Rita. Com o rosto tomado por lágrimas, também gritamos por liberdade, liberdade, acompanhando a multidão de 200 mil trabalhadores em um Morumbi completamente lotado. Não era dia de jogo, não era um derby ou o choque rei, nome dos clássicos entre os grandes times de São Paulo. As minhas lembranças dão conta de que era julho, inverno no Brasil e, se não me engano, chovia na capital paulista. Era dia 03, por volta das 16 horas, quando um homem magro, com roupas simples, munido de várias folhas de papel se dirigiu até um púlpito instalado no gramado, a alguns metros do palco-altar. O homem era o operário metalúrgico Waldemar Rossi, membro da Pastoral Operária (PO), metalúrgico e da oposição à diretoria do maior sindicato da América Latina. Ele se dirigiu a um outro homem, sentado em uma cadeira no palco. Esse era o polonês Karol Wojtyła, o Papa João Paulo II. Era a primeira visita de um papa ao país e, aqui, ele percorreu várias cidades em quatorze dias e houve um encontro com os trabalhadores em São Paulo.

Em 1980, o Brasil vivia a explosão das lutas operárias, eclodidas desde 1977, com a retomada das mobilizações e de uma histórica greve, ocorrida na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo. De lá até aquele evento, num Morumbi lotado, foram inúmeras greves, reprimidas com violência pela Ditadura Militar, no interior das quais surgiu uma das grandes lideranças deste país: Luis Inácio Lula da Silva.

Eu, aos 14 anos, em 1977, acompanhava tudo o que acontecia naqueles ambientes fabris, apesar dos noticiários

favoráveis ao regime militar e aos patrões. Eu me encantava com aquelas massas de trabalhadores em luta por condições de trabalho, salário e por liberdade e pelo fim da ditadura. Quando Waldemar leu o seu discurso ao Papa, eu já participava da Pastoral Operária e das CEBs. Nesse discurso, houve a denúncia do assassinato de Santos Dias, nas greves operárias de São Paulo, em 1979. Ele também denunciou as condições de exploração, miséria e fome da classe trabalhadora. Já nascia em mim um grande entusiasmo pelas lutas dos trabalhadores e uma necessidade urgente de militância no ambiente operário.

Os estudos e as discussões na Pastoral Operária e na Pastoral da Juventude nos fizeram despertar para o engajamento sindical. Aprendemos que a maioria dos Sindicatos – e que deveriam ser de defesa dos interesses dos Trabalhadores – estava a serviço dos patrões e da Ditadura, que, a partir do golpe de 1964, cassou e prendeu dirigentes e militantes sindicais, intervindo nas entidades sindicais, chamados de pelegos. Esses, encastelados nos Sindicatos, serviam como freio às manifestações e lutas dos trabalhadores. Na PO, chegamos à conclusão, pelo uso do método Ver - Julgar - Agir que, na cidade de Limeira, a maioria dos Sindicatos de Trabalhadores estava nas mãos de pelegos. Havia uma exceção: o Sindicato da Alimentação que, desde o início da Ditadura, resistiu à repressão. Os demais não passavam de correia de transmissão do patronato. Na década de 70, a industrialização avançava em Limeira, com as indústrias de autopeças e máquinas crescendo a olhos vistos, em função das péssimas condições de trabalho, de salário e com a miséria e a pobreza se alastrando na cidade.

Aos poucos, pela militância, chegamos no recém fundado Partido dos Trabalhadores e, no interior do Projeto

de Periferia da Igreja Católica, começa a articulação de uma oposição sindical ao Sindicato dos Metalúrgicos. As oposições sindicais combativas, em especial o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), animou duas dezenas de operários de várias fábricas da cidade a se organizar e disputar as eleições daquela categoria no ano de 1981. A inexperiência, somada à ação dos dedos duros nas fábricas e no próprio grupo, impediram que a oposição sequer fosse registrada, pois a maioria foi demitida pelas empresas, inclusive este que escreve. No entanto, essa tentativa, se por um lado nos frustrou, por outro nos ensinou, na prática, levando a que os debates e a organização dos trabalhadores, passasse a se dar quase de forma clandestina, nas Igrejas do Projeto Periferia. A repressão patronal, com ajuda da pelegada, era imensa. Por isso, era preciso ter muito cuidado. Buscar apoio em outros grupos de oposição sindical na região e no Estado era importante, resultando no nascimento da relação com metalúrgicos e outros operários da cidade de Campinas, bem como com o MOMSP.

A organização se dava a partir da PO e outros frutos também ocorreram: foi criada a Oposição Papeleira em Limeira, pois o setor de produção do papel e celulose tinha uma base importante na cidade, com indústrias de ponta no cenário nacional. Era preciso combater uma diretoria sindical pelega que oferecia um assistencialismo forte e clientelista e nada de lutas por condições melhores de trabalho. A Oposição do Papel aprendeu com os erros dos Metalúrgicos e se organizou de forma secreta e, com muito cuidado, conseguiu registrar a chapa e disputar o pleito no ano de 1983. Depois de uma campanha difícil, na qual a diretoria do sindicato dificultou ao máximo, impedindo mesários, fiscais e a lista de votantes para a oposição, acrescida de muita

repressão aos trabalhadores que votassem na oposição, o resultado foi contestado, por ocorrência de fraude eleitoral. A Oposição buscou ações na Justiça do Trabalho, mas ainda estávamos na Ditadura e, infelizmente, nada aconteceu.

Esse foi mais um episódio para os operários tirarem como lição. Enfrentar o sindicalismo, pelego, entreguista e de conciliação, não era uma tarefa fácil de fazer. A hora era de retomar o trabalho de formiguinha nas fábricas, das conversas no pé de ouvido, dos estudos e articulações na PO e outras pastorais.

Em 1984, o ano começa com esperança: era a campanha das Diretas Já, com os movimentos populares e os partidos de oposição ao regime dos Generais buscarem uma ampla mobilização, vislumbrando a possibilidade de aprovação, via Congresso Nacional, de eleições gerais, em especial para Presidente da República, pois a última vez em que houve voto direto para a escolha de Presidente, foi em 1960. Naquele 84, a esperança foi renovada com a retomada das lutas populares, fazendo com que a Campanha pelas Diretas Já para Presidente tomasse conta do Brasil. Os comícios foram gigantescos, como da Candelária no Rio e da Praça da Sé em São Paulo, unindo o PMDB de Ulysses Guimarães, ao PT de Lula. Ademais, juntaram-se a massa trabalhadora, muitos artistas e intelectuais, em um dos momentos mais espetaculares da nossa história.

Em Limeira, governada pelo então prefeito Jurandir Paixão, alguns ônibus foram organizados para eventos em Sampa. O PT e as Oposições estiveram presentes em Campinas e na Capital, mas não de forma organizada. Dois eventos Sindicais ocorreram neste ano com a participação da Oposição Metalúrgica. O 1º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT-, fundada um ano antes,

contou com a participação dos Metalúrgicos da Oposição da cidade, nesse Congresso, ocorrido em São Bernardo do Campo.

Outro evento importante foi a disputa das eleições sindicais dos Metalúrgicos. A chapa foi organizada de forma clandestina, só sendo revelada, após o registro no Sindicato. A busca de apoios locais de outros trabalhadores e movimento foram importantes para a Oposição. Identificada com a CUT, teve total apoio da central, durante a campanha e no decorrer da coleta e apuração dos votos. Com o lema “O Sindicato que temos para o que queremos”, a campanha, embora difícil e com pressão das chefias no interior das fábricas, conseguiu disputar e passar o seu recado.

Foi um pleito cheio de vícios e suspeitas de fraude, ao final do qual a pelegada conseguiu vitória no primeiro turno. Mas como a maioria não foi atingida (50% + 1 dos votos), as eleições tiveram que ser decididas em segundo turno. Agora mais organizada, a Oposição Metalúrgica conseguiu fiscais nas urnas e na apuração. Com a sede do Sindicato lotada, os votos foram contados e o quase impossível aconteceu: a Chapa de Oposição venceu as eleições do maior Sindicato da Categoria, pela diferença de 47 votos. Foi uma festa, com o sonho sendo realizado. Agora era preciso planejar, tomar posse e fazer um mandato de lutas e conquistas.

Entretanto, no dia da posse, o Sindicato foi ocupado por Policiais Militares e um oficial de Justiça trouxe uma ação liminar suspendendo a diplomação. A alegação, das mais absurdas, foi que os Estatutos da entidade não foram cumpridos. Todavia, quem dirigia e controlava a entidade eram os pelegos, portanto a culpa era deles e não da Oposição - que nada tinha a ver com isso. A Ditadura ainda estava em pleno funcionamento, com as suas artimanhas de repressão. No pri-

meiro momento, a diretoria derrotada permaneceu. Com as eleições canceladas, o patronato começou a agir, demitindo os membros da chapa de oposição das fábricas, entendendo que já não tinham o emprego garantido, pois as eleições foram canceladas. Com as disputas no Judiciário e no Ministério do Trabalho, no ano de 1985, o Sindicato sofreu intervenção e um corregedor foi indicado, pelo Governo, para dirigir a entidade, até que o imbróglio se resolvesse.

Naquele ano, depois da emenda Dante de Oliveira - buscando as eleições diretas para Presidente -, um colégio eleitoral votou, no Congresso Nacional, o novo Presidente. Tancredo Neves, candidato das oposições (exceto o PT, que entendia que o voto deveria ser do povo e não indireto), venceu Paulo Maluf, do bloco dos Generais.

No dia 15 de janeiro, o grupo Barão Vermelho, com Cazusa como vocalista, apresentava-se no Rock in Rio para mais de 100 mil pessoas. Antes de começar a canção “Pro Dia nascer Feliz”, ele informou à multidão que a Ditadura Militar acabou. Mais uma vez, eu estava assistindo a TV, chorando e com as esperanças renovadas. Uma fatalidade, a morte do Presidente eleito Tancredo Neves, fez toda a nação ficar apreensiva, pois quem tomaria posse em 15 de março de 1985, era José Sarney, um fiel apoiador da Ditadura. Para a Oposição, esse foi um banho de água fria, pois se acreditava que o moderado Tancredo pudesse dar fim à intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira. Quando o Ministério do novo Presidente foi anunciado, uma luz no fim do túnel apareceu, pois foi nomeado como Ministro do Trabalho o advogado Almir Pazzianotto, ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. No entanto, nada aconteceu e a Intervenção prosseguiu, agora com um corregedor vindo do Ministério.

Tínhamos que nos preparar para as eleições sindicais de 1986. Criamos um jornal para nos comunicar com a categoria, pois muitos metalúrgicos da oposição sindical perderam os seus empregos. Ademais, houve as campanhas para a coleta de alimentos, que mobilizaram as CEBs, o PT e os movimentos populares. Além disso, a Oposição passou a fazer palestras nos bairros, também criando o Cine Clube. Enfim, a Oposição estava bem organizada e a Chapa 1 possuía o Slogan “A Luta Continua”, se não me falha a memória. A pelegada, mesmo não concordando com o fim da Intervenção, montou a Chapa 2. Foi uma campanha intensa, mas tranquila. A vitória foi espetacular, com mais de 70% dos votos válidos.

Os trabalhadores metalúrgicos finalmente ganharam a sua principal ferramenta de luta, que há décadas ficou a serviço dos patrões. As expectativas eram enormes. O Sindicato voltava a ficar cheio nas assembleias e reuniões. A Sindicalização cresceu nos primeiros meses.

Finalizo que o método de prática sindical neste período, tinha muito do Anarco Sindicalismo que, em algum momento, repelia uma organização mais partidária e ampla. Esse era, porém, um sindicalismo classista de base e que apontava para o Socialismo.

Muitos outros assuntos poderiam ser tratados, mas registrar essas memórias é tarefa para um outro texto, mais completo.

Conclusão: a memória como instrumento de transformação

Somos de uma geração que combateu a ditadura militar e ao final repetimos incansavelmente a palavra de ordem: “Ditadura Nunca Mais”!

Apesar dessa insígnia, o fantasma da ditadura tem nos perseguido, marcando toda a trajetória histórica de nosso país. A conjuntura política e social, porém, recomenda cautela, não apenas pela fragilidade da democracia brasileira e das instituições do nosso Estado de direito, mas também e, principalmente, porque é frágil a organização e a capacidade de mobilização dos movimentos sociais populares e das forças políticas da esquerda programática.

Retomar a nossa trajetória nos leva a concluir que temos que aprender com a história. Mas para isso, temos mais perguntas que respostas: O que faz com que dois militantes de esquerda se proponham a escrever suas memórias do tempo vivido sob a Ditadura Militar Brasileira? O que faz com que dois militantes, com percursos diferentes de atuação, busquem traçar objetivos e metas convergentes? O que faz que esses dois militantes, juntem o acúmulo de suas experiências - uma mais acadêmica, outra no meio sindical, num escrito convergente? Como escrever memórias de um período da vida, em uma conjuntura marcada por incertezas quanto ao futuro da democracia no Brasil? Como escrever sobre um tempo passado, sem cair no saudosismo, mas que sirva como recado para as atuais e futuras gerações? Como usar as nossas memórias como instrumentos de transformação da sociedade?

Essas foram algumas das perguntas que fizemos para registrar as nossas memórias. Buscamos, nas nossas adversidades e diferenças, um mínimo de consenso para falar de um assunto que ainda paira, como ameaça, sobre a sociedade brasileira, buscando indicar as possibilidades de luta e enfrentamento da opressão, com olhos voltados para a construção da sociedade socialista.

Sabíamos que não bastava um relato cronológico, mas que era preciso rememorar, também com o coração, às vezes remoendo sentimentos daquele momento histórico, sofrido, mas que nos ajuda a refletir sobre o aqui, agora, e o amanhã. Na redação do fecho deste texto, lembramos do romance “Aos Meus Amigos”, de Maria Adelaide do Amaral, escrito em 1991¹⁵, baseado em histórias reais de amigos da autora que viveram na década de 1970, durante a Ditadura Militar e que, em função dela, separaram-se, voltando a se reencontrar uma década depois, motivados pelo suicídio de um deles.

Nesse reencontro, as memórias de um tempo nada esquecido, vêm à tona. Alegrias e tristezas são colocadas na mesa, mas é necessário que assim seja. As dores sofridas voltaram a ser lembradas neste reencontro. Dores das torturas, das perseguições, da opressão e da ausência de liberdade. No entanto, a solidariedade e o sentido de fraternidade vieram anos depois, mais fortes e consolidados. Mais do que valores, a justiça e a verdade são colocadas como objetivo para esses amigos.

Não podemos nos esquecer de que, apesar de serem reconhecidos 434 mortos e desaparecidos durante a ditadura, a presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Eugênia Augusta Gonzaga, afirma que foram mais de 10 mil os mortos e desaparecidos políticos no Brasil, provocados pela Ditadura Militar, entre 1964 e 1985¹⁶. Contudo, essa história até hoje não foi passada a limpo. Mesmo que os estudos tenham avançado, nem todos

¹⁵ É um romance, de 456 páginas, com a seguinte referência bibliográfica: AMARAL, Maria Adelaide. **Aos meus amigos**. Rio de Janeiro: Globo, 1991. A estória inspirou uma minissérie, exibida pela Rede Globo em fevereiro de 2008. O livro pode ser encontrado em vários sites, o mesmo com os vídeos da minissérie.

¹⁶ A entrevista pode ser acessada pelo seguinte link: <https://apublica.org/2024/10/passa-de-10-mil-procuradora-propoe-recontar-mortos-na-ditadura/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

os arquivos dessa época ainda foram abertos, sabendo-se que muitos acervos foram propositadamente destruídos. A anistia ampla dos torturadores e assassinos dificultou e ainda dificulta que se faça justiça, bem como que a narrativa do que ocorreu, na verdade, seja aberta a todos que quiserem.

Para nós, jovens nos anos 80, estar no olho do furacão era enfrentar o monstro que nos tirava a liberdade. Mesmo sem entender em profundidade o que acontecia naquele tempo, resultado da censura e da falta de informações, não nos furtamos a lutar por uma vida e um mundo melhor. Graças à participação em movimentos pastorais da Igreja Católica, fomos entendendo que sem organização e conscientização crítica, levados a efeito de forma metódica, a luta por melhoria das condições de vida e trabalho, por transformação social, não ocorre. Não éramos e não somos partidários do espontaneísmo, reconhecendo a necessidade de organização de base, de formação e de ação prática.

Ao contrário do que aconteceu no Brasil, os argentinos passaram a limpo sua história, sete anos após o fim da Ditadura Militar no país vizinho. Em 1983, findada a Ditadura, o presidente eleito Raul Alfonsín, determinou que os nove comandantes militares da junta governativa do regime de exceção fossem julgados pelos seus crimes. O julgamento foi transmitido, em tempo real, pelos meios de comunicação para toda a nação e para o mundo. Em consequência, os militares foram presos e alguns faleceram na cadeia. Esse foi um processo difícil para os argentinos, vindo à tona as torturas e assassinatos, mesclado pela desestruturação de milhares de famílias, por causa da repressão. Para os nossos irmãos argentinos, a justiça foi feita e hoje se sabe, com clareza, o que se passou sob este regime de morte.

No Brasil, ao contrário, a “transição lenta, gradual e segura” garantiu a anistia para os responsáveis pelos crimes ocorridos, resultando no que “as viúvas da ditadura” ainda insistem em ideologizar, criando uma narrativa mentirosa, pautada por um revisionismo de extrema direita. Entretanto, essa não é a única herança. Grupos de extrema direita se articulam, vencendo eleições municipais, estaduais e, inclusive, chegando à presidência da república, com uma agenda de extrema direita, retrógrada e violenta. Findado o governo Bolsonaro, foram várias as tentativas de golpe, como a ocorrida em 8 de janeiro de 2023, contra recém-empossado Governo Lula, com desdobramentos até os dias atuais, com ameaças de assassinato do Presidente Lula, do Vice-presidente Alckimin e do Ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Como Limeira não é uma ilha, o que acontece na nossa comuna é a ressonância dos contextos mais amplos - tanto nacional quanto mundial. Com o resgate da memória da esquerda nessa cidade do chamado “interior caipira”, queremos provocar uma revisita à história com olhos no futuro, pois não temos como mudar o passado. Tomamos a memória com um processo educativo, que tem por finalidade formar cidadãos. A memória possibilita o resgate da história. Essa é uma fonte que pode contribuir com a Verdade, sendo um escudo transparente contradiscursos mentirosos (*fake news*), que constituem um perigo para a construção de um novo modo de produzir a vida material, social, política e espiritual.

Os desafios são muitos e enormes. Vivemos sim uma crise de identidade e abandonamos princípios caros para nós. Por isso, com o exercício de resgatar as nossas memórias,

buscamos realizar um ato educacional com vistas à transformação social.

Não há fronteiras nesta luta de morte, nem vamos permanecer indiferentes perante o que acontecer em qualquer parte do mundo. A nossa vitória ou a derrota de qualquer nação do mundo é a derrota de todos (Che Guevara)

Dedicamos este texto a quatro grandes camaradas: Antonio Venâncio, Nelson Caldeiras, José Galdino Clemente e José Bonifácio de Oliveira!

O governo democrático-popular petista em Piracicaba (1989-1992)*

*José Machado*¹

Introdução

O escopo do presente capítulo não é propriamente de esmiuçar e avaliar exaustivamente as medidas administrativas e as políticas públicas da minha gestão à frente da Prefeitura de Piracicaba no período de 1989-1992. Esse mister exigiria um mergulho profundo de pesquisa documental, tarefa para os pesquisadores. Ademais, isso demandaria um espaço que não se dispõe aqui. Nessa perspectiva, o que será focalizado aqui, em primeiro lugar, é uma tentativa de explicar, segundo a minha ótica, como foi possível uma candidatura do Partido dos Trabalhadores ter saído vitoriosa nas eleições de 1988, considerando a compreensão explícita corrente de que se trata de um partido de esquerda, declaradamente socialista, como está expresso no seu manifesto de fundação, bem como o fato de Piracicaba ser reconhecidamente uma cidade representativa do conservadorismo, que impera hegemonicamente nas cidades interioranas do Estado de São Paulo. Depois, serão apresentadas considerações sobre a governabilidade, buscando explicar como foi possível governar, de um lado, com poucos recursos orçamentários e financeiros, num quadro de crise econômica nacional, com recessão e inflação galopante

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.110-137

¹ Foi Prefeito de Piracicaba (1989-1992). Deputado Estadual (1986-88). Deputado Federal (1995-2000). Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (2005-09). Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente (2010).

e, de outro, enfrentando uma correlação de forças amplamente desfavorável na Câmara Municipal, já que o PT não fizera aliança eleitoral e elegera quatro vereadores de um total de dezenove possíveis. Por fim, serão identificados quais projetos concretizados ou deflagrados ao longo dos quatro anos de governo, face aos desafios enfrentados, se constituíram em “marcas de governo” e podem ser considerados como detentores de viés moderno e progressista².

Antecedentes

Os episódios que relatarei a seguir não estavam no escopo original do presente capítulo, mas achei importante resgatá-los, mesmo que superficialmente, para ajudar a compreender meu perfil político e a iluminar o caminho que percorri e que culminou com a minha eleição como prefeito de Piracicaba, em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores.

A minha formação política se inicia com a inserção no movimento estudantil nos idos de 1968, quando ingressei na USP para cursar Ciências Econômicas. Essa militância me custou uma prisão (1969) e condenação (1970) pela Ditadura Militar, que me manteve preso por um ano e três meses. Em razão disso, perdi o emprego no Banespa, no qual ingressei por concurso. Deixei o Presídio Tiradentes em janeiro de 1971, voltei para a Faculdade de Economia e arrumei emprego como auxiliar técnico.

²Imensamente agradecido, dedico este capítulo à aguerrida militância do PT, que me ajudou a vencer as eleições e a governar; aos companheiros Renato Maluf e João Jerônimo Monticelli, que coordenaram com muita sabedoria e dedicação à campanha vitoriosa; ao saudoso Alexandre Alves, o meu companheiro de chapa e de governo; às competentes e dedicadas equipe de governo e bancada do PT na Câmara Municipal e, na pessoa de Janet, a minha companheira de todas as horas, aos meus familiares, cujo apoio e compreensão nunca me faltaram.

Trabalhando de dia e frequentando aulas à noite, tornei-me economista em 1975. A essa altura já estava casado e com uma filha. Apesar de seguir mantendo relações sociais com os egressos da cadeia e os seus familiares, nas quais o diagnóstico político do país sempre era um assunto, não me envolvi em atividades políticas que pudessem ser caracterizadas como comprometedoras e me levassem de volta para a cadeia. Subscrevi manifestos pelo fim da tortura, contribuí financeiramente com vaquinhas para bancar a defesa de companheiros presos, entre outras ações, mas não passei disso. Enfim, acautelei-me.

Em 1976, inscrevi-me, fui aprovado e admitido para o Mestrado em Economia na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Deixei o emprego em São Paulo e me mudei com minha esposa e filha para Campinas para essa nova etapa. Não tinha certeza se queria seguir carreira universitária, mas era uma cogitação. De todo modo, queria muito aprofundar-me na compreensão sobre os grandes desafios econômicos do país, na perspectiva de contribuir com o debate que se insinuava nos estertores da Ditadura. Atraiu-me na UNICAMP um corpo de professores com viés progressista, que tinha um lastro teórico baseado no marxismo, diferente, portanto, do que conheci na Faculdade de Economia da USP.

A deflagração da saga piracicabana

A bolsa que recebia para fazer o mestrado mal dava para o sustento da família. Em 1977, chegou outra filha e aí a coisa apertou, exigindo que eu buscasse alternativas complementares. Nesse mesmo ano de 1977, aceitei um

convite para dar aulas no curso de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Com a credencial de mestrando da UNICAMP e tendo demonstrado comprometimento e capacidade docente, em 1979 fui convidado para assumir a então recém-criada coordenação do curso de Economia da UNIMEP, um cargo em tempo integral, com a obrigatoriedade de ministrar um número relativamente pequeno de aulas, porém com uma remuneração que superava a soma dos proventos da bolsa da UNICAMP com a remuneração das aulas que ministrava na UNIMEP. Animei-me com essa perspectiva, até porque o prazo da minha bolsa estava prestes a expirar e não havia no horizonte alternativa melhor. Consultei a minha esposa e decidimos aceitar o convite. Mudamo-nos de mala e cuia para Piracicaba em meados de 1979. Em janeiro de 1980, nasce o terceiro filho. A saga piracicabana se insinua irremediavelmente na minha vida!

Agora cidadão “caipiracicabano”, naturalmente e com a devida parcimônia, fui me aprofundando no conhecimento das suas nuances de cidade interiorana de porte médio, com o sotaque típico dos seus habitantes e da sua fama de forte apego às tradições conservadoras.

O exercício de coordenador de curso na UNIMEP foi a minha primeira experiência de comando administrativo e de exercício efetivo de liderança, ainda que muito restrita perante alunos e professores e, quem sabe, foi essa circunstância que despertou em minha consciência a aspiração por voos mais ousados.

Como reflexo do que acontecia no país, Piracicaba vivia então sob forte germinação política. Governava a cidade o prefeito João Herrmann Neto (gestão 1977-1982), pelo antigo MDB. Irrequieto, controvertido, irreverente e, para

muitos próceres do conservadorismo piracicabano, irresponsável, pois fustigava a elite local, João (como o chamavam) fazia um governo de oposição à Ditadura Militar e de feição popular. Ele recrutou para assessorá-lo colaboradores da esquerda, que o ajudaram a promover projetos avançados para a época em várias áreas, sobretudo na Saúde. Ademais, concebeu os Centros Comunitários, espaços populares nos bairros periféricos para a discussão de problemas e reivindicações. Com o seu apoio, germinou o que se intitulou MDB Jovem, cujo objetivo era questionar o mandonismo que imperava no partido localmente, projetar novas lideranças e contribuir para consolidá-lo como oposição à Ditadura.

Paralelamente, a UNIMEP também protagonizava essa germinação política. De um lado, os professores se articularam para criar a Associação dos Docentes, que se constituiu num núcleo de resistência à Ditadura. De outro, no seio da Igreja Metodista, preponderou o peso da sua ala progressista, culminando na nomeação do Professor Elias Boaventura para Reitor da instituição, no intuito de colocá-la numa outra perspectiva universitária, voltada ao questionamento do autoritarismo no país, ao desenvolvimento de um ensino crítico das desigualdades sociais brasileiras e à promoção de um projeto de extensão universitária voltado aos interesses populares.

Em outubro de 1980, sob os auspícios de João Hermann Neto e Elias Boaventura, realizou-se em Piracicaba o 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes, o qual, apesar das ameaças e críticas oriundas de setores conservadores e de direita, reuniu milhares de estudantes de todo o país e foi um sucesso absoluto. O atual Presidente Lula, à época já na condição de dirigente máximo do PT, fundado em 10 de

fevereiro daquele mesmo ano, compareceu e discursou na abertura do Congresso.

Liderança que se desabrocha: a tarefa de organização do PT em Piracicaba e região

A conjuntura do país, que apontava francamente pela derrocada da Ditadura, e o ambiente político efervescente na cidade e particularmente na UNIMEP, meu local de trabalho, induziram-me à tarefa de contribuir para a organização local do Partido dos Trabalhadores. Entusiasmava-me a perspectiva de construir algo que se anunciava novo: um partido de massas, protagonizado pelos trabalhadores, democrático e erigido de baixo para cima.

Caí de cabeça nessa tarefa partidária, com a preocupação de realizá-la sem comprometer a minha responsabilidade funcional na universidade, ou seja, prevalecendo-me dos horários de folga, sobretudo aos sábados e domingos. Foram nesses momentos que participei ativamente da promoção de reuniões, seja com os colegas professores também motivados para a causa, seja com pessoas da classe trabalhadora residentes nas periferias da cidade, tendo em mente a disseminação e a organização de núcleos de base, na perspectiva de vertebrar o futuro diretório municipal do partido.

Sobressaindo-me, fui eleito pelos pares sucessivamente presidente da Comissão Provisória e depois do Diretório Municipal do PT de Piracicaba, formalizado em 1981. Nessa condição, vi-me envolvido nos debates e tarefas organizativas que o partido promovia no âmbito regional e estadual e, sem falsa modéstia, tornei-me conhecido e respeitado. Nas eleições de 1982, tendo Lula como candidato a governador de São Paulo e Renato Maluf como candidato a prefeito

de Piracicaba, fui candidato a deputado estadual, com forte apoio na região de Piracicaba, tendo recebido votação próxima a 20 mil votos, considerada à época muito expressiva, embora não tenha sido suficiente para me eleger.

Como decorrência desses fatos, envolvi-me na articulação para a formação de chapa que concorreria à direção estadual do partido. Eleito membro do Diretório Estadual, fui guindado à segunda vice-presidência da sua Executiva, na qual recebi a tarefa de coordenar a organização do partido em todo o interior do Estado de São Paulo. Até hoje não consigo compreender como foi possível tamanho acúmulo de responsabilidades políticas, tendo que dar conta da atividade docente e administrativa na universidade e cuidar para não relegar a família ao abandono.

Não tinha uma exacerbada ambição política, mas o entusiasmo pela missão e a lacuna de lideranças, natural num partido nascente, impunha-me a assunção de responsabilidades cada vez mais amplas e complexas.

Nas eleições de 1986, saí vitorioso e me elegi deputado estadual, com uma votação muito próxima à que havia obtido em 1982. Contudo, em Piracicaba, significando ainda a pequena inserção e representatividade que o PT e eu tínhamos na cidade, obtive uma votação pequena, algo em torno de cinco mil votos, ou seja, um quarto da votação total. Os outros três quartos foram obtidos nas cidades da região, sobretudo, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, Americana e Rio Claro, na Capital e, numa proporção menor, em outros nichos no interior do estado, onde fui apoiado pela militância.

O debate que fizemos no partido sobre a pequena votação que tive em Piracicaba nessa ocasião concluiu que era necessário investir na minha liderança e acumular força, almejando alcançar objetivos partidários mais ousados no futuro.

Essa compreensão redundou na diretriz de colocar meu nome para a disputa da prefeitura da cidade nas eleições vindouras de 1988, mesmo reconhecendo-se que a vitória se apresentava difícil senão impossível. Como desdobramento, outra diretriz foi a de direcionar minha atuação na Assembleia Legislativa para uma pauta que dialogasse fortemente com a realidade local. Nessa perspectiva, com o apoio da bancada do PT, assumi a presidência da Comissão de Assuntos Municipais na ALESP e, ali, entre outras atividades, trouxemos o debate sobre a despoluição do Rio Piracicaba, que era um pleito regional no âmbito da respectiva bacia hidrográfica, porém com forte incidência em Piracicaba. Isso deu visibilidade ao mandato, abriu portas na mídia local e permitiu uma maior interlocução com os formadores de opinião na cidade.

Assim, mostramos as nossas credenciais para a disputa em 1988.

A campanha vitoriosa de 1988

Naquele ano de 1988, o país respirava uma atmosfera democrática e ferviam os debates sobre o seu futuro, na sociedade e no Congresso Nacional, transformado em Assembleia Nacional Constituinte, cujo trabalho resultou na promulgação da Carta Magna brasileira no dia 5 de outubro desse mesmo ano.

Em Piracicaba, o governo municipal peemedebista do então prefeito Adilson Maluf, no seu segundo mandato, de caráter conservador, estava muito desgastado, primeiramente porque havia uma crise econômica no país, com reflexos no orçamento municipal, que o impedia de realizar grandes obras e de prestar serviços públicos de qualidade e, ademais, porque

o seu longo mandato de seis anos cobrava o preço do cansaço perante a população.

Para a disputa das eleições municipais na cidade, naquele ano se apresentaram quatro candidatos: o Deputado Federal João Hermann Neto, o deputado estadual Jairo Matos, o vice-prefeito Antônio Faganello e eu. Em outras palavras, os quatro postulantes detinham mandato eletivo. João Hermann Neto, pelas razões que já apontei anteriormente, era favoritíssimo e quem se supunha credenciado para vencê-lo era Jairo Matos, que era bem conhecido na cidade, possuía uma emissora de rádio e era fundador e dirigente do Lar dos Velhinhos, uma prestigiada entidade assistencial. Faganello, apesar de ter sido vereador e na época fosse o vice-prefeito, não gozava de popularidade e prestígio suficientes para ameaçar os dois primeiros e, além disso, padecia do desgaste do governo ao qual pertencia. Eu, como expliquei anteriormente, também não possuía as credenciais para concorrer com chances de vitória.

Lutei internamente no partido e consegui, para que meu companheiro de chapa fosse o saudoso Doutor Alexandre Alves. Conceituado, alegre, apesar de tímido, Alex, como o chamávamos, tinha tido militância política na Faculdade de Medicina da UNICAMP, onde se formou, como base do Partido Comunista do Brasil e, nessa condição, participou do movimento sanitarista nacional, que culminou com a criação do Sistema Único de Saúde.

Iniciamos a campanha em condições muito precárias. Não tínhamos dinheiro suficiente para estruturar algo minimamente razoável em termos de organização de campanha; o nosso material impresso de apresentação das propostas era sofrível, em termos de qualidade estética, e animava os nossos minicomícios nos bairros uma dupla

sertaneja desafinada, que tinha como palco a carroceria de uma kombi caindo aos pedaços, a qual também servia como nosso palanque para nos dirigirmos ao pequeno público, que, eventualmente, tinha curiosidade de nos ouvir. O maior trunfo da campanha era constituído pela garra de poucos militantes, que não mediam esforços para arregimentar as pessoas e distribuir o material impresso, além de, claro, a veemência dos nossos discursos.

Apesar dessa situação adversa, não perdemos o ânimo e prosseguimos os nossos propósitos, certos de que a campanha, embora não nos incutisse a ilusão da vitória eleitoral, nos propiciaria exposição pública e reforçaria nossa imagem como liderança na cidade.

Não tenho nítida lembrança sobre a primeira pesquisa de intenção de voto divulgada à época. Vagamente, lembro-me de que João Herrmann estava disparado na frente, secundado por Jairo e com Faganello e eu na rabeira, como era de se esperar. Sem capacidade de conseguir informações seguras sobre a evolução das intenções de voto, confiávamos no diz-que-diz das ruas e na percepção do sentimento das pessoas com quem dialogávamos no corpo-a-corpo. Havia alguma receptividade ao meu nome, as pessoas me recebiam bem, mas nada suficiente para nos trazer alguma ilusão.

Até que, na reta final da campanha, a uns trinta dias antes do pleito, a repetidora da TV Globo de Campinas (hoje EPTV) anunciou a realização de dois debates entre os candidatos a prefeito de Piracicaba. O primeiro foi cancelado, porque João Herrmann alegou que não poderia se ausentar de Brasília, em razão de votações importantes na Constituinte. Restou a confirmação de um único debate, programado para um domingo pela manhã, ao vivo.

Compareci ao debate sem nenhuma experiência anterior com esse tipo de evento e, por outro lado, embora conhecesse os principais problemas da cidade e tivesse propostas, não estava, essa é a verdade, preparado suficientemente para ter um bom desempenho. Contudo, como a minha expectativa eleitoral era quase nula, não fui tomado pelo nervosismo exacerbado e entrei em cena relativamente tranquilo. Já João Herrmann estava autoconfiante e, ao seu estilo, abusando da estatura física e política, dominou o ambiente do estúdio.

O que importa registrar aqui sobre esse debate, que significou uma reviravolta na minha campanha é que, sorteado para me dirigir uma pergunta, João, decidido a explorar o meu relativo desconhecimento das profundezas da administração pública e da realidade piracicabana, perguntou-me: “Você sabe onde fica o Curral da prefeitura?”. Como todo bom caipira do interior, eu sabia o significado da palavra curral, mas não tinha a menor ideia sobre o seu significado no âmbito da administração municipal local e muito menos sabia onde ficava. Devidamente preparado para não mentir e nem tergiversar, respondi serenamente que não sabia. Na réplica, João então adota uma pose arrogante e professoralmente se põe a explicar que o Curral da Prefeitura era onde se recolhiam animais equinos e bovinos encontrados nas vias públicas, que para liberá-los, os seus proprietários tinham que pagar uma multa e explicou a sua localização. Veio a tréplica, olhei para a câmera e pausadamente bati palmas e exclamei com evidente ironia: “Parabéns, João! Medalha de ouro pra você! (inspirei-me nas Olimpíadas daquele ano). Estou impressionado com seu competente conhecimento sobre o Curral da Prefeitura. Agora, convenhamos, eu imaginava que debateríamos aqui os problemas centrais e urgentes da cidade, como Educação, Saúde, Transporte Coletivo, por exemplo, e

não essa questão tão banal. Você está rebaixando o nível do debate”. A câmera focaliza o semblante desconcertado de João. Bingo!

Terminado esse debate, eu estava aliviado, com a sensação de que não decepcionara, mas evidentemente não tinha a menor ideia sobre o impacto nos telespectadores. Cheguei em casa e fui almoçar com a família. Toca o telefone. Uma senhora que se identificou como funcionária do Banco do Brasil me disse: “Professor Machado, tenho uma família grande aqui em Piracicaba e estamos reunidos para um almoço. Vimos o debate na TV e decidimos votar em peso no senhor”. Pensei com meus botões, fiquei feliz, é claro, comentei à mesa com minha esposa, mas não tirei maiores conclusões.

No dia seguinte, logo cedo, Alex e eu tínhamos uma atividade de panfletagem e corpo-a-corpo numa feira de bairro, se não me engano no Bairro São Dimas. Entramos na feira e fomos recebidos entusiasmamente, com tapinhas nas costas: “Vimos o senhor ontem na TV e o senhor acabou com o João. Vou votar no senhor”. Um feirante disse: “Senhor Machado, deixe seu material aqui na banca. O senhor arrasou ontem”. Alex e eu ficamos exultantes, mas sem entender nada. O que significava aquilo? Essa foi uma constante nos dias que se sucederam. A ficha caiu de vez quando fomos visitar uma empresa metalúrgica de porte médio. O dono da empresa que nos recebeu na sua sala foi logo avisando:

Não gosto do PT e, portanto, não contem com meu voto. Aceitei recebê-los porque os demais candidatos já estiveram aqui e não seria justo negar isso pra vocês. Vou liberar a fábrica para vocês cumprimentarem os operários, mas não vou parar a produção. Um encarregado vai acompanhá-los.

Adentrando a área de produção, nos deparamos, como era de se esperar, o barulho típico das máquinas e os trabalhadores concentrados nos seus misteres, devidamente protegidos nos olhos e nos ouvidos com os dispositivos de segurança. Ora nos cumprimentavam com o meneio da cabeça, ora levantavam o polegar em sinal de positivo, ora indicavam com o dedo o adesivo pregado na máquina, que exibia a minha foto e a estrelinha vermelha do PT. Não houve diálogo, apenas sinais eloquentes. Meu Deus, pensei, vamos ganhar essa eleição!

Depois da visita à fábrica, Alex foi me levar até a minha casa. No caminho, uma explosão de exclamações eufóricas. Ao chegarmos, ele desligou o carro e, carregado de perplexidade, nunca vou me esquecer, me perguntou: “Machado, você é rotariano? Não. Você é maçom? Não. Você é sócio do Clube de Campo? Não. Eu também não. Então, caralho, por que diabo você acha que podemos ter chance de ganhar a eleição?”. Rimos à larga.

O cavalo estava passando arriado e era necessário dar um freio de arrumação na campanha. A coordenação e eu decidimos então por esse objetivo, que requereria contratar serviços especializados de marketing político e investir na melhoria da qualidade dos materiais de campanha, o que, por sua vez, implicaria ampliar a disponibilidade de recursos financeiros. Passar o chapéu junto a empresas para arrecadar recursos para a campanha era um tabu no PT. Principista, o núcleo dirigente do partido em Piracicaba, no qual me incluía, era arredo a essa ideia, mas sucumbiu aos argumentos.

Um jovem casal de arquitetos, que se vestia como hippies e se assumia como tal, foi contratado e incumbiu-se da tarefa de produzir peças publicitárias para a reta final da campanha e o resultado oferecido foi estupendo, cheio de

imaginação, promovendo uma mudança estética radical, que contribuiu fortemente para a impulsão da mobilização nas ruas.

Naqueles dias decisivos, ao final de cada jornada nos reuníamos para fazer um balanço, que melhorava continuamente. Jovens estudantes treinados e contratados pela coordenação passaram a fazer diariamente pesquisa de intenção de voto pelo método de pesquisa de fluxo, nas ruas e logradouros mais movimentados do centro da cidade, sem preocupação científica, mas para aquilatar tendência. Os resultados eram animadores: pau a pau com João Herrmann. Uma pesquisa patrocinada pela EPTV, divulgada uns 15 dias antes das eleições, confirmou essa polarização. No dia 9 de novembro, a quatro dias antes do pleito, a edição do Jornal de Piracicaba publicou uma pesquisa da sua responsabilidade, dando-me a vitória.

Chega o dia das eleições. 13 de novembro de 1988. A boca de urna fervia e a cidade estava dividida ao meio. Percorrendo as seções eleitorais, a recepção dos votantes a mim era muito animadora. Após o encerramento do pleito, todas as urnas foram depositadas no ginásio de esportes da ESALQ-USP e ali seria feita a apuração dos votos. Excitada emocionalmente e com a imaginação a mil, a nossa militância, alegando fatos incomprovados de outrora, estava receosa quanto a um roubo de urna e decidiu que alguns dormiriam do lado de fora no ginásio para fazer a guarda.

Na segunda-feira, inicia-se a apuração dos votos. Havia muita gente no ginásio da ESALQ e muitas provocações de parte a parte. A militância estava preparadíssima para fiscalizar o processo de apuração e recebera a orientação para não baixar a guarda.

Na apuração, houve um momento em que o juiz eleitoral teve que subir numa mesa e fazer ameaças para acalmar os ânimos. No primeiro dia, a apuração terminou comigo na liderança, com uma diferença apertada. No dia seguinte, idem. Um repórter de rádio da cidade, correligionário de João Herrmann, vociferava, dizendo que quando fossem apuradas as urnas da periferia, a virada seria inevitável. Mas não foi isso que aconteceu. Mesmo nas urnas dos bairros periféricos, nas quais se esperava um estouro na votação de João, dada a sua reconhecida popularidade, havia uma alternância, ora ele na frente, ora eu, por margem muito pequena. Por outro lado, nas urnas dos bairros de classe média, eu ia abrindo uma diferença continuamente. Na quinta-feira, dado o clima pesado, fui orientado a não ir para o ginásio e acompanhar tudo pelo rádio, em casa. Lembro-me de que, nesse dia, a minha esposa Janet, os meus filhos Joana, Júlia e Virgílio, o meu irmão Osvaldo, que nos visitava, e eu fomos fazer um piquenique na beira do rio Piracicaba, com o radinho a tiracolo. A totalização dos votos apurados até então indicava uma pequena diferença minha em relação ao João. Faltava apurar os votos das urnas do Bairro da Vila Rezende, um bairro populoso de tradição operária, por sediar ali unidades da empresa metalúrgica Dedini, mas muito conservador e de tradição religiosa. O conservadorismo desse bairro nutria a nossa expectativa de que a votação de João ali não teria sido alvissareira, mas essa era apenas uma hipótese. Suspense no ar! O que trará de resultado a primeira urna a ser aberta naquela manhã de sexta-feira, último dia de apuração? Uau! Venci de lavada. Não demorou e o repórter de rádio, justamente aquele ligado a Herrmann, liga para minha casa e pede a prerrogativa de ser o primeiro a cumprimentar o futuro prefeito de Piracicaba.

Venci as eleições de 1988, porque João Herrmann, apesar de ter realizado anteriormente como prefeito um mandato de feição popular, tinha uma rejeição absurda na classe média; porque a conjuntura política do país favoreceu; porque a pequena (numericamente) militância do PT fez a sua parte e porque demonstrei algum talento na defesa de ideias programáticas para enfrentar carências sociais e infraestruturais básicas da cidade. Isso também ocorreu, porque, enfim, por sensata lucidez, não fizemos uma campanha ancorada numa retórica de esquerda radical. Pelo contrário, a campanha se apoiou num discurso moderado, calcado nos problemas concretos da população piracicabana, sobretudo ressaltando a sua porção socialmente mais vulnerável e o enfrentamento do déficit de estrutura social existente na cidade. Há quem diga que demonstrei também capacidade de criar empatia com o eleitorado.

Os preparativos para a posse

Uma coisa é o discurso de campanha, outra, bem diferente, é a tarefa concreta de governar, sobretudo em condições adversas. Esse dilema me assaltou nos poucos dias que antecederam à posse.

Os relatos da comissão de transição, indicada por mim para avaliar a situação da prefeitura do ponto de vista de sua capacidade administrativa e financeira foram deveras preocupantes: orçamento e disponibilidade financeira limitados em razão do comportamento tímido da arrecadação; frota de veículos leves, caminhões e máquinas sucateada; estoques de materiais praticamente inexistentes; nenhum contrato vigente com terceiros que pudesse suprir ou mitigar esse déficit da capacidade própria da prefeitura. Essas circunstâncias adver-

sas e a impossibilidade de solucioná-las com rapidez, obviamente, impossibilitariam o enfrentamento adequado das inundações em algumas áreas críticas e os estragos nas vias carroçáveis urbanas e rurais provocados pelas chuvas torrenciais dos primeiros meses do ano, afora o crescimento do mato nas calçadas e praças públicas.

Duas outras circunstâncias preocupantes eu já constataria na campanha e foram confirmadas na preparação da posse. A primeira era que havia uma desmotivação generalizada entre os servidores municipais, em razão, sobretudo, de salários defasados e corroídos pela inflação galopante então vigente. A segunda era o Serviço Municipal de Água e Esgotos – SEMAE, que padecia de um déficit orçamentário-financeiro significativo e estava à mercê da defasagem do valor das tarifas praticadas pela autarquia para a prestação dos serviços no contexto de inflação galopante já referido. Esse déficit não apenas inviabilizava a cobertura dos gastos de operação e manutenção do sistema de água e esgotos, como também a realização de investimentos, por mínimos que fossem, para expansão e melhoria do sistema, sem falar que a frota de máquinas e veículos da autarquia também estava sucateada. O buraco orçamentário-financeiro para a mera operação e manutenção do SEMAE, que incluía o pagamento da folha salarial, era coberto por repasses da prefeitura, a qual, conforme já assinalado, padecia do comportamento ruim das suas receitas. Esse fato agravava sobremaneira o desempenho da administração na prestação de serviços públicos, particularmente os referentes à zeladoria da cidade, mas não só, pois assombrava também a necessidade de realizar despesas imediatas para as políticas públicas em áreas essenciais, como Educação, Saúde e Transporte Coletivo.

Com essas preocupações que me faziam perder o sono, pus-me, juntamente com a direção do PT, a montar a equipe de governo. Fomos buscar quadros na universidade, com destaque para a UNIMEP, onde lecionava e tinha um amplo elo político e que era um dos núcleos onde se erigiu o PT de Piracicaba. Não era apenas a competência técnica que nos interessava, mas, sobretudo, como um atributo da esquerda, a afinidade programática e a férrea disposição militante dos futuros secretários e assessores, pois somente assim, com garra e competência, seríamos capazes de relativizar as limitações que se antepunham ao futuro governo e garantir um mínimo de governabilidade diante das expectativas da população. Essa governabilidade, ademais, estava colocada em xeque diante da correlação de forças adversa na Câmara Municipal, conforme assinaliei anteriormente, e por uma certa desconfiança, que permeava a elite local quanto à capacidade administrativa e à resiliência de um prefeito de esquerda e, além disso, “estrangeiro”, ou seja, recém-chegado à cidade e pouco entrosado socialmente.

A propósito dessa desconfiança, lembro-me de que, antes da posse, foi-me solicitado um encontro com o presidente da Caterpillar do Brasil, empresa multinacional, montadora de máquinas pesadas, sediada em Piracicaba. Nesse encontro, cordial, mas permeado de alguma tensão, fui sem rodeios questionado se a empresa poderia se tranquilizar quanto à postura do novo governo municipal de não opor óbices ou dificuldades às suas atividades. Embora não verbalizado, havia no ar o receio de que o governo do PT estimularia tensões de classe, apoiaria greves trabalhistas e coisas assim. Embora a atitude da Caterpillar pudesse ser considerada representativa sobre o que pensava - e temia - a elite piracicabana, ela foi muito amena e sutil quando

comparada ao editorial do Jornal de Piracicaba na edição do dia 19 de novembro de 1988, dia seguinte ao da vitória, assinado pela sua proprietária, Antonieta Rosalina. Vejamos alguns excertos desse editorial:

O Sr. José Machado é economista, professor universitário, pessoa culta, honesta, nada havendo em seu passado que o desabone. Agora ele é governo. É situação, vidraça, digamos assim mais chão a chão, mais raso e claro. Não podemos acreditar que ele se disponha a acobertar estados de greve, desordens, desarranjos, ataques a empresas, pelo simples motivo de que ele vem de um partido com ideias revolucionárias...Se o PT ameaçar a livre iniciativa, nós da livre iniciativa vamos ter que nos arregar para enfrentar o PT...Que venha o PT e vamos recebê-lo como adultos, sem falsos medos e dispostos ao diálogo, a respeitar e a nos fazer respeitar.

Nessa mesma edição do JP, em uma matéria de capa, faz-se referência a uma declaração minha em entrevista coletiva após o anúncio da vitória, na qual afirmo pretender “...fazer um governo municipal democrático e popular, sem retaliações...estar aberto ao diálogo com as forças políticas e que a administração será feita por mim, mas com a cara do PT”. Mesmo sem conhecer previamente a posição desse jornal, conforme o referido editorial, a minha declaração apresentava, com clareza, as credenciais do futuro governo, externando a compreensão, não necessariamente convergente com o que pensava uma parcela minoritária do PT local, sobre o caráter político-ideológico da administração municipal sob minha responsabilidade no mandato, que se estenderia de 1989 a 1992.

O momento histórico que vivíamos no país naqueles anos, após o fim da Ditadura Militar e a promulgação da

Constituição de 1988, era de redemocratização e de construção e consolidação de direitos sociais, circunstâncias que indicavam para a esquerda uma perspectiva de acúmulo de forças e da construção de um campo democrático capaz de preparar o terreno, disputar a hegemonia e criar as condições para a transformação da sociedade. Nesse contexto, disputar eleições, visando conquistar mandatos parlamentares ou administrativos, constituía-se numa vertente partidária que se conjugava de modo inseparável à diretriz de levar consciência política aos trabalhadores e organizá-los politicamente de baixo para cima.

Em nenhum momento, portanto, durante a campanha eleitoral e mesmo depois, no transcorrer do governo, alimentei ou expressei qualquer pretensão de fustigar a elite local com retórica ou atos concretos radicais de cunho ideológico, pelo contrário, pois para mim estava claro que isso não tinha efeito prático nenhum, pois colocaria o governo nas cordas desnecessária e inútilmente. Essa era uma compreensão majoritária no PT e ditou o que veio a se intitular o “modo petista de governar”, marca daquela geração de prefeitos e prefeitas eleitos em 1988. Isso significava, sobretudo, inverter prioridades na formulação e concretização das políticas públicas, enfatizando o enfrentamento das carências sociais e, para além da democracia formal elitista, investir na criação de canais de participação popular direta na definição dessas mesmas prioridades, dos quais o Orçamento Participativo se constituiu no canal mais emblemático. Sem esconder esses propósitos inegociáveis, procuramos, por outro lado, e sem qualquer reticência, dialogar com o conjunto da sociedade, tomando iniciativas que atendessem ao interesse geral.

Tratemos de governar, pois não?

Cientes dos desafios, mas cheios de confiança, a minha equipe e eu, a partir do dia 1º de janeiro de 1989, mergulhamos na tarefa de governar Piracicaba. A nossa orientação geral de partida era suar a camisa, botar o cérebro para funcionar, criar um ambiente de diálogo que favorecesse a liberdade criativa dos servidores nas várias áreas e interagir com a comunidade. Acreditávamos que esse ímpeto proativo neutralizaria as desconfiças reinantes, propiciando um clima favorável ao enfrentamento das dificuldades.

Praticamente enfrentamos e procuramos soluções, mesmo que parciais, para todas as questões que afetam o dia a dia de uma cidade e da sua população. Mesmo com as limitações já referidas anteriormente sobre a reduzida capacidade administrativo-financeira da prefeitura e sabedores de que não poderíamos contar com a ajuda do governo federal e nem do governo estadual (nem linhas de financiamento havia), mas nos valendo da vontade política e da imaginação criativa, fomos gradativamente ampliando a oferta e a qualidade dos serviços públicos em todas as áreas. A minha equipe de primeiro escalão, um pequeno corpo de assessores e eu nos multiplicamos e abrimos um amplo mutirão dialógico com os servidores da prefeitura e com os munícipes em geral, na intenção de nos aprofundarmos no conhecimento das suas demandas mais candentes e nas alternativas para atendê-las, mesmo que fosse parcialmente. Entendemos que era necessário gerar empatia com a comunidade, convencê-la de que éramos parceiros e de que não faltariam esforços da parte da nova administração. Com os servidores, a intenção era atraí-los para o projeto de governo de modo que se sentissem motivados e vestissem a camisa, como uma fórmula inicial para mitigar a defasagem

salarial então existente e que os desalentava. Orientei cada secretaria para responder com agilidade todas as solicitações e questionamentos dos vereadores e vereadoras.

Esse processo de diálogo e de mobilização de vontades atenuou as expectativas reticentes da sociedade em geral que havia no início do governo e permitiu que os projetos desabrochassem continuamente no interior das secretarias, dando forma e conteúdo ao governo. Cabe asseverar, contudo, que essa afirmativa não deve levar à conclusão de que tudo foi fácil e idílico. Pelo contrário, a caminhada foi tensa e eivada de conflitos.

Governamos sob tensão permanente, tanto por conta da pesada pressão reivindicatória dos setores populares que vislumbraram a oportunidade de ver atendidas as suas causas perante um governo democrático, quanto pela oposição partidária, que se expressava, sobretudo, no plenário da Câmara Municipal, onde a nossa aguerrida e qualificada bancada resistiu como pôde, mas era amplamente minoritária, e nos jornais e emisoras de rádio que não pouparam críticas ácidas ao governo, muitas delas de caráter oportunista e partidarizado. Era comum os jornais estamparem fotos na primeira página, com estardalhaço, para revelar suposto abandono ou descuido na manutenção de uma praça ou de uma via pública. Ademais, eles veiculavam nas manchetes garrafais as seguidas majorações das tarifas de ônibus e dos serviços de água e esgotos, as quais, com coragem e determinação, éramos obrigados a praticar em razão da inflação elevada, para impedir a deterioração desses serviços. Havia também uma crítica dura de um setor sectário do PT local, amplamente minoritário, que considerava o governo conciliador e distante da luta de classes. Reivindicava-se que o

governo fosse para o confronto na Câmara Municipal e na sociedade³.

Há que se reconhecer, por outro lado, que perdemos a batalha da comunicação, aliás, um defeito dos governos de esquerda. A nossa política nesse terreno se revelou deficiente, senão ingênua ou equivocada, pois abdicou de fazer o enfrentamento necessário, de modo a qualificar adequadamente o embate político.

De todo modo, no balanço de final de governo, apresentado à população piracicabana, a título de prestação de contas, foi possível contabilizar uma miríade de programas e projetos extremamente ampla e diversa, demonstrando cabalmente a inversão de prioridades e que a vontade política se sobrepôs às dificuldades e limitações encontradas ao longo do governo, contornando o chororô e tirando leite de pedra.

Trago aqui, correndo o risco de me esquecer de algo, uma alentada lista de iniciativas e realizações, elencadas sem ordem hierárquica e sem aprofundamento.

1. Urbanização de favelas, uma exigência do movimento popular: arruamento, rede de água e coleta de esgotos, energia elétrica, coleta de lixo;
2. Cultura nos bairros: dança, música, teatro nos centros comunitários e escolas;
3. Desporto de base: o esporte e o lazer como um direito de todos;
4. Transformação do “lanchinho” em refeições “de fato” nas creches e pré-escolas municipais e nas escolas de ensino fundamental do estado;

³ Uma referência importante para a compreensão desse contexto é a Tese de Mestrado “Esquerda e Poder: A Gestão Petista na Prefeitura de Piracicaba (1989-1992)”, defendida por Jefferson Oliveira Goulart em 1996, junto ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

5. Obras e adaptações para elevar o número de vagas e garantir o acesso de crianças oriundas de famílias pobres às creches e pré-escolas municipais;
6. Programa de Educação de Adultos pelo Método Paulo Freire;
7. Implantação do Observatório Municipal: olhar o céu, emocionar as crianças e adultos e desvendar o Universo;
8. Implementação pioneira do Sistema Único de Saúde: ênfase na prevenção, gestão integrada e participativa; ampliação na oferta dos serviços de saúde;
9. Programa Primeiro Emprego, voltado à juventude;
10. Projeto Clarear, voltado à cidadania de pessoas com deficiência;
11. Programa do Idoso;
12. Implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
13. Implantação de varejões municipais: oferta de produtos hortifrutigranjeiros de boa qualidade e a preços acessíveis;
14. Criação e implementação da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP: implantação de conjuntos habitacionais; usina de asfalto e apoio à autoconstrução com oferta de materiais a preço de custo;
15. Saneamento financeiro do SEMAE, pela recomposição tarifária e adoção da tarifa social;
16. Recuperação e ampliação da frota de veículos pesados;
17. Reforma Administrativa, para racionalizar e modernizar o serviço público;

18. Atualização da base de cálculo do IPTU e das alíquotas, com consulta à população, que permitiu a elevação das receitas próprias da Prefeitura;
19. Elaboração do Plano Diretor Urbano, com participação popular, e o seu encaminhamento à Câmara Municipal;
20. Recuperação das perdas salariais dos servidores públicos. Postura democrática e respeitosa diante de greve prolongada realizada pela categoria, na sua luta pela recomposição salarial;
21. Realização de concursos públicos, sobretudo para contratação de médicos, professores e merendeiras;
22. Oferecimento de café da manhã aos servidores públicos municipais;
23. Ampliação da rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários, bem como ampliação da rede de oferta de água tratada;
24. Obras pontuais nos bairros e áreas centrais da cidade de reestruturação da rede de águas pluviais para combate a inundações;
25. Projeto FelizCidade, mutirão de serviços, obras de manutenção e limpeza de próprios públicos nos bairros populares, com atividades esportivas e culturais e participação comunitária;
26. Recuperação das estradas rurais;
27. Reestruturação e modernização da Guarda Civil Municipal: auxílio ao público; pelotão escolar; pelotão ambiental; recrutamento feminino;
28. Transformação em aterro sanitário do lixo existente no bairro rural Pau Queimado, que recebia os resíduos sólidos da cidade num ambiente promíscuo, no qual catadores, com a presença de

crianças, para subsistência, separavam materiais para vender;

29. Projeto Cata-Cacareco: coleta de utensílios inservíveis residenciais, para reciclagem e destinação final.

Considerações finais

A esse conjunto de obras e projetos, ilustrativos da inversão de prioridades, somamos outro prenhe de iniciativas, que se tornaram emblemáticas no imaginário social e moldaram o legado do governo democrático-popular de Piracicaba, atravessando os anos até o presente.

Cabe asseverar que esse foi um governo republicano e rigorosamente ético, postura percebida com clareza pelo conjunto da população, mesmo nos redutos da Oposição. Erros administrativos podem ter sido cometidos, como é natural, mas jamais se contestou a lisura minha e da minha equipe. Consagrou-se um dito popular: “O Governo do Machado fez obras que ninguém vê e que não dão voto”.

A integração do sistema de transporte coletivo, de modo que o usuário pudesse pagar apenas um bilhete para se deslocar para qualquer ponto da cidade, foi uma iniciativa pioneira em termos nacionais, seguindo a pegada de Curitiba. Ademais, uma matéria de revista especializada trouxe o seguinte título: “Revolução no Canavial”⁴. Esse título diz tudo e assim foi percebido pela população.

Houve, também, a luta pela recuperação ambiental do Rio Piracicaba. O rio, como é público e notório, é o xodó da população piracicabana e a minha liderança na criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e

⁴Technin Bus, Ano 1, número 5, Jan-Fev 92.

Capivari, tendo sido seu primeiro presidente, cristalizou um amplo e histórico reconhecimento social em Piracicaba e, por que não dizer, esse projeto tornou-se (e ainda é) referência no país.

Houve a desapropriação e a posse do Engenho Central em 1989, edificação histórica, que fica na margem direita do Rio Piracicaba e que se tornou um polo cultural de significativa relevância local e regional. A Festa das Nações foi transferida para esse espaço e ganhou escala e visibilidade. Em dezembro de 1992, último ano de governo, foi inaugurada a Ponte Pênsil, que permite o acesso a esse próprio público pela margem esquerda do rio. O conjunto Engenho Central/Ponte Pênsil e sua simbiose com o rio e, modéstia à parte, é o mais badalado cartão-postal de Piracicaba.

O governo, literalmente um governo de “portas abertas”, abriu os braços para a população, criando canais efetivos de diálogo e participação cidadã, a exemplo das conferências. A implementação do Orçamento Participativo não foi um faz-de-conta e, a exemplo de outras cidades governadas pelo PT, representou um marco indiscutível. Até hoje pessoas que participaram do projeto, quando instadas, fazem questão de exibir, com orgulho, a sua credencial de Delegado(a) do Orçamento Participativo.

Apesar da crise nacional, com os seus impactos sociais aterradores, procuramos cultivar o otimismo no seio da população, promovendo uma atmosfera alegre e vibrante. Os desfiles de 7 de setembro, na rua Governador Pedro de Toledo, que atravessa o centro da cidade, apinhada de gente, voltaram a ser uma atividade obrigatória na cidade. Apoiamos as escolas de samba e realizamos, todos os anos, o Carnaval de Rua na Avenida Armando de Salles Oliveira, igualmente lotada. Esses eventos sempre contaram com a minha presença

e da minha esposa e dos componentes da equipe de governo. Nos bailes carnavalescos dos clubes mais populares, lá estavam minha esposa e eu como foliões. Era corriqueiro me verem nas festas promovidas nos bairros rurais. É verdade, eu era jovem e tinha muita saúde para essa maratona.

Em várias oportunidades, promovemos a vinda de personalidades para animar os debates sobre a conjuntura e os seus impactos e sobre políticas públicas. Vale a pena destacar as presenças de Lula, Paulo Freire, Luiza Erundina (Prefeita de São Paulo) e Celso Daniel (Prefeito de Santo André).

Escrevi aqui na primeira pessoa para facilidade discursiva, contudo, não posso encerrar o presente capítulo sem reconhecer que jamais poderia ter governado com eficiência, responsabilidade e viés progressista, que acredito meu governo ter alcançado, sem o protagonismo coletivo. Por outro lado, devo reconhecer também que, apesar de dura e por vezes implacável, a Oposição soube ser, reciprocamente, respeitosa comigo e com a minha equipe, proporcionando um relacionamento democrático e de alto nível.

Numa perspectiva democrático-popular, eu fiz o governo possível e me orgulho do que fiz.

Tão perto e tão longe: militantes locais e anticomunismo nas páginas de “o eco”, na Segunda Guerra Mundial*1

*Marcos Paulo da Silva*²

Introdução

O contexto da década de 1940 e os reflexos da Segunda Guerra Mundial no Brasil já foram estudados nas suas mais variadas manifestações, mas ainda há muito a ser compreendido, sobretudo nas áreas distantes dos grandes centros urbanos em termos de manifestação das ideologias políticas. O objetivo deste capítulo é tratar de forma contextual das representações em torno do tema comunismo construídas nas páginas do semanário *O Eco*, periódico fundado no interior paulista em 1938, em Lençóis Paulista (município localizado a 300 quilômetros a oeste de São Paulo), com ligação com a colônia italiana da região, e o silenciamento do veículo em relação à repressão aos militantes comunistas locais. Em especial após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.138-163

¹ As discussões contidas neste capítulo integram a dissertação de mestrado “A representação da Segunda Guerra Mundial em um semanário do interior paulista. *O Eco* (1939-1944)”, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ver: Silva (2007) e Silva (2008).

² Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisador visitante (2022) na School of Journalism da Michigan State University (East Lansing, Michigan, EUA) com bolsa de pós-doutorado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor em Comunicação Social (2013) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado-sanduiche (PDEE/CAPEs, 2011) na Syracuse University (Syracuse, New York, EUA). E-mail: marcos.paulo@ufms.br.

com as contradições que os novos arranjos geopolíticos representaram para a colônia italiana, o jornal adotou uma postura de embate ferrenho ao comunismo, aproximando-se de forma oculta do discurso integralista do período com forte influência da direita católica. Tais críticas, todavia, explicitadas nos editoriais do veículo, tinham como foco a geopolítica internacional, silenciando-se sobre a ação dos de comunistas na região.

Em termos contextuais, a história de colonização de Lençóis Paulista se remete ao século XIX e reforça as peculiaridades da sua formação. Fundada oficialmente em 1858, a cidade se caracterizou durante as suas primeiras décadas de existência como uma terra de pequenos agricultores e criadores de gado, que destinavam a sua produção aos mercados local e regional, além da própria subsistência. A suspensão do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz), em 1850, a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a abolição da escravidão, em 1888, abriram caminho para um grande fluxo de imigrantes no Brasil. Com a Proclamação da República, em 1889, o governo federal acentuou o fluxo migratório com a criação de programas de colonização que atraíam camponeses pobres da Europa. Para efeitos de exemplificação, em 1905 eram registradas no município 675 propriedades agrícolas, 526 delas em mãos de brasileiros e as restantes 149, em posse de estrangeiros. Em menos de duas décadas, os imigrantes já representavam 22% dos proprietários rurais de Lençóis Paulista, proporção que aumentaria nos anos seguintes, medida do êxito de muitos deles no Novo Mundo (Camargo, 1952; Fernandes, 2003).

Figura 1: Fachada de uma casa comercial na rua 15 de Novembro, principal via de Lençóis Paulista, em 1909



Fonte: Arquivo familiar – Família Paccola (1909)

Em 1920, as propriedades eram em número de 607, das quais 313 (51%) em mãos brasileiras e 294 (48%) com os imigrantes. Nesta data, a população imigrante, 4.008 pessoas, representava 19,7% da população total de 20.294 habitantes da cidade. Isso significa que 7% dos considerados imigrantes eram proprietários agrícolas, um índice bastante alto. Entre os brasileiros, esta porcentagem era de 2%. Em 1940, período já abarcado pelo presente estudo, 441 brasileiros (66%) tinham propriedades agrícolas, com um tamanho médio de 43 alqueires, enquanto 228 estrangeiros (34%) possuíam uma propriedade com tamanho médio de 34 alqueires. Entre eles, havia 136 italianos, 20 portugueses e 72 “outros” (Camargo, 1952; Fernandes, 2003).

Os números mostram a presença maciça de italianos entre os imigrantes e a integração deles na região. A chamada “grande naturalização” decretada no Brasil com a Proclamação da República teve também reflexos em Lençóis Paulista.

Com a medida, os imigrantes ganharam direitos eleitorais e representatividade política na cidade. Não faltaram incentivos para a fixação dos estrangeiros, que passaram a circular e disputar posições no espaço público.

Nesse sentido, outro fator determinante foi a expansão da malha ferroviária no interior de São Paulo. O desenvolvimento das linhas férreas Sorocabana e Paulista, bem como a criação da linha Noroeste, cujo entroncamento se dá no então recente município de Bauru, emancipado politicamente em 1896, permitiu, em dimensão inédita, a circulação pela região de produtos, capitais e, sobretudo, pessoas. Consequência da intensa movimentação de pessoas para os parâmetros do período, a circulação de ideias – integralistas, comunistas, socialistas, anarquistas, fascistas e liberais, entre outras bandeiras políticas – ajudou a compor a nascente opinião pública da época.

Figura 2: Chegada do primeiro trem na região de Lençóis Paulista, em 1898



Fonte: Arquivo Alexandre Chitto (1898)

No complexo de variáveis culturais e políticas que constituíram o contexto desta pequena localidade no interior paulista na década de 1940, este capítulo pretende elucidar as contradições inscritas nas entrelinhas do então único jornal local lençoense sobre o tema comunismo, identificando os personagens locais que eram exaltados nas páginas do periódico e aqueles que foram silenciados, em decorrência da sua militância.

O Eco: espaço de representações ideológicas

Em meio a tais particularidades, foi fundado em fevereiro de 1938, por Alexandre Chitto, Vicente de Paula Ferraz e Alcides Ferrari, o semanário O Eco, inicialmente chamado de E'cho, único veículo impresso de caráter local com circulação em Lençóis Paulista durante a década de 1940. Composto e impresso em tipografia própria, de maneira semiartesanal, com uso de tipos e clichês, o semanário circulou ininterruptamente nos primeiros anos com edições que variavam de quatro a seis páginas. Nos primeiros anos de circulação, com tiragem aproximada de 100 exemplares, o jornal conjugava nas suas páginas notas informativas sobre os acontecimentos da cidade (alistamento militar, datas festivas, falecimentos, esportes, entre outros assuntos), notas sociais (nupcias, aniversários e festas), reproduções de poesias e outros textos assinados, editais oficiais e publicidade. Devido ao modo de composição das páginas na tipografia, o semanário não mantinha critérios estabelecidos de editoração – característica comum a outras publicações jornalísticas do período. Dessa forma, os poucos elementos com lugar fixo nas páginas do jornal eram a logomarca e o editorial, ambos ocupando sempre a primeira página.

Figura 3: Capa da primeira edição do semanário O Eco (antes grafado E'cho)

Assignaturas

MUNICIPIO

Mez vencido — 28000

ANNO I

Anno a vencer — 208000

E'CHO

Annuncios e Publicações de accordo com a Tabella

DIRECCÃO DE: ALEXANDRE CHITTO

ANNO I

(ORGAN SEMANAL)

LENOÇES, 6 de Fevereiro de 1938

SECRETARIO: VICENTE DE PAULA FERAZ

BRASIL NUMERO 1

E'cho

Alexandre CHITTO

—o—

A imprensa foi, e será o índice da cultura de um povo. Nasceu com João Gutenberg, cujas primeiras experiências foram realizadas, no porão de um modesto prédio, em Itraburg e morrerá quando a humanidade tiver seu fim, se assim acontecer.

Através da imprensa conhecemos o que um povo possui e pode dispendir intellectualmente.

Sem ella difficilmente poderíamos conhecer, no concheço dos nossos lares, todas as manifestações e acontecimentos que occorrem no mundo inteiro.

E nós, não podíamos permanecer indifferentes ante a necessidade de um organ mesmo semanal, que viesse registrar em suas columnas o correr da vida de nossa terra.

Hoje, lançamos ao publico o "E'cho" sem matizes politicos nem religiosos. Tem como postulado a dezoza dos direitos do povo de Lençoes e a missão de arrancar do leito letrageiro os que permanecem indifferentes ao interesse colectivo.

Lançamos o "E'CHO" dispostos a enfrentar nos arduos trabalhos e arcar com as pesadas responsabilidades que accarretam taes empreendimentos.

Para tornar esta iniciativa uma realidade duradoura, sabemos perfeitamente que ha inumeros obstaculos a transpor, mas dentro em nós estará o estimulo para vence-los.

E a cada passo, ao longo do caminho percorrido, surrá um indicio da nossa vontade ferrea, cimentada no alto ideal de tornar cada vez mais arraigada a existencia deste vanguardeiro — o "E'CHO".

Porém, para que possamos alcançar o nosso objectivo e tudo se torne mais leve ás possibilidades das nossas forças, é preciso o concurso de todos os bem intencionados, neste particular.

A cooperatividade é indispensavel ao bom exito das grandes empresas e o resultado dos pequenos committimentos será falho se ella não apparecer.

Tudo é relativo, tudo é limitado e assim são nossas forças.

A VISO

E'CHO: quem receber e não devolver o presente numero, será considerado assignante.

Manhã

(Especial para o "E'cho")

Manhã risonha. O sol surgiu, saltando as montanhas de nuvens, no desejo incontento de amar, e foi semeando restes douradas, no brilhante adejo.

Foi quando a terra adormecida, quando, abrindo os grandes braços num boccjo de brisa fresca, recebeu, cantando, da luz do sol o delirante beijo.

E do feliz noivado matutino, na orchestração da Natureza, no hymno festival do Trabalho, na serida

agitação que em toda a parte havia, na universal, esplendida alegria, nasceu, gloriosa e palpitante, a Vida!

BOTUCATU, 5 - 2 - 38.

Lourival de Oliveira

Bar Guarany

Bombons Finos

"E'cho" da Cidade

A direcção accoeita suggestões e reclamações do publico, desde que as mesmas sejam de interesse colectivo, e venham escritas e assignadas com endereço do missivista.

—o—

Esporte de Tiro

Uma commissão de esportistas locais, composta dos senhores Mamei, Bucciantre, Cesar Fayad, Alfonso Andretto, Antonio Segalla e outros, tendo a frente o sr. João Moreira da Cruz, estão coordenando esforços com o fim de fundarem nesta cidade um club de Tiro no Voo.

Bar Guarany

Fructas Frescas

bandono, coberto de matto crescido, apresentando um feissimo aspecto.

Si não nos enganamos, o responsavel pela conservação de tal local é a parochia ou o Bispo de Botucatu.

Entretanto, já que esses nada podem ou querem fazer, suggeriríamos ao estorçado sr. Prefeito Municipal, que diga-se de passagem perante os visitantes é sempre o responsavel pelo bom aspecto da cidade, mandar, de vez em quando, dar uma "limpadeira" ao menos na referida praça.

"Habite-se"

Consta-nos que a Prefeitura vai passar a exigir que todos os proprietarios de predios desta cidade, mande fazer uma limpeza, ainda que simples, nas casas que se varem. A habitação só será

Bar Guarany

Latarias, Doces, Cervejas

occupada por novo morador, então, depois que a autoridade dêr o competente "habite-se". A ser isto verdade nada se terá que extranhar, pois, é sabido que na maioria das cidades do Estado os respectivos Governos ou Postos de Hygiene publicos, sempre exigiram que o novo morador de um prédio urbano exhiba o classico cartão de "habite-se" fozecido pela autoridade sanitararia como prova de que a sua nova residencia passou pela competente limpeza antes de ser reoccupada.

Não teremos duvida em applaudir, e francamente, o Governo do Municipio, caso esta Lei entre em vigor na cidade pelo resguardo de eventuales contaminações de molestias graves e a bem geral da hygiene public.

(Continua na 4a. Pg.)

Fonte: Chitto (1978, p. 72)

Como todo veículo de comunicação que se articula como um espaço de representações sociais, o jornal O Eco, desde o início da sua circulação, construiu identidades. Conforme expõe o próprio jornalista responsável:

O Eco nasceu com o objetivo de propugnar pela grandeza e crescimento de Lençóis, sem o receio de atingir partes que ainda pretendiam ser absolutas nas suas opiniões, olvidando que, dias mais, dias menos, tudo chegaria ao seu termo e as renovações se sucederiam (Chitto, 1978, p. 71).

É comum, por parte do jornal, a utilização de termos como “grandeza” ou “pujança” para valorizar o município. Identifica-se no conteúdo do veículo a defesa de obras de infraestrutura em Lençóis Paulista e a evolução da ideia de uma cidade próspera, que não deveria padecer ao pessimismo ou sentir-se inferiorizada em relação aos mais populosos municípios vizinhos.

Diretor desde o seu início e voz predominante nos destinos e na linha editorial do semanário, o jornalista Alexandre Chitto, assim como a sua família, teve na sua trajetória de vida, uma relação muito peculiar com a Itália. O percurso da família Chitto com descendência em Lençóis Paulista teve início em 1872, em Isola Dovarese, na província italiana de Cremona. Em 24 de novembro daquele ano, filho de César Chitto e de Anunciata Chitto, nascia Mauro Chitto, patriarca da família que anos depois teria influência no comércio, na política e na comunicação de Lençóis Paulista. Aos 15 anos, Mauro ingressou no serviço de telégrafo italiano e, aos 18, foi convocado para o exército, onde chegou à patente de sargento. Na última década do século XIX, serviu na África Oriental, que a Itália tentava então colonizar.

Passada a guerra, condecorado pelos serviços militares, decidiu mudar-se para a América. Escolhendo o Brasil como destino, viajou junto de um primo. Na época, Lençóis Paulista já possuía uma considerável colônia italiana, sobretudo das regiões de Treviso e Cremona. Na cidade, Mauro Chitto casou-se com Santina Lazzari, uma imigrante da mesma localidade italiana da qual partira, fixando residência na Rocinha, um bairro rural formado por imigrantes italianos, onde teve seus três primeiros filhos – entre eles, Alexandre Chitto. Com o passar dos anos e a entrada dos filhos na adolescência, a família resolveu voltar para a Europa, mas a Primeira Guerra Mundial, que eclodiu na Europa em 1914, motivou o retorno ao Brasil. Os Chitto passaram a residir no núcleo urbano de Lençóis Paulista. Engajado na política da localidade, Mauro Chitto assumiu a presidência da Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Stella D'Itália, criada no município pela colônia italiana como forma de mútua assistência aos estrangeiros e descendentes.

As sociedades italianas foram no início do último século, ao lado das escolas e da imprensa, importantes instrumentos de propagação da cultura imigrante no Brasil, sobretudo no interior paulista. Em 1927, a colônia italiana dispunha de 250 associações de natureza educacional para a “propaganda e a divulgação da cultura italiana”. A colônia contava também com 310 escolas e dezessete mil alunos, a maior parte no estado de São Paulo (SEITENFUS, 2003, p. 40). Tais espaços não eram isentos da propagação de bandeiras ideológicas – com destaque para o fascismo e o integralismo. Registros do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) levantados por Brusantin (2003) revelam que antes de deflagrada a Segunda Guerra Mundial, as autoridades policiais identificaram pontos de encontros

clandestinos de adeptos do integralismo camuflados pelo interior paulista em localidades relacionadas com a colônia italiana. Em Bauru, cidade localizada a 60 quilômetros de Lençóis Paulista, por exemplo, há o registro de uma Casa de Representações e Importações, que armazenava armas para os integralistas distribuírem pelas cidades do interior. Em Lins, também no centro-oeste paulista, a polícia registrou reuniões integralistas na sede da Congregação Mariana local. Em Rio Claro, a ação clandestina dos representantes do integralismo foi identificada na Sociedade Italiana Fascista.

Com base nestes registros é possível afirmarmos que o integralismo recebia apoio de diversos segmentos sociais, ainda que na ilegalidade. As ideias do Sigma facilitavam, até por uma questão de identidade ideológica, a colaboração entre distintos segmentos da extrema direita católica e fascista. Esse fato abre evidência das bases sociais de apoio ao movimento integralista, que manteve suas forças mesmo após a repressão pública do governo Vargas (Brusantin, 2003, p. 87).

Não há registros identificados no Deops de ligação direta da Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Stella D'Itália, de Lençóis Paulista, com o integralismo. Contudo, a sociedade, que durante um longo período foi o único clube da cidade, teve os seus bens confiscados e foi fechada, a exemplo de outros centros de propagação da cultura italiana, exatamente após a tomada de posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Foi neste período, marcado pelos anos de 1942 e 1943, que Vargas foi pressionado a assumir sua posição contrária ao nazifascismo, mudando o caráter da perseguição aos integralistas como inimigos do Estado.

Como define Chauí (1978), o integralismo exerceu a sua ação no Brasil sob diferentes formas, com destaque para

o intenso esforço cultural de propagação ideológica a partir de cursos, conferências, centros de pesquisas e de estudos dos problemas nacionais e humanos. A doutrinação se fazia por jornais, revistas, comícios urbanos e penetração dos oradores nos campos e pequenas cidades do interior (Chauí, 1978, p. 47). O movimento se dirigia especialmente à classe média urbana. Segundo Chauí (1978, p. 53), esse direcionamento dos integralistas não ocorreu somente sob a invocação de valores tradicionalmente imputados pela classe (entre eles, a tradição religiosa e a família), mas pela convocação explícita e “não somente para que venham cerrar fileiras na qualidade de militante, mas sim para que venham constituir-se como vanguarda política”.

A partir deste plano de ação do movimento integralista, Brusantin (2003) chama a atenção para a presença evidente do grupo nas cidades do interior paulista. Pelo lado dos adeptos do integralismo se destacava a estratégia de ataque aos comunistas. “A ação propagandista era dupla, pois visava a divulgação das idéias do partido e o combate ao inimigo, fatos evidentes entre 1935 e 1938” (Brusantin, 2003, p. 83). Outro fato de destaque no período era o apoio dado aos integralistas pela imprensa nas cidades do interior, que muitas vezes funcionava para que o ideário do grupo se tornasse público. Brusantin (2003, p. 85) afirma que a propaganda dos seguidores do Integralismo era garantida pelo apoio da imprensa local, facilitando o programa de doutrinação.

Figura 4. Marechal Pietro Badoglio visita Lençóis Paulista, em 1924



Fonte: Arquivo Alexandre Chitto (1924)

Embora não haja registros explícitos de apoio ao integralismo ou ao fascismo italiano por parte do semanário *O Eco*, fundado em 1938, já sob a vigência do Estado Novo, algumas relações que envolvem o veículo e a Itália fascista devem ser consideradas. Parte dessas relações recai sobre a figura do patriarca da família Chitto. Além de presidente da Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Stella D'Itália, fechada e com os seus bens confiscados após a tomada de posição do Brasil contrária aos países do “Eixo” na Segunda Guerra Mundial, Mauro Chitto foi, ainda, Representante Consular Italiano na cidade e vice-prefeito, eleito em 1922, ocupando o cargo de chefe do Executivo por quase um ano em substituição ao então prefeito Elias Rocha. Nesse período, em 1924, recebeu na cidade, o General Pietro Badoglio,

representante oficial de Benito Mussolini em visita ao estado de São Paulo.

Segundo filho de Mauro Chitto, o jornalista Alexandre Chitto, também manteve durante a sua vida uma relação muito próxima com a Itália. Alexandre nasceu em fevereiro de 1901 no bairro italiano da Rocinha, em Lençóis Paulista, onde passou a infância e parte da adolescência. O jornalista não defendia explicitamente, nas páginas do seu semanário, nenhuma doutrina política que se opusesse ou contrariasse o Estado Novo de Getúlio Vargas, posição compreensível quando considerado o fato de O Eco ter surgido já sob regime de censura. Contudo, ao abordar determinados assuntos e se calar perante outros, o veículo transparecia seu posicionamento – desde sempre velado. Em uma homenagem póstuma a Virgílio Capoani, prefeito de Lençóis Paulista entre 1952 e 1954, publicada em uma edição comemorativa do semanário em 1972, Chitto ressalta a atuação do político – descendente de uma tradicional família imigrante – no integralismo:

O sr. Virgílio Capoani, fazia parte da firma comercial Zillo Capoani Ltda. Na política fez parte do Integralismo, manifestando ardente inimigo do Comunismo. Como simples soldado conseguiu reunir um grupo de 400 integrais no Município. No governo do sr. Getúlio Vargas, tendo-se extinto o Integralismo, o sr. Virgílio Capoani ingressou no Partido Social Progressista, no qual ocupava elevado posto no Diretório Local. Candidatou-se à vereança pela legenda do PSP e foi eleito vereador, com larga margem de votos, no período de 1948 a 1951. Na eleição seguinte, o PSP elegeu-o prefeito municipal, orientando magistralmente os destinos de Lençóis Paulista de 1952 a 1954 (Chitto, 1972, p. 153).

O trecho evidencia alguns pontos importantes sobre a política local. Primeiramente, há a atuação de um representativo número de lençoenses junto ao movimento integralista. Em seguida, ilustra-se a admiração de Chitto pelo desempenho político de Capoani. O fato de o jornalista ter colocado o ex-prefeito no posto de “ardente inimigo do comunismo”, também deixa transparecer um posicionamento bastante evidente do semanário O Eco durante os anos que compreenderam a Segunda Guerra Mundial. Por um lado, se o jornal nunca se posicionou claramente ao lado do fascismo italiano ou do movimento integralista, por outro, usou de estratégia semelhante à AIB para desqualificar o comunismo, colaborando para a construção de uma dicotômica imagem “do mal” da ideologia política.

Comunistas locais: silenciamento do periódico

No âmbito local, a presença de comunistas sempre foi tratada de maneira silenciosa. Uma importante passagem na história de Lençóis Paulista que não mereceu destaque nas páginas do semanário O Eco é a perseguição feita pela polícia política de Vargas a um grupo de moradores da cidade considerados simpatizantes do comunismo. Tal perseguição se tornaria ainda mais oculta se não fosse a abertura dos arquivos do Deops referentes ao período do Estado Novo.

Figura 5: Mensagem anti-Mussolini grafitada em muro de residência em Lençóis Paulista e atribuída a simpatizantes do comunismo – Déc. 1930



Fonte: Laboratório Técnico de Fotografia do Gabinete de Investigações. Prontuário 2426 – Abraão Maluf. DEOPS (Brussatin, 2003, p 48)

Ligada a Bauru e a Botucatu pela Estrada de Ferro Sorocabana, Lençóis Paulista, apesar da pequena população que possuía nas décadas de 1930 e 1940, também tinha entre os seus moradores alvos de silenciosas e múltiplas ações preventivas e repressivas ditadas pelo Deops. O caso mais representativo é do comerciante Abraão Maluf. Filho de Inácio Abraão Maluff e de Maria Maluff, o jovem Abraão foi fichado pela primeira vez no Deops quando tinha 19 anos. Nascido em Lençóis Paulista, Abraão era solteiro e empregado do comércio. O seu prontuário no Deops, sob número 2426, aponta que foi preso pela polícia política em 22 de maio de 1941. Os motivos para a prisão de Abraão, de acordo com os arquivos da polícia paulista, eram muitos. O

Deops chegou a enviar um representante diretamente a Lençóis Paulista para acompanhar, relatar e fotografar suas atividades. O comerciante, que segundo os registros do Deops era chefe do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da região de Bauru, foi delatado em 1941 como “perigoso comunista”, ao lado de Ludovico Olegário, Geraldo Guedes e Issa Maluf, por um cidadão lençoense que se identificava pelo pseudônimo de João Brasil. Mais tarde, João Brasil pôde ser identificado, conforme a documentação do Deops, como sendo Salústio Rodrigues Machado, na época vigário da cidade (Brusantin, 2003, p. 50).

Figura 6: Pichações comunistas em muro de residência em Lençóis Paulista – Déc. 1930



Fonte: Laboratório Técnico de Fotografia do Gabinete de Investigações. Prontuário. 2426 – Abrahão Maluf. DEOPS (Brusantin, 2003, p. 49)

A prisão de Abrahão Maluf, em 1941, mostra que a sua atuação política foi considerada subversiva às últimas consequências. No seu prontuário, hoje guardado no acervo histórico do Deops, no Arquivo do Estado, em São Paulo, estão anexadas fotografias de fachadas de prédios lençoenses, al-

guns ainda existentes na cidade, com pichações alusivas ao comunismo e críticas ao fascismo de Mussolini. Além de Abrahão Maluf, muitos moradores de Lençóis Paulista também tiveram as suas vidas rastreadas por serem considerados subversivos. Uma relação nominal, entregue ao departamento em fevereiro de 1948 e que também consta nos arquivos do Deops, mostra que eram muitos: Issa Maluf, Adib Abrão Maluf, Domingos Giovanetti, Ricieri Coneglian, Benedicto Seberino Rodrigues, Joaquim Henrique Moreira, José Pinto da Silva, Ernesta Sesato Jacon, Benedicto Giglioli, Alfredo de Oliveira Capucho, Luiz Falso, Ageu Meirelles, Luiz de Oliveira, José Guardiã, Lazaro Sampaio, Aristeu Sampaio, Mamede Rodrigues Sampaio, Gabriela Serralvo Maluf, Nicola Rossi, Adolfo Sian, João Amaral de Oliveira, Silvio Guarido, Adolfo Nardim, Alfredo Chieri, Antonio Benedito Sampaio, Benedito Modesto, José Alves Cafunho, Adolfo Stam, Adolfo Biral e Alexandre Pasquarelli.

Em nenhum momento durante todo o transcorrer da Segunda Guerra Mundial, o semanário *O Eco* reservou editoriais para tratar de informações sobre tais ocorridos. Isso muito se deve, evidentemente, à atuação da censura, que coíbia o tratamento de assuntos que envolviam o comunismo. Por outro lado, a figura do vigário Padre Salústio Rodrigues Machado, registrado no Deops sob o pseudônimo de João Brasil por delatar Abrahão Maluf, sempre figurou entre os personagens de destaque nas páginas do jornal. Nome de uma das principais avenidas de Lençóis Paulista, o vigário, como representante da classe religiosa local, teve embates com os supostos comunistas, entregando-os à polícia (como no caso de Abrahão Maluf) (Brusantin, 2003, p. 50). Nos textos de Chitto, no entanto, Padre Salústio Rodrigues Machado era

comumente retratado como um exemplo de dedicação às causas do município, conforme ilustra o trecho a seguir:

A 1º de janeiro de 1939, Padre Salústio Rodrigues Machado assumia a Paróquia de Lençóis Paulista, até findar sua existência. Pelo espaço de 16 anos, o Padre Salústio exerceu grande atividade, destacando-se não somente na religião, mas em todos os setores da nossa cidade. [...] Reergueu a religião em nossa cidade, com grande elevação de espírito, cujos feitos são dignos de registro, principalmente quanto à festa tradicional de Santo Antônio, no bairro do Corvo Branco, que está sendo um acontecimento inédito e de invejar cidades vizinhas. O Padre Salústio Rodrigues Machado batalhou em prol da assistência, da instrução e da grandeza de Lençóis Paulista. Contribuiu fortemente pela emancipação jurídica lençoense, a criação da comarca. Foi amigo assíduo e colaborador da imprensa local que mesmo hospitalizado em Botucatu, enviava suas apreciáveis colaborações. Faleceu em 5 de julho de 1955 (Chitto, 1972, p. 153).

Dessa forma, dada trajetória pessoal e profissional de Chitto, não deve ser descartada a proximidade entre o jornalista, os movimentos conservadores fascistas italianos e o relacionamento que manteve como agente da imprensa local com personagens da política lençoense. Na década de 1940, Lençóis Paulista se caracterizava como um município de forte tradição católica e pouco populoso, apesar das grandes proporções territoriais. Segundo dados do censo demográfico realizado em setembro de 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possuía uma população total de 13.804 habitantes, distribuídos em 7.172 homens e 6.632 mulheres. No mesmo levantamento, foi constatado que a cidade possuía uma população estrangeira composta por 1.123 pessoas, sendo 495 italianos, 188

japoneses e 18 alemães, países que integravam o “Eixo” (Bassanezi, 2001).

O enigma de Moscou: a crítica ao comunismo no semanário

O paradoxo histórico referente ao silenciamento de O Eco sobre a perseguição dos militantes comunistas locais se adensa com o posicionamento bastante delineado que o semanário estabelece na construção de críticas ácidas sobre o comunismo, em termos internacionais, num alinhamento com o discurso integralista nacional. Um intrigante recorte histórico, nesse sentido, remete-se ao ano de 1941, o mesmo da prisão de militantes comunistas locais (caso de Abraão Maluf), mas também com importantes rearranjos geopolíticos do Brasil.

Chama a atenção no período o fato de 1941 ser um ano caracterizado pela aproximação entre Brasil e Estados Unidos, resultando no fortalecimento dos vínculos entre os dois países e no distanciamento diplomático entre os brasileiros e a Alemanha nazista. Para Seitenfus (2003), a despeito da falta de tato por manifestada pelo seu Departamento de Estado, os Estados Unidos se caracterizaram durante a Segunda Guerra Mundial pela coerência política no que diz respeito à diplomacia, designando com clareza desde o início seu adversário no conflito: o nazifascismo. “A partir daí, toda a estratégia de aproximação com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular, obedece apenas ao escopo de resguardar o Novo Mundo do perigo totalitário” (Seitenfus, 2003, p. 307). No âmbito local, entretanto, o inimigo que merece destaque sob a ótica do semanário O Eco é o comunismo.

Entre os 14 editoriais de capa publicados pelo semanário O Eco entre janeiro e dezembro de 1941 tratando da Segunda Guerra Mundial, seis deles fazem críticas diretas ao comunismo ou demonstram apreensão com o avanço dos seus militantes pelo mundo.

Quadro 1: Editoriais de capa publicados no jornal O Eco, em 1941, abordando o avanço do comunismo (títulos com grafia original)

Data	Título	Assunto
30/3/1941	A Rússia em face da guerra actual	Questionamento da neutralidade russa na guerra
20/7/1941	Efeitos de uma aliança militar	Crítica ao Comunismo / Apreensão com a Aliança entre Inglaterra e Rússia
30/8/1941	A Guerra Russo Filandeza e Italo Grega	Questionamento da força do exército russo
28/9/1941	Psicologia comunista que morre	Crítica ao Comunismo / Ventilação da idéia de fim do Comunismo
19/10/1941	Os católicos e o comunismo	Crítica ao Comunismo / Posicionamento dos católicos norte-americanos contra a aliança com a Rússia
2/11/1941	Erro do comunismo	Crítica ao Comunismo

Fonte: Silva (2008)

Ao abordar o comunismo, o jornal utiliza diferentes recursos argumentativos, variando da ironia às críticas ríspidas. Em todos os casos, porém, os textos traduzem o clima de especulação sobre o envolvimento militar da URSS na Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, sobre um possível avanço dos comunistas frente aos demais países. Para o semanário O Eco, os brasileiros (que assistem de longe a “guerra de manchetes e notícias”) têm um motivo claro de preocupação com a possibilidade da entrada em guerra dos

russos: o avanço do comunismo sobre os países não-europeus.

Mesmo antes da ofensiva nazista sobre os soviéticos (que se deu em junho de 1941), o jornal já publicara editoriais com críticas aos comunistas. Entretanto, cabe destacar que um maior reflexo nas páginas do veículo ocorre mesmo após a consumação do ataque alemão à URSS, fator que incrementa ainda mais as negociações para cooperação de guerra entre soviéticos e os países aliados. As influências da aproximação diplomática despontam no jornal em 20 de julho, poucas semanas após o início da ofensiva. O editorial “Efeitos de uma aliança militar” faz críticas incisivas ao comunismo e mostra preocupação com os acordos militares entre russos e ingleses:

Quando o credo moscovita, entre nós, tinha ampla liberdade de difundir idéias, saturando de teorias o pensamento da juventude, não deixou de haver ousados afirmando que o comunismo russo é a consumação inicial dos princípios deixados por Christo sobre a terra. Esta, já vamos dizendo, era a arma perigosa com a qual os oportunistas vermelhos ludibriavam a bôa fé, arregimentando partidários inconscientes do caminho que estavam sendo arrastados. Comparar, em princípio, as teorias de Christo com as de Moscou? Que absurdo, que pequenez d’alma, que incompreensão filosófica e moral, que perversidade trazer os preceitos Christo e de Stalin em pé de igualdade. [...] Passou-se o tempo. E as circunstâncias da guerra obrigaram, agora, a Inglaterra a uma aliança militar com a Rússia. O que dirão com esse acordo, os anglilofilos? Continuarão combatendo o comunismo ou passarão a defendê-lo? Ou usarão aquela celebre expressão desculpatoria quando se lhes pergunta da guerra teuta-russa: ‘Vença quem vencer, para mim é indiferente’. Cuidado! As

teorias de Moscou são as mesmas após a aliança militar com a Grã-Bretanha. Cuidado!³

Nota-se no trecho a adoção de um discurso simplista e mitificador ao apontar um dualismo entre os ditos defensores do bem e os defensores do mal. O dualismo também está presente na relação que o veículo procura fazer entre o comunismo e o catolicismo. O editorial apresenta exemplos claros do esforço argumentativo desempenhado pelo jornalista Alexandre Chitto para opô-los. Neste mesmo sentido, chega às ruas de Lençóis Paulista no dia 19 de outubro de 1941 o editorial “Os católicos e o comunismo”. O texto, conforme demonstra o trecho a seguir, trata especificamente do posicionamento contrário dos católicos norte-americanos a uma possível aliança do país com a URSS:

De fato, ainda que o Sr. Roosevelt tenha razões de sóbra prestando socorros ao bolchevismo, a pretexto de que seu gesto só seria auxílio à Rússia para salvar as democracias e não defesa do comunismo, os católicos norte-americanos sentir-se-iam espiritualmente derrotados cooperando com o governo do seu país, levando armas e munições aos vermelhos russos. Os episódios históricos do bolchevismo estão repletos de passagens o que foi a luta dos comunistas contra a Igreja e contra todos os preceitos religiosos e espirituais. A bolchevisação da Rússia foi um verdadeiro desastre para o catolicismo. Foram os comunistas que destruíram e incendiaram 22.000 Igrejas, transformando outras 8.000 em fábricas de ‘Wodka’, estribarias, casas de profanações e armazens. Foram os comunistas que, na Rússia e na Espanha vermelha, profanaram conventos, depredaram imagens, assassinaram freiras e padres, submetendo-os antes a tristes e repugnantes torturas. Foram eles que desmantelaram

³ O Eco, edição de 20/07/1941, p. 1 (grafia original).

os alicéres do lar, destruindo o sentimento santo e nobre entre progenitores e filhos⁴.

Nota-se a tendência de considerar a Rússia um enigma, observando o seu crescimento com apreensão. Os argumentos utilizados no convencimento do leitor – uma extensa lista de “pecados” contra o comunismo – são evidentes. Outro fator que deve ser considerado na análise é a utilização de editoriais com conteúdos normativos. Segundo Luiz Beltrão (1980), os editoriais normativos são aqueles que “intentam convencer o leitor a atuar em determinado sentido, inspirando-o, encorajando-o, exortando-o por meio de sentenças e argumentos lógicos e incitadores” (Beltrão, 1980, p. 57). Dessa forma, ao abordar o conflito sob o ponto de vista local, o semanário se dirige ao leitor com estratégias argumentativas que visam o convencimento. Apesar de não deixar claro o seu posicionamento ideológico em relação à guerra, o jornal procura, geralmente, orientar os seus leitores a atuarem em um determinado sentido.

Em um primeiro nível, como é evidente, o jornal volta sua argumentação em oposição ao comunismo. Contudo, ao tratar do comunismo, mesmo adotando uma posição crítica bastante delineada, o semanário *O Eco* não deixa de se ocultar frente ao principal problema (e gênese) da guerra: o avanço do nazifascismo. Entretanto, apesar do ocultamento, ao abordar determinados assuntos e se calar perante outros, o veículo deixa transparecer sua estratégia: adotando a temática do comunismo, opta por não tomar um partido definido no conflito.

Alguns pontos justificam tal opção. Em primeiro lugar, há o fato de o veículo ter no ocultamento de suas

⁴ *O Eco*, edição de 19/10/1941, p. 1 (grafia original)

posições ideológicas um considerável subsídio para sobreviver no jogo de interesses que caracterizava o período (vale lembrar que os jornais que o antecederam na região de Lençóis Paulista não sobreviveram às primeiras edições). Em seguida, deve ser levada em conta a atuação da censura do regime varguista (sob vigilância, os jornalistas contavam com um representativo obstáculo para delinear claramente seus posicionamentos na época). Entretanto, o relacionamento do jornalista Alexandre Chitto com personagens do contexto político local, bem como as demais condições de produção dos textos, dão respostas mais interessantes à pesquisa. Dessa forma, nota-se que a tônica anticomunista no conteúdo dos editoriais do *O Eco* nesta etapa da cobertura da Segunda Guerra Mundial se assemelha ao discurso movimento integralista. Conforme aponta Chauí (1978), a posição bem definida de contrariedade ao comunismo é um aspecto dos integralistas que não pode ser ignorado:

À primeira vista, esse aspecto pode ser tido como decorrência do caráter mimético da AIB face aos fascismos europeus, ou, ainda, como decorrência do espiritualismo católico do Chefe (Plínio Salgado) que, naquela carta (enviada em 2 de janeiro de 31 a Augusto Schmidt), afirma que haverá dois blocos opostos: ‘por Deus e contra Deus’. Se o lema ‘Deus, Pátria e Família’ alimenta o catolicismo dos militantes e explica seu moralismo na crítica da democracia liberal que destrói os valores sagrados, esse lema também sustenta a atitude anticomunista, na medida em que marxismo, socialismo, bolchevismo e comunismo, sendo ‘materialistas’, são ateus, internacionalistas e destruidores do núcleo familiar. (Chauí, 1978, p. 76).

No caso do semanário *O Eco*, embora não haja um posicionamento delineado do veículo sobre o fascismo, a

categorização do comunismo como temática e a proximidade argumentativa entre os discursos do jornal e do movimento, apontam que, nessa fase da cobertura da guerra, houve um alinhamento entre o conteúdo dos editoriais e as estratégias do integralismo.

Considerações finais

Constitui-se na interpretação de alguns dos principais episódios da década de 1940, em especial no cenário instituído a partir das consequências da Segunda Guerra Mundial (como a aproximação entre a URSS e os aliados) e nas suas inúmeras correlações, que os textos do semanário *O Eco*, de Lençóis Paulista, revelam – muitas vezes nas entrelinhas – as controvérsias que no âmbito local atingiam os projetos de uma classe média imigrante, que sonhava com um determinado ideal de “progresso” e temia o comunismo. Não se trata de afirmar, categoricamente, se o jornal é ou não integralista, mas de reconhecer a proximidade argumentativa entre as propostas ante ao comunismo, ideário que se alinha também ao discurso da direita católica do período. Projetando luz ou sombra em personagens locais, o jornal desvela-se como espaço de representação ideológica, silenciando-se sobre a perseguição aos militantes comunistas da região e saudando os personagens que contribuíram para a construção deste cenário de caça às bruxas.

Referências

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do Passado**. Dados demográficos. Campinas: Unicamp, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRUSATIN, Beatriz de Miranda. **Na Boca do Sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: USP, 1952. v. 3

CHAUÍ, Marilena, FRANCO, Maria Sylvia Carvalho Franco. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista ontem e hoje**. Lençóis Paulista (SP): Edição especial de O Eco, 1972.

CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista nos seus 120 anos**. Lençóis Paulista (SP): Edição especial de O Eco, 1978.

FERNANDES, Edson. **A escravidão na fronteira** - Um estudo da escravidão negra numa “boca do sertão” paulista. Lençóis, 1860-1888. Orientador: Dora Isabel Paiva da Costa. 2003. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Unesp/Araraquara SP, 2003.

SILVA, Marcos Paulo da. A estratégia integralista oculta na crítica ao comunismo: uma análise do semanário O Eco na Segunda Guerra Mundial. **Histórica**, São Paulo, v. 30, p. 1-12, abr. 2008.

SILVA, Marcos Paulo da. **A representação da Segunda Guerra Mundial em um semanário do interior paulista** - O Eco (1939-1944). Orientador: Ricardo Alexino Ferreira

2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3. ed. Barueri (SP): Manole, 2003.

O movimento estudantil no interior paulista e a resistência à ditadura: os acadêmicos de Piracicaba/SP (1964 a 1982)*1

Rodrigo Sarruge Molina

Considerações teórico-metodológicas

O referencial teórico-metodológico utilizado para a análise do objeto de estudo – o movimento estudantil piracicabano – é baseado no materialismo histórico-dialético, especialmente na escola italiana gramsciana (Gramsci, 2002).

Portanto, na busca pelo entendimento da trajetória da História do Movimento Estudantil, em Piracicaba, propusmo-nos a investigar as relações entre os diversos estudantes na cidade de Piracicaba (o local) com a sociedade brasileira sob a ditadura (o nacional).

Assim, o particular e o geral estiveram articulados dentro de uma totalidade dinâmica dentro de um recorte cronológico que abrange os anos de 1964 a 1982. Logo, não foi possível compreender o Movimento Estudantil em Piracicaba isoladamente, pois grande parte das dinâmicas piracicabanas são reflexos das suas relações com outras regiões de dentro e fora do Estado de São Paulo, bem como os seus determinantes culturais, políticos, ideológicos e econômicos. Em suma, o singular não existe sem o universal,

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.164-194

¹ O presente texto é um desdobramento da tese de doutorado realizada na Unicamp (Molina, 2016), artigo científico (Molina, 2021) e o livro “Agro, ditadura e Universidade” (Molina, 2023).

da mesma forma que o universal não se estabelece sem as múltiplas e contraditórias relações singulares (Molina, 2016).

As fontes históricas dessa investigação estão baseadas em diversos documentos encontrados no *campus* da Universidade de São Paulo, em Piracicaba, como são os acervos do Museu da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) e do Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ). Ademais, consultamos os acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), Centro Cultural Martha Watts da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e arquivos particulares. Na capital paulista, foi examinado o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Desses acervos, foram coletados para a produção desse capítulo: fotografias, documentos oficiais da USP, documentos datilografados pelos estudantes, transmissões de fax entre políticos, jornais, revistas e os documentos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Introdução

Em 2024, completam-se 60 anos do “golpe de 1964”, um dos períodos mais traumáticos da História do Brasil. O governo democraticamente eleito de João Goulart foi deposto por forças golpistas das forças armadas em aliança com parte de setores civis de classe média, como foi o empresariado, associações de donas de casa e a Igreja.

Esse movimento civil-militar era auxiliado por forças dos Estados Unidos, seja o pentágono, empresários e o governo pelo serviço civil de inteligência estrangeira, como é a Agência Central de Inteligência (CIA), e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

(USAID), como demonstraram diversos historiadores como Dreifuss (1981) e Arapiraca (1982).

Na época, os golpistas justificavam as operações como o único caminho para restabelecer a ordem no Brasil diante da crise econômica e o crescimento de movimentos sociais populares que reivindicavam direitos sociais dentro da ordem burguesa, como é a reforma agrária. Tais movimentos sociais eram acusados de serem comunistas e estarem tramando, junto a ex-União Soviética (URSS), uma revolução anticristã em solo brasileiro, ainda que provas do suposto plano internacional de “invasão” do Brasil e destruição da “família tradicional” nunca tenham sido apresentadas, mas forjadas e construídas por meio de terror psicológicos pela máquina de propaganda de aparelhos privados de hegemonia da burguesia, como foi especialmente o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O IBAD se caracterizava pela atuação na rádio, televisão e imprensa, ficando também famoso por interferir nas eleições no Brasil, pelo financiamento internacional de candidatos golpistas, o que resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que provou os seus crimes e forçou a dissolução do IBAD em 1963.

Outra frente de atuação dos golpistas foi o IPES, que teve maiores habilidades de atuação e não foi dissolvida, tendo atuado até 1971 pela presença de empresários multinacionais com a Escola Superior de Guerra. A sua principal atuação foi no âmbito educacional, escolarizada e não escolarizada.

Embora as entidades golpistas da classe dominante lutassem contra as organizações dos trabalhadores, partidos, sindicatos e movimentos sociais, muitos pleitos eleitorais e lutas parlamentares eram favoráveis para essas entidades

contra hegemônicas. Um exemplo disso, é que em 1963 foi aprovada a Lei nº 4.214, que instaurou o Estatuto do Trabalhador Rural que garantia, pela primeira vez na História do Brasil, direitos trabalhistas para os camponeses.

Ao mesmo tempo, os estudantes também estavam organizados lutando pela democratização da educação por meio da reforma universitária, pois as universidades públicas eram extremamente elitistas e se pretendia transformar as universidades em espaço populares, nas quais o ensino, a pesquisa e a extensão estivessem atrelados aos interesses de toda a sociedade brasileira, ligando a reforma universitária às outras reivindicações democráticas pelas reformas de base (agrária, fiscal, educacional, urbana, bancária e eleitoral).

A principal entidade representativa dos estudantes era a União Nacional dos Estudantes (UNE), que “havia se manifestado e comprometido com ideias, princípios e reivindicações que questionavam os projetos econômicos e sociais”, (Sanfelice, 2008, p. 73) e lutavam contra a presença do imperialismo no Brasil. No período pré-golpe, destacam-se os debates sobre a reforma universitária promovidos pela UNE de 1961 a 1963, no contexto das “reformas de base” e com uma “UNE voltante”, que, junto ao Centro Popular de Cultura (CPC), percorria todo o Brasil, disseminando movimentos de cultura popular.

Em decorrência da hegemonia de tendências políticas e ideológicas da esquerda entre 1956 e 1964, conhecida como “a UNE à esquerda”, esses estudantes sofreram perseguição da direita e da extrema-direita ideológicas e políticas que já atuavam de forma agressiva e ilegal no período anterior a ditadura.

Foi nesse contexto anterior ao golpe, mais precisamente em março de 1964, que em Piracicaba se registrou o

“sequestro” de um estudante da Esalq/USP de Piracicaba, por forças reacionárias da própria Esalq. Paulo Marcomini era estudante calouro da agronomia e militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ele foi detido e submetido a trotes por veteranos, que apreenderam os seus pertences pessoais, como livros de esquerda e entregue para a direção da escola. O diretor da época era Hugo de Almeida Leme, que entregou o calouro comunista para a Polícia, mesmo tratando-se de um contexto anterior ao regime ditatorial. Portanto, o caso “Marcomini”, como ficou conhecido o episódio, foi estudado na tese de doutorado do autor (Molina, 2016) e demonstrou que a repressão antidemocrática já ocorria muito antes da instauração da ditadura.

Pela incapacidade de vencer nacionalmente os pleitos eleitorais na ordem democrática², as forças reacionárias colocaram em prática a violência fascista e o golpe de abril de 1964, instaurando uma ditadura de 21 anos no Brasil.

Após o golpe de abril de 1964 e o incêndio criminoso da sede da UNE no Rio de Janeiro, o movimento estudantil radicalizou-se e passou a combater a ditadura. Nesse contexto, as teses da UNE eram orientadas pelo referencial teórico marxista, anti-imperialista e buscou-se realizar uma aliança estratégica e tática com os camponeses e operários, visando a derrubada do regime antidemocrático (Sanfelice, 2008).

Nos 21 anos de ditadura, o movimento estudantil teve diversas fases de lutas, os períodos de radicalização, desorganização, reorganização, ação popular, guerrilhas e clandestinidade. Nesses diferentes momentos, eles sofreram uma brutal repressão, que resultou na destruição da sede da

² Ordem democrática restrita e extremamente limitada, com o partido comunista (PCB) na ilegalidade.

entidade estudantil, assassinatos, prisões e torturas (Sanfelice, 2008).

Após essa breve introdução sobre o contexto nacional do golpe civil-militar de 1964, os próximos tópicos se atentarão para as particularidades do movimento no interior paulista, especialmente na cidade de Piracicaba.

A cidade de Piracicaba foi importante para o Movimento Estudantil brasileiro, reunindo no contexto da ditadura as oposições ao regime, fomentando rebeliões e sediando dois grandes congressos que foram fundamentais para a rearticulação dos estudantes em nível nacional e para fomentar a luta pela volta à democracia.

Durante a Ditadura, a cidade era um dos polos universitários mais complexos da América Latina, contemplada com os *campi* das estaduais paulistas: “Universidade de São Paulo” (USP), da “Universidade Estadual de Campinas” (Unicamp) e da Universidade Metodista (Unimep), de raízes protestantes dos Estados Unidos. Em decorrência desse capital cultural, educacional e científico, a cidade teve importância na vida universitária nacional, com considerável movimentação estudantil, que, aliás, já registrava, desde o início do século XX, organizações estudantis como o Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ), fundado em 1909 (Molina, 2016).

Para organizar nossa exposição, dividimos a cronologia do movimento estudantil piracicabano em décadas, o que não significam “camisas de força”, pois o tempo histórico não é encaixado em padrões matemáticos, mas em dinâmicas sociais complexas.

Anos 1960 – piracicabanos contra o golpe civil-militar

Durante a ditadura, uma das particularidades do Movimento Estudantil piracicabano foi proporcionada pela existência do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), instituição inaugurada em 1901 e, desde 1934, englobada pela Universidade de São Paulo.

Curiosamente, esse centro acadêmico piracicabano operou normalmente durante os 21 anos de ditadura, ao mesmo tempo em que ocorria forte repressão contra o Movimento Estudantil no Brasil com o fechamento de outros centros acadêmicos e a decretação da ilegalidade da UNE. A nossa pesquisa (Molina, 2016) diagnosticou, quatro fatores principais para essa característica do CALQ.

Em primeiro lugar, tratou-se de um centro acadêmico “rico” recebendo grande montante de verbas estatais e particulares, o que contribuiu para ser “autônomo”, visto que tinha uma grande sede física particular fora do *campus* universitário e com mais de 500 associados pagantes. A sede do CALQ era um prédio de três pavimentos, que tinha um grande anfiteatro usado para debates políticos e espetáculos culturais. Segundo Antônio Félix, ex-presidente, cerca de 80% dos estudantes da ESALQ eram sócios da entidade, que contavam com financiamentos do MEC, que possibilitavam o oferecimento de planos de saúde e aquisição de impressoras modernas (Molina, 2016).

Em segundo lugar, grande parte dos associados eram de alunos e ex-alunos, sendo que a origem de classes desses era predominantemente de filhos de grandes empresários e proprietários rurais, que haviam contribuído para o golpe,

junto de setores médios conservadores (políticos, militares e profissionais liberais).

Em terceiro lugar, o CALQ, em muitas oportunidades, teve a intervenção dos professores da Esalq e das forças armadas, sendo um centro acadêmico de estudantes dirigido por um capitão entre 1949 e 1950³.

A quarta característica singular foi o apoio e alinhamento político do CALQ com os golpistas de abril de 1964 e os primeiros anos da ditadura, o que colocou o centro acadêmico como aliado dos militares, embora parte dos estudantes não concordassem com essa postura da entidade (Molina, 2016).

Com o endurecimento do golpe de 1964 e o fechamento completo para a participação democrática de forças hostis a ditadura, houve uma mudança de postura por parte de algumas forças civis, que, inicialmente, apoiaram o golpe de 1964. Essas forças passaram a criticar o regime e a se organizar politicamente em busca da retomada da democracia, que havia sido suprimida desde abril de 1964 por atos institucionais e decretos-leis promulgados pelos generais.

Em 1966, surgiu a Frente Ampla, uma coalizão que reunia diversas forças políticas, desde Carlos Lacerda (UDN) até João Goulart (PTB). Além disso, a Frente Ampla contava com a participação de grupos religiosos, jornalistas, artistas e estudantes. O Centro Acadêmico (CALQ), em Piracicaba, também não ficou indiferente a essa tentativa de restauração da democracia no Brasil. Naquela época, o país enfrentava desafios econômicos e uma repressão cada vez mais intensa sob a gestão ditatorial do general Castelo Branco (Gaspari, 2014).

³ Cabe lembrar que, nesse período, o Presidente da República também era um militar, o marechal Eurico Gaspar Dutra (Molina, 2017).

Na antiga sede do CALQ, em um moderno prédio de 3 andares localizado no centro de Piracicaba, ocorriam, frequentemente, encontros da chamada “Frente Ampla”. Esses eventos contavam com a presença de convidados especiais, como o deputado e líder do MDB, Mário Covas, e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, que haviam tido os seus direitos políticos cassados. Documentos históricos revelam que espões do regime militar também frequentavam essas palestras. De maneira irônica, os estudantes do CALQ costumavam cumprimentar esses agentes secretos, incluindo o inspetor Paulo de Camargo, o delegado Joseph Cella (do DEOPS) e o tenente Alfredo Mansur (do SNI), pelas suas “discretas” presenças nas atividades do centro acadêmico.

No contexto de resistência à ditadura, o Movimento Estudantil de Piracicaba organizou uma grande passeata em 21 de setembro de 1966. Os estudantes planejaram sair das escolas e universidades para se encontrarem na praça José Bonifácio, localizada bem no centro da cidade. Essa manifestação foi um protesto contra a prisão de 176 colegas na capital paulista em 7 de setembro (Polacow, 2014).

Após o encontro na praça central, estava programada uma grande passeata unificada pelas principais ruas da cidade. No entanto, simultaneamente, a ditadura declarou a ilegalidade da passeata pacífica e ordenou a repressão aos atos estudantis. Para isso, militares da cavalaria do 5º Grupamento de Canhões Antiaéreos do Exército de Campinas foram deslocados para Piracicaba (Polacow, 2014).

Os estudantes, após a chegada da cavalaria campineira, ficaram refugiados dentro da catedral. Após a calmaria dos ânimos, algo surpreendente aconteceu: os estudantes saíram da igreja, protegidos pelo bispo Aníger

Melillo⁴, que se posicionou à frente deles como um escudo humano. A esse grupo corajoso, juntaram-se outros religiosos e cidadãos comuns nas ruas, unidos pelo propósito de realizar a passeata.

Após o ocorrido, o grupo de estudantes e cidadãos conseguiu realizar a passeata, apesar da forte tensão e da vigilância imposta pelas autoridades. No dia seguinte, em 22 de setembro, após uma assembleia, os estudantes publicaram uma nota no jornal de Piracicaba. Nessa nota, eles celebravam o êxito da passeata e expressavam a sua gratidão ao bispo Aníger Melillo, então líder da diocese de Piracicaba, bem como ao apoio popular que haviam recebido. Esse apoio foi fundamental para a “vitória maiúscula” alcançada pelos estudantes. Além disso, no mesmo documento, eles repudiaram as ações autoritárias das forças policiais da ditadura e convocaram uma assembleia geral permanente dos “Universitários de Piracicaba” (Universitário de Piracicaba, 1966). Desafiando a cavalaria do Exército e a polícia, eles transformaram esse ato em um símbolo de resistência das forças democráticas de Piracicaba contra a ditadura, embora o contexto fosse marcado por perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores políticos⁵ (Arns, 1985).

Em 1968, após o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto pelas mãos da ditadura, as manifestações de massa ganharam força nas ruas. Especialmente na cidade do Rio de Janeiro, parte da população começou a aderir às passeatas, embora essas fossem sempre reprimidas violentamente pela polícia militar. No interior paulista, a situação não era di-

⁴ Dom Aníger Melillo trabalhava em comunhão com a Unimep e a Igreja Metodista em “[...] eventos, concelebrações ecumênicas e atividades de defesa da democracia” (Dana, 2014, p. 172).

⁵ Pelo menos 1.918 prisioneiros políticos atestaram terem sido torturados entre 1964 e 1979 (Arns, 1985).

ferente. João Herrmann Netto⁶, presidentes do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (CALQ), relatou que em 1968, os estudantes da cidade também enfrentaram agressões físicas e verbais ao realizarem manifestações pacíficas contra a ditadura. Um momento significativo foi a passeata realizada em solidariedade ao colega assassinado no Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luís, que foi baleado no peito pela Polícia Militar dentro do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como o antigo “Calabouço” (Herrmann Netto, 1996).

Segundo Herrmann Neto (1996), na década de 1960, mesmo sob a repressão oficial e paramilitar, os estudantes caipiras não se curvaram à ditadura e persistiram em promover debates democráticos. Em Piracicaba, houve diversas outras manifestações estudantis, como a defesa da reforma universitária e o repúdio ao Decreto-lei nº 477, conhecido como o “AI5 das Universidades”. Esse decreto previa punições para professores, alunos e funcionários suspeitos de subversão contra o regime, o que restringia a produção de conhecimento crítico e livre. Além disso, os estudantes de Piracicaba também participaram clandestinamente do congresso da UNE em Ibiúna (SP), em outubro de 1968.

Embora a UNE tenha sido colocada na ilegalidade, em 1964, o ápice dos confrontos com a ditadura foi em 1968, quando o Ato Institucional 5 (AI-5) foi instaurado. Nesse contexto de exceção, o Movimento Estudantil sofreu forte refluxo, com diversas dificuldades de operar na clandestinidade. Um exemplo claro dessas dificuldades foi a realização do 30º Congresso da UNE em um sítio em Ibiúna,

⁶ Falecido em 12/04/2009, foi prefeito de Piracicaba e cinco vezes deputado federal. Integrou os partidos PMDB, PPS, PSB e o PDT.

interior paulista, resultando na prisão de ao menos mil estudantes.

Esses ataques culminaram em desorganização, desarticulação e divisão do Movimento Estudantil. No entanto, apesar da perseguição, os estudantes continuaram atuando na clandestinidade contra o regime antidemocrático e passaram a fomentar alianças programáticas com os movimentos de trabalhadores da cidade, do campo e alguns setores progressistas da igreja, especialmente os ligados à Teologia da Libertação (Sanfelice, 2008).

Anos 70 – a ditadura e a resistência no interior

Após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Estado brasileiro intensificou a repressão à oposição política e implementou medidas de arrocho salarial contra a classe trabalhadora. Aproveitando empréstimos internacionais do Banco Mundial, obtidos graças ao alinhamento político e ideológico com Washington, os ditadores conseguiram impulsionar o chamado “Milagre brasileiro”, período em que a economia crescia e a população se sentia otimista, especialmente pelo ufanismo patriótico que foi alimentado pela máquina de propaganda estatal, operada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), contribuindo para um clima de apatia social em todo o país. Enquanto as classes populares se distraíam com cerveja, samba e futebol, a classe média desfrutava dos seus modernos eletrodomésticos e automóveis.

Enquanto a seleção brasileira de futebol conquistava o título mundial de 1970 e a festa era generalizada, a guerrilha rural do Araguaia, promovida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), estava sendo desmantelada pelas forças armadas. Em Piracicaba, a repressão não foi diferente. Luiz

Hirata, também conhecido pelos colegas da agronomia (Esalq/USP) como “Lua”, precisou fugir da escola no último ano do seu curso. Mesmo enfrentando forte monitoramento e perseguição, Hirata, que fazia parte da resistência da Ação Popular (AP), entrou na clandestinidade para a sua sobrevivência. No entanto, não foi capaz de fugir e sobreviver à equipe do delegado Fleury do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), pois foi assassinado pelos agentes policiais em 16 de dezembro de 1971 na sede do DEOPS, após várias sessões de tortura.

Apesar das pesadas consequências do AI-5 para os setores que lutavam pelo retorno dos direitos políticos pela democracia⁷, isso não significou o fim do Movimento Estudantil em Piracicaba. Em 1974, os estudantes “vermelhos” realizaram protestos contra a visita do ministro da Educação Jarbas Passarinho à cidade.

Na ocasião dessas manifestações na praça José Bonifácio, as principais pautas eram relativas à necessidade de maiores investimentos na educação pública e contra o regime ditatorial. Durante os atos, foi denunciada a presença de infiltrados da polícia que procuravam compelir radicalismos entre os estudantes para promover atos de vandalismo, pois assim seria possível identificar as lideranças, o que facilitaria as investigações dos órgãos de inteligência para posterior repressão ao movimento estudantil⁸ (Campos, 2012).

⁷ Os setores que lutavam pela democracia eram amplos. Grosso modo, existiam aqueles que acreditavam na luta armada e a instauração da democracia sob a égide do socialismo (guerrilheiros) até aqueles que lutavam pela volta da democracia liberal dentro dos marcos do capitalismo, esse último procurou lutar politicamente sem o uso de armas, como foram os sindicalistas.

⁸ Outro fotógrafo que cobriu as manifestações políticas da época em Piracicaba foi Christiano Diehl, que também afirmou: “[...] havia muitos homens da polícia infiltrados nas universidades, principalmente na Esalq [...] eu tinha um primo que era sargento, no 5º GCan em Campinas, e ele me dizia que havia policiais

Em 1974, um marco significativo para a resistência “caipiracicabana” foi a oficialização do Salão Internacional de Humor de Piracicaba. Esse evento, que ainda está em atividade, utiliza as artes plásticas e o desenho de maneira crítica, com o objetivo de satirizar o *status quo*. Naquela época, o conteúdo do Salão confrontava uma ditadura decadente, composta por forças militares e grandes empresários. O salão foi idealizado por piracicabanos, com o apoio de renomados artistas nacionais, como Henfil, Ziraldo, Millôr Fernandes e Jaguar. Essa iniciativa não apenas promoveu a expressão artística, mas também contribuiu para a contra-hegemonia política e as tentativas de abertura democrática no Brasil. O Salão Internacional de Humor de Piracicaba continua a ser uma vitrine do mundo, retratando acontecimentos globais pelas obras enviadas por artistas, muitas vezes expressando o que não podiam dizer livremente nos seus próprios países. Frequentemente, o humor é tolerado.

No entanto, embora o clima fosse de abertura promovida por Ernesto Geisel, a repressão continuava trabalhando intensamente. Em 1975, os professores da Esalq, Oriowaldo Queda, Rodolfo Hoffmann e Ondalva Serrano, foram entregues como “subversivos” pelo diretor Salim Simão e o chefe departamental Joaquim Engler, por serem críticos à ditadura e favoráveis à democracia e à reforma agrária (Elias, 2004).

Embora esse grupo de professores tenha sido delatado para os aparatos de repressão, eles conseguiram sair com vida. A mesma sorte não teve o jornalista Vladimir

infiltrados na Esalq, nos movimentos estudantis e DCEs. Era assim que agiam” (Diehl, 2012).

Herzog⁹, que foi assassinado na sede do DEOPS nesse mesmo ano.

De acordo com registros do DEOPS em 1975, diante do cenário opressor do regime, o CALQ organizou manifestações públicas. Um desses atos consistiu em coordenar com a Igreja Católica a realização de uma missa de sétimo dia em homenagem a Herzog. Essa iniciativa despertou a ira dos órgãos de vigilância, uma vez que se tratava de um evento público ilegal, mesmo ocorrendo dentro de um espaço sagrado.

Os espões estavam particularmente preocupados com o deputado João Pacheco Chaves (MDB) e o estudante Antônio Felix Domingues, que era o presidente do CALQ durante o período de 1975. Segundo relatos do detetive que monitorava os estudantes, a missa foi encomendada pelo CALQ e celebrada pelo bispo Dom Aníger Maria Melillo na Catedral de Santo Antônio, contando com a presença de estudantes, políticos e populares.

Entretanto, embora os espões estivessem monitorando a missa, a principal preocupação residia na investigação da conexão entre o movimento estudantil de Piracicaba e os movimentos nacionais que paralisavam as universidades em protesto pelo assassinato de Herzog. Conforme relatado pelo agente do DOPS, em novembro de 1975, as paralisações haviam afetado 14 universidades, mas em Piracicaba, apenas os alunos da ESALQ haviam aderido entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro.

Analisando os documentos do DOPS, podemos constatar que, especialmente após o AI-5 de 1968, houve uma extensa operação para identificar elementos supostamente “sub-

⁹ Diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura. Na época, para acobertar o crime de assassinato, o órgão de repressão forjou uma cena de suicídio (Markun, 1985).

versivos”. O objetivo dessa operação era realizar a chamada “limpeza nacional”, um ciclo repressivo, que se estendeu até os últimos dias da ditadura militar.

Segundo o relatório final da Comissão da verdade (Brasil, 2014), essa atividade, tanto militar quanto paramilitar, contou também com o apoio de empresários civis, como o grupo Folha, a Ultragaz, Ford, General Motors, Camargo Corrêa, Objetivo, Nestlé, General Electric, Mercedes Benz, Siemens e Light. Um número incerto de empresários paulistas também contribuiu, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Esse clima de “caça às bruxas” também afetou profundamente as manifestações culturais, incluindo o Teatro Universitário “Luiz de Queiroz” (TULQ). Os ensaios e os espetáculos artísticos dos estudantes foram dificultados, pois a censura também se estendia ao meio acadêmico, resultando em prisões, aposentadorias compulsórias e até mesmo apreensão de livros. Apesar desse cenário de vigilância, os estudantes não se deixaram intimidar. Eles organizaram diversas apresentações em colaboração com a classe artística local e nacional. Essas iniciativas possibilitaram a celebração de peças teatrais, exposições e concertos musicais. Destacamos a presença notável de artistas como Raul Cortez, do conjunto MPB4, e até mesmo Gilberto Gil. Muitos desses espetáculos ocorriam no anfiteatro da sede do CALQ, localizada no centro de Piracicaba. A renda obtida com esses eventos contribuía para a manutenção do Centro Acadêmico. (CALQ, 1975).

Anos 1980, piracicabanos na vanguarda na abertura democrática. A UNE em pira!

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, várias personalidades, instituições e organizações civis que anteriormente apoiaram o golpe civil-militar de 1964 e a subsequente ditadura começaram a expressar insatisfação com a gestão econômica e política do regime. Até mesmo setores conservadores da burguesia iniciaram um processo de desvinculação do bloco de apoio ao governo militar.

O crescente endividamento, a inflação descontrolada e o aumento das disparidades sociais no país contribuíram para a formação de forças políticas que buscavam a abertura democrática (entre 1974 e 1988), a promulgação da Lei de Anistia (em 1979), a realização da Assembleia Constituinte (entre 1987 e 1988) e culminaram na primeira eleição direta para presidente em 1989. No entanto, todos esses processos foram conduzidos de maneira conservadora pelos generais, seguindo a estratégia “lenta, gradual e segura”, durante as gestões dos presidentes militares Geisel e Figueiredo, bem como do presidente civil Sarney. No entanto, do ponto de vista político, segundo Netto (2014): “não foi a força da oposição a impulsionadora da distensão, antes, ao contrário, foi sua fraqueza”. Em outras palavras, após o extermínio dos grupos combativos de esquerda e a domesticação das divergências moderadas dentro da estrutura de poder orquestrada pelos militares (MDB), os generais se sentiam mais seguros para abrir o planalto para os civis, desde que alinhados à ordem.

No contexto da abertura política, a cidade de Piracicaba, pela sua prefeitura, da Unimep e do movimento estudantil, desempenhou um papel fundamental na reorganização

do movimento estudantil em nível nacional. A cidade ofereceu apoio e infraestrutura para a realização de dois grandes congressos da UNE entre os anos de 1980 e 1982, quando Piracicaba recebeu dezenas de milhares de estudantes de todo o Brasil.

Apesar dos eventos serem celebrados pacificamente, o grupo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) realizava ameaças terroristas com bombas. Eles produziam panfletos e faziam ligações telefônicas ameaçando explodir bombas durante os eventos públicos da UNE em Piracicaba (Vicentini, 2014).

Em nível nacional, essas táticas terroristas ficaram famosas com o atentado do “Rio Centro” em 1981, quando militares do exército pertencentes a grupos “linha dura” explodiram bombas, causando mortes, especialmente no festival que estava celebrando o Dia do Trabalhador (Sallum, 1994).

Em 1980, em Piracicaba, enquanto a tensão aumentava devido às ameaças de atentados com bombas, as residências do bispo metodista Oswaldo Dias da Silva e do professor José Américo Morelli foram invadidas de forma violenta. Isso levou à implementação de esquemas de segurança envolvendo professores, religiosos e estudantes. Os grupos responsáveis pela segurança do 32º Congresso da UNE em Piracicaba estavam especialmente preocupados com o reitor Elias Boaventura da Unimep e a sua família. Diante das ameaças e dos atos concretos perpetrados pelas forças terroristas, a segurança deles foi reforçada. No entanto, isso não significou nenhum tipo de recuo. Como afirmou Boaventura: “[...] se pretendemos nos firmar como universidade alternativa e já estamos causando inquietação na

cidade, devemos seguir em frente para perturbar o Estado e incomodar o país” (Ameaças não impedirão..., 1980).

Nessa época, os agentes policiais conduziram uma extensa investigação sobre a organização do 32º Congresso da UNE, realizado em 1980. Durante, aproximadamente, dois meses, eles monitoraram diversos aspectos, incluindo refeições, delegados estudantis, observadores do evento e até mesmo a distribuição de alojamentos por gênero. Essa divisão era coordenada pela Comissão de Alojamento, que envolvia acadêmicos da Unimep (DCE e reitoria) e do CALQ.

Segundo os relatos dos policiais, o congresso previa a participação de 35.000 delegados da UNE. Dentre esse total, 3.500 seriam acomodados em um prédio da prefeitura municipal, em colchões de espuma doados pela própria prefeitura. Além disso, 7.500 delegados seriam alojados em repúblicas de estudantes, enquanto 24.000 encontrariam hospedagem nos campi Centro e Taquaral da Unimep, em casas de moradores locais, hotéis, pousadas e no conjunto residencial dos estudantes da ESALQ (conhecido como a “Casa do Estudante”), que também voluntariamente abriu suas portas para o evento (Dops, 1980a).

Pelos informantes infiltrados no DCE/Unimep, os policiais descobriram que, além da reitoria da Unimep, a Fundação Municipal de Ensino (FUMEP) e a Câmara dos Vereadores de Piracicaba também estavam apoiando o movimento estudantil. Essas instituições forneciam ônibus de empresas particulares e municipais, bem como a Guarda Civil Municipal (GCM), para proteger contra possíveis distúrbios que preocupavam os organizadores do evento.

Essa preocupação levou o presidente da UNE, Ruy César Costa Silva, a se reunir com o secretário de Segurança de São Paulo para solicitar segurança adicional para o evento.

Isso ocorreu, porque ameaças terroristas da extrema-direita eram frequentes. Conforme o documento relata, a UNE reivindicaria a presença de especialistas em explosivos durante o Congresso (Dops, 1980b).

Em meio a uma atmosfera tensa, o 32º Congresso da UNE ocorreu em Piracicaba, reunindo cerca de 4.000 estudantes de todo o Brasil e América Latina. Essa quantidade se difere, significativamente, dos números estimados pela polícia, que previa a participação de mais de 35.000 estudantes. Os jovens foram calorosamente recebidos pelos habitantes de Piracicaba, graças ao apoio da prefeitura sob a gestão do prefeito Hermann Netto. Durante o evento, os estudantes tiveram “[...] à sua disposição todos os espaços da cidade - do Teatro Municipal ao Ginásio de Esportes e salas da Câmara Municipal” (Vicentini, 2014, p. 347).

Esse período marcou o início da reorganização nacional do movimento estudantil, após ter sido colocado na ilegalidade pelo golpe de 1964. Simultaneamente, enquanto a antiga sede da UNE na praia do Flamengo era demolida pelo presidente militar João Figueiredo, os universitários elegiam, em Piracicaba, Aldo Rebelo como o novo presidente durante o 32º Congresso da UNE, em 1980.

Durante o congresso, artistas nacionais demonstraram o seu apoio e viajaram até Piracicaba para realizar apresentações musicais, claramente em solidariedade aos estudantes e em prol da redemocratização do país. No dia da abertura do evento, subiram ao palco nomes como João Bosco, Gonzaguinha, Ivan Lins, Elba Ramalho, Sá e Guarabira (Dops, 1980c).

Pira mais uma vez! O 34º Congresso da UNE em 1982

Em 1982, embalados pela lei da anistia, as greves no ABC paulista, a crise econômica que atingia o país com uma inflação acumulada de 99,7% ao ano e o desgastado governo militar do general João Figueiredo, a UNE decidiu aproveitar a reaglutinação das forças progressistas e a experiência positiva do Congresso de 1980 para realizar novamente em Piracicaba uma segunda versão do Congresso Nacional. Nesse evento, foram mantidas as forças e estruturas da Unimep e da prefeitura municipal, ainda sob a gestão de João Hermann. No entanto, os mesmos problemas enfrentados em 1980 se repetiram: ameaças de bombas e detenção de alguns estudantes e jornalistas.

Enquanto isso, em Brasília, bandas de protesto do rock nacional, como a Legião Urbana, surgiam. O inevitável fim do regime militar e a esperança de um país democrático eram celebrados pelos estudantes em Piracicaba, que carregavam faixas e bandeiras provocadoras. Algumas das mensagens nas faixas incluíam: “Basta com a corrupção”, “Chega de Biônico”, “Constituinte já”, “Pelo fim do regime militar”, “Pelas amplas liberdades democráticas” e “Contra o governo da fome, repressão e entreguismo”. Além disso, eram celebrados os 45 anos de luta pelo ensino público e gratuito (Vicentini, 2014, p. 343).

Enquanto o evento transcorria em um clima festivo, os estudantes e apoiadores não tinham conhecimento de que uma estrutura de repressão estava sendo montada nas proximidades. Documentos revelados pela jornalista Beatriz Vicentini (Elias, 2004) e revisitados por esta pesquisa mostram que a ditadura havia preparado uma grande estrutura de repressão

e inteligência para intervir no evento estudantil, muito mais abrangente do que em 1980. Essas movimentações da repressão contavam com agentes especiais de diversas divisões da ditadura, desde o Exército até as polícias estaduais. Bases operacionais foram montadas em diversos locais da zona rural de Piracicaba, próximos à área urbana.

Apesar da aparente tranquilidade proporcionada pelo interior paulista, as movimentações da repressão contavam com agentes especiais de diversas divisões da ditadura, desde o Exército até as polícias estaduais. Para isso, foram montadas bases operacionais em diversos locais da zona rural de Piracicaba, próximos à área urbana.

Embora as eleições presidenciais estivessem previstas apenas para 1989 e os militares impusessem uma série de condições para a reabertura democrática, no momento da realização da segunda edição do congresso da UNE em Piracicaba, em 1982, a ditadura já demonstrava seu esgotamento. Isso muitas vezes despertava a “ira” da famigerada “linha dura”, que resistia aos caminhos democráticos em curso.

Segundo as fontes primárias consultadas nos arquivos do DOPS de São Paulo em 1982, oito grupos de repressão, busca e inteligência foram mobilizados e enviados para estudar as movimentações políticas do evento estudantil da UNE em Piracicaba. Esses grupos incluíam agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CIM), Serviço Nacional de Informações (SNI), Delegacia de Polícia Federal (DPF), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), II Exército e a 11ª Brigada de Infantaria Blindada de Campinas (BDA). Além disso, até arapongas do Ministério da Educação estavam envolvidos.

Sob o comando do general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, do II Exército, as equipes de busca, compostas por espões, carros especiais e agentes armados coletavam informações que eram enviadas para as bases de operações na zona rural de Piracicaba. Essas bases também concentravam agentes especiais da inteligência da polícia do Estado de São Paulo e das oito divisões das forças armadas mencionadas anteriormente. Após a coleta e a primeira análise, as informações eram transmitidas via telex para o IV Comando Aéreo em Viracopos ou enviadas por malote para a 11ª Brigada de Infantaria Blindada de Campinas.

Os documentos revelados demonstram que os militares batizaram essa campanha de “Operação Pira”. Ela atuou antes e durante o congresso da UNE, com o objetivo de vigiar o evento e as relações dos estudantes com os partidos de oposição ao regime. Vale ressaltar que a cidade de Piracicaba foi um ponto de encontro nacional em 1980 e 1982 para estudantes e outros políticos de resistência à ditadura

Uma das principais preocupações dos espões estava relacionada às conexões desses movimentos estudantis com as eleições gerais para governadores em novembro de 1982. Essas foram as primeiras eleições abertas para governadores de estados desde a imposição do AI-2, em 1965.

Durante o 34º Congresso da UNE, os agentes estavam atentos a reuniões paralelas ao evento, buscando vigiar as organizações. A recomendação para a “Operação Pira” era evitar conversar com os guardas municipais que protegiam o evento por determinação do prefeito Hermann Netto. Além disso, eles não deveriam portar identificações militares, fingindo trabalhar como jornalistas. Na visão do general Carlos Gomes, que comandava a campanha, dois terços dos quase

4.000 estudantes presentes no evento de 1982 em Piracicaba eram compostos por elementos subversivos (Godoy, 2014).

Compreende-se que o esquema meticulosamente montado pelos militares em Piracicaba tinha dois objetivos principais. Primeiramente, buscava influenciar as eleições para favorecer os candidatos alinhados à ditadura. Em segundo lugar, visava-se dificultar a abertura democrática, uma vez que setores da extrema-direita militar, também conhecidos como “linha dura”, estavam insatisfeitos com o processo de democratização e “[...] buscavam garantir um controle que lhes escapava às mãos” (Elias, 2004, p. 78).

Apesar desses desafios, o evento estudantil no interior paulista obteve sucesso mais uma vez. Durante a nova edição, realizada entre 30 de setembro e 3 de outubro de 1982, o 34º Congresso da UNE elegeu a primeira mulher como presidente da entidade: a estudante de ciências sociais, Clara Araújo, natural de Teofilândia e acadêmica da Universidade Federal da Bahia.

Após os eventos em Piracicaba, o movimento estudantil continuou lutando pelo retorno da democracia no Brasil. Houve a participação das manifestações “Diretas Já” (1983-1984), a contribuição para a Assembleia Constituinte (1987-1988) e, finalmente, nas primeiras eleições diretas para presidente em 1989, após 25 anos desde o golpe de 1964, os brasileiros puderam escolher o seu representante máximo nas urnas.

Considerações finais

O nosso estudo revelou que o movimento estudantil enfrentou perseguição, repressão e esteve muito tempo na ilegalidade, forçando dinâmicas clandestinas. No interior pau-

lista, a cidade de Piracicaba não foi exceção. Como mencionado nos nossos referenciais teóricos e metodológicos, Piracicaba esteve conectada às lutas nacionais e por isso não era uma ilha isolada.

O Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ), por exemplo, apresentou uma contradição marcante. O CALQ apoiou, oficialmente, o golpe de 1964, mas também lutou contra a ditadura. A postura dos centros acadêmicos variava conforme a gestão e o contexto histórico. Outras instituições, como a Igreja Católica, também oscilaram entre apoiar o golpe e proteger os estudantes nos seus protestos.

Apesar de ser historicamente uma cidade conservadora, com influência do Partido Republicano Paulista, Piracicaba se consolidou como um centro universitário, científico e estudantil de relevância nacional. A cidade protagonizou diversas lutas de resistência ao golpe civil-militar de 1964 e à ditadura. Especialmente na década de 1980, contribuiu para a abertura democrática no país, graças a uma gestão progressista da Unimep e da prefeitura municipal, que deram bases para grandes movimentações. A repressão, no entanto, persistiu em vigiar e reprimir os acadêmicos e militantes.

Conclui-se que, embora o movimento estudantil do interior tenha as suas particularidades, o de Piracicaba também desempenhou um papel importante na retomada das liberdades no Brasil, seja como resistência ou oposição à ditadura.

Referências

ALBUQUERQUE, C. Militares: revolução necessária e continência ao GCan. *In*: VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014. p. 202-217

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, dez 2007.

ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. Editora Autores Associados, 1982.

ARNS, P. E. **Brasil: nunca mais**. São Paulo, SP: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BASTOS, P. P. Z.; BARONE, R. S.; MATTOS, F. A. M. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão**, Campinas, n. 251, p.1 fev 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos (Relatório da Comissão Nacional da Verdade)**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 3

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, 2014b. v. 2.

CALQ. **Ofícios burocráticos do Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz”, gestão de 1974-75, Piracicaba/SP**. Piracicaba: Acervo do CALQ/ESALQ/USP, 1975. p. 7

CAMPOS, N. **Estudantes “vermelhos” protestando** - Fotografando onde o peixe para. Disponível em: <https://fotografandoondeoixepara.wordpress.com/2011/05/15/nelson-campos>. Acesso em: 31 mar. 2014.

DANA, O. A cruz, a farda e a traição. *In*: VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964: golpe militar no interior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014.

DIEHL, C. Fotografando onde o peixe para. *In*: Congresso da UNE em Piracicaba, Piracicaba, 2012. **Anais...** Piracicaba: UNE, 2012. Disponível em: <https://fotografandoondeopeixe-para.wordpress.com/2012/03/31/christiano-diehl/>. Acesso em: 31 mar. 2012.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 50Z2612221. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1975.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 20C-44-13767. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1980a.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 20C-44-13768. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1980b.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 20-C-44-13871. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1980c.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 50-Z-45200. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1982.

DREIFUSS, R. A. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ELIAS, B. Operação Pira. **Revista ADUSP**, v. 33, n. 10, p. 75, out 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a12.pdf>. Acesso em: 20 jan 2025.

FICO, C. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRÊDO, A. K. **Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)**. Orientador: Antônio Pires. f.195 Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, ano.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2014.

GODOY, M. A. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar - história, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime**. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002. v. 5

HERRMANN NETTO, J. [Para] João Pedro Godinho. Piracicaba, SP. **Ameaças não Impedirão realização do Congresso da UNE**. Acervo do Museu “Luiz de Queiroz”, 1996.

JORNAL “O DIÁRIO”, 1980. Disponível em: <http://acervoshistoricos.blogspot.com/2017/09/o-congresso-da-une-em-piracicaba.html>. Acesso em: 20 jan 2025

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Almanaque da década de 1980**. 2016. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm>. Acesso em: 20 jul 2016.

MARKUN, P. **Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

MATOS, H. Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional: o caso AERPI. *In*: MOURA, C. (org.).

História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2008. p. 170-193

MIRANDA, N.; TIBURCIO, C. **Dos filhos deste solo.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOLINA, R. S. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985).** Orientador: José Luís Sanfelice 2016. F.492. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Estudantes lutando pela liberdade: a resistência e o combate à ditadura, Piracicaba/SP-1964 a 1982. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá v. 21, p. e156, jan 2020.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

NETTO, J.P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo, SP: Cortez, 2014.

PESTANA, M. M. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro: embates entre empresário do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973).** Orientador: Marcelo Badaró Matos. 2018. f.374 Tese. Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PFROMM NETTO, S. **Dicionário de piracicabanos.** São Paulo, SP: PNA, 2013.

PIRES, T. R. O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, jun 2018.

POLACOW, P. O. Piracicaba sai às ruas: a Marcha da família com Deus pela liberdade (1964) e o protesto dos estudantes (1966). In: VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014. p. 140-169

SALLUM, J. B. Transição política e crise de Estado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 32, p. 133-167, abr 1994.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SANTANA, F. A. **A atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Orientador: Ulysses Guariba Netto. f.249 Dissertação (Mestrado Em História - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIQUEIRA, M. N. O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências. **Revista Diálogos**, v. 15, n. 2, p. 311, mai-ago 2011.

TOUSSAINT, É. Golpe militar de 1964: o apoio de Washington, FMI e Banco Mundial. **Revista Movimento**, São Paulo, v. 11, abr. 2019. Disponível em: <https://movimento-revista.com.br/2019/04/golpe-militar-de-1964-o-apoio-de-washington-fmi-e-banco-mundial>. Acesso em: 21 jan 2025.

UNIVERSITÁRIOS DE PIRACICABA. 1966. Proteção do bispo Aníger Melillo. **Jornal de Piracicaba**, p. 1. Acervo do IHGP.

VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964**: o golpe militar no interior. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014.

O levante comunista de 1949 em Fernandópolis, noroeste paulista: memória, luta pela terra*

*Vagner José Moreira*¹

A versão oficial e hegemônica para o movimento social de trabalhadores, comumente conhecido como levante comunista de 1949, é limitada à ocorrência de determinados eventos na noite aprazada de 23 para 24 de junho do ano de 1949, tradicionalmente de festejos de São João em Fernandópolis, na região Noroeste do estado de São Paulo. De acordo com essa memória, a data foi escolhida para dar início à “revolução agrária” e “comunista no Brasil”. No processo criminal que indiciou os trabalhadores no levante comunista, afirma-se que o movimento tiraria da miséria os trabalhadores, eliminaria a injusta condição social reinante no país e, por fim, o absolutismo dos patrões, a escravização, ganância e a exploração dos intermediários. Ainda se declarava a inutilidade de se trabalhar para outrem, a distribuição gratuita da terra e encerrar de vez as ações imperialistas no país². Essa é uma dentre as muitas versões

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.195-221

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pós-doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professor associado na Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, vinculado ao Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

² PROCESSO CRIME n. 140, de 1949. Comarca de Votuporanga-SP. O inquérito policial foi instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O processo criminal pela Justiça Pública do Estado de São Paulo, Comarca de Votuporanga, criminalizou mais 40 trabalhadores. Com a numeração justaposta ao inquérito policial, o processo criminal totaliza 762 folhas.

para o movimento social dos trabalhadores de 1949, em Fernandópolis³.

As disputas em torno dos sentidos do passado revelam dimensões das contradições vividas, das relações dominantes de poder e da luta de classes. O processo de ocultação histórica de experiências sociais dos trabalhadores, nos seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, em particular a luta pela terra – reforma agrária –, tem sido utilizada na composição de um saber histórico dominante – hegemônico. As versões narrativas do movimento de trabalhadores de junho de 1949, o levante comunista, estão marcadas por disputas em torno dos sentidos da memória, cujo processo histórico vivido é significado, por vezes, pelo esquecimento ou a recusa em lembrar-se desse passado, bem como pelo “medo” que o movimento provocou junto à “população da cidade”. Versões sobre a “ameaça comunista” parecem povoar as memórias de muitos. Por outro lado, reminiscências sobre o movimento de 1949 relacionam as lutas dos trabalhadores nas décadas de 1940-50 às lutas pela terra promovidas pelos trabalhadores rurais sem-terra das últimas décadas. Esse fato relevante se constitui como indício e evidência experiências vividas que não podem ser reduzidas a um “movimento comunista de revolução agrária” ou apenas levante comunista⁴.

³ Cf. MOREIRA, V. J. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2012.

⁴ Sobre a perspectiva teórica para a discussão dos sentidos do passado e da memória, cf. HOBSBAWM, E. J. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; GRUPO MEMÓRIA POPULAR. **Memória popular: teoria, política, método**. In: FENELON, D. R. *et al.* **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e**

De fato, os movimentos sociais de trabalhadores que ocorreram naqueles tempos no campo podem ser descritos e interpretados como levantes de trabalhadores na luta por direitos trabalhistas, contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra. Durante as décadas de 1940-60 foram intensas e o debate em torno da reforma agrária, envolvendo sujeitos diversos, tais como, os trabalhadores rurais, a Igreja Católica, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Congresso Nacional. Na região de Noroeste paulista, muitos foram os conflitos em torno da posse pela terra⁵.

A construção histórica e social de memórias sobre o movimento social dos trabalhadores no ano de 1949 em Fernandópolis evidencia a disputa e a construção da memória

linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006; KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. *In*: FENELON, D. R. *et al.* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

⁵ Cf. BARRIGUELLI, J. C. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1981. v. 2; BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50)**. Orientador: Estefânia Knotz Canguçu Fraga. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993; BRUSANTIN, B. M. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. Orientador: José de Souza Martins. 1980. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1980. REIS, N. **Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste**. Orientador: Estefânia Knotz Canguçu. 1990. 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990. VIEIRA, V. L. **Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950**. Orientador: Yvone Dias Avelino. 1989. 283 f. Tese (Mestrado História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. WELCH, C. A.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. WELCH, C. A. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

em torno do termo “levante”, na descrição e interpretação dos movimentos sociais. Naquele momento histórico, a noção foi apropriada pelos agentes do DOPS⁶, pelos entes da Justiça e pela imprensa, sendo disseminada no social com o adjetivo “comunista”. Esse fato foi deliberado com o objetivo de criminalizar policial e politicamente os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorriam desde 1946, pelo menos, na região de Fernandópolis.

Olhar em perspectiva para esse período do passado me levou a identificar a noção levante como um termo ambivalente, que não deve ser abandonado pelo historiador, pois descreve práticas de lutas e compõe a tradição de lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores, sendo, assim, objeto da historiografia⁷. As disputas em torno da memória do movimento habilitam o uso do termo levante como um dos termos para a descrição das diversas lutas dos trabalhadores naquele período: alguns trabalhadores se “levantaram”, ou se

⁶ Utilizo a sigla DOPS para Departamento de Ordem Política e Social, como órgão da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, como está impresso nos diversos documentos no período. O DOPS foi criado no estado de São Paulo em 30/12/1924 e a sigla DEOPS, para “Departamento Estadual de Ordem Política e Social”, tornou-se usual a partir de 1975, alterando inúmeras vezes a sua denominação durante todo esse período. Geralmente, a Seção Política do DOPS era encarregada de investigar e reprimir as organizações políticas e a Seção Social encarregada de investigar e reprimir os movimentos sindicais e diversos movimentos sociais por direitos trabalhistas e sociais, para, assim, forjar uma suspeição generalizada e estigmatizada sobre diversos sujeitos e organizações e movimentos.

⁷ Cf. HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. HOBSBAWM, E. J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. HOBSBAWM, E. J; RUDÉ, G. **Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 2. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

deslocaram politicamente em movimento social, para lutar contra o pagamento da renda da terra e os despejos das fazendas. Outros lutavam para minimizar a exploração do assalariamento, do armazém, do “câmbio negro” e das duras condições de vida. Outros, ainda, levantavam-se para lutar movidos pelo projeto da terra repartida, bem como de trabalhar na própria terra. Houve também aqueles trabalhadores que lutavam por uma “revolução agrária e comunista”⁸.

As lutas dos trabalhadores rurais naquele período foram forjadas na tensão e na relação com os grupos que exerciam poder na cidade e no campo. Os projetos elaborados para suas vidas têm a marca dessa experiência social: viviam num ambiente complexo, de forte pressão política por causa da Guerra Fria, ambiente político e social em que as tensões locais foram entremeadas e exacerbadas com as operações da Polícia Política e Social do Estado de São Paulo, o DOPS.

A partir de um esforço para não cometer anacronismo na interpretação daquele processo histórico vivido na metade do século XX – ponderando que a noção de revolução governava e moldava a vida de muitos trabalhadores (incluindo diversos deles em Fernandópolis, militantes ou não do PCB), foi a partir dessas perspectivas que os trabalhadores atribuíam significados às experiências e práticas –, é possível apreender a noção de revolução como “repertórios de resistência”, constituindo-se no contrateatro encenado pelos trabalhadores nas suas lutas pela terra, contra as violências e exploração das relações de trabalho (arrendamento, meia, colonato, assalariamento, entre outras) ou para a ampliação de direitos e reversão de injustiças. De fato, a revolução proletária e camponesa

⁸ Cf. MOREIRA, V. J. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel, PR: Edunioeste, 2012.

não estava posta seriamente pelo próprio PCB e o “Manifesto de Janeiro de 1948” ou “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista”, de autoria atribuída a Luís Carlos Prestes⁹, objetivava orientar o partido e seus militantes. No entanto, expressava-se um momento de radicalização do PCB diante da cassação do registro do partido e dos mandatos parlamentares. Contudo, o imaginário social em torno do projeto de uma revolução alimentava utopias, projetos e expectativas de muitos sujeitos e atravessava o social.

Para a interpretação histórica do levante comunista de 1949, problematizo narrativas orais produzidas em 1996 para a escrita do artigo sobre o “levante comunista”¹⁰ e para o livro sobre a “história da cidade”¹¹, obra que celebra a memória laudatória, fontes orais produzidas no desenvolvimento dessa pesquisa, processo criminal, relatórios policiais (DOPS), dentre outros materiais históricos.

Nesse capítulo, utilizo a narrativa oral de Oswaldo Felisberto, que é representativa para perscrutação do processo histórico em que memórias construíram histórias sobre o movimento social dos trabalhadores, comumente nomeado como levante comunista de 1949. A representatividade de determinadas entrevistas está relacionada aos campos de possibilidades e tendências presentes nas narrativas orais, os contornos dos procedimentos narrativos e simbólicos compartilhados socialmente – a experiência excepcional e os fatos excepcionais narrados. Como afirma Alessandro Portelli, “tal-

⁹ PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

¹⁰ COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

¹¹ PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 10-16

vez porque nos revelam o que foi possível”¹². Os sujeitos, quando narram, atribuem sentidos às suas vivências e às vivências de outras pessoas. Nesse processo, a subjetividade desses sujeitos expressa significados, expectativas e “campos de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”¹³. A experiência narrada produz atos interpretativos do presente e do passado, marcados por procedimentos narrativos e simbólicos. Esses atos interpretativos se constituem em fatos históricos para o historiador.

Oswaldo Felisberto exerceu a profissão de contador logo que chegou à cidade de Fernandópolis, em 1943, e foi dentista prático por um longo período, talvez até o final da década de 1950, quando iniciou o curso de odontologia em Uberaba-MG, abandonando-o depois de um ano e meio de curso. Em 1952, foi também professor no colégio público em Fernandópolis. No início da década de 1960, ele começou a trabalhar na Casa da Lavoura da cidade e aposentou-se como funcionário da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo, lotado na cidade de São Paulo. Desde meados da década de 1940, posicionou-se politicamente como comunista e em 1951 foi eleito vereador, militando na cidade como mediador de movimentos sociais, principalmente, na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Em descrição elaborada por Yara Maria Felisberto, a sua filha, Oswaldo foi um eloquente orador e participava das reuniões do Partido Comunista, estando sempre muito próximo dos comunistas; porém, afirma-se, não participou do movimento de 1949.

¹² ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 25/26. p. 27-54, jul./dez. 2001; p. 32, jan./jun. 2002.

¹³ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 72, 1996.

Oswaldo Felisberto, ao ser questionado sobre o levante comunista, em entrevista concedida a Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, explica:

Áurea Sugahara: Fala uma coisa senhor Oswaldo, em 1949 houve um levante comunista? O que o senhor saberia me dizer a respeito?

Oswaldo Felisberto: Não houve propriamente... Não houve o levante comunista. Lá o que houve foi o seguinte: era o tipo dos sem-terra, era o tipo do indivíduo sem-terra liderado por Antônio Joaquim. Antônio Joaquim mais uns guerrilheiros... guerrilheiros não, uns lavradores, não é! Que queriam desapropriar a fazenda do Veloso, lá em Ouroeste, onde Antônio Joaquim... onde Antônio Joaquim tinha fazenda. Então eles levantaram lá em... e vieram para tomá Fernandópolis. Mas não tomaram!

Áurea Sugahara: Não chegaram?

Oswaldo Felisberto: Não tomaram nada!

Áurea Sugahara: Houve uma tentativa?

Oswaldo Felisberto: Foram até no Caxi só. Foram até ali no Caxi. No Caxi eles voltaram... desmancharam tudo¹⁴.

A questão elaborada pela pesquisadora sobre o levante comunista ocorre no meio da entrevista de 32 minutos. Antes de tratar sobre o levante comunista, Felisberto fora motivado a falar sobre a “história política de Fernandópolis” e sobre os diversos sujeitos que exerceram o poder político local. As questões iniciais elaboradas por Áurea Sugahara e a narrativa de Oswaldo Felisberto constituem atos interpretativos sobre

¹⁴ Oswaldo Felisberto. Santo André/SP, entrevista realizada por Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, sem data precisa. O trecho da entrevista citado não foi utilizado e problematizado no artigo pelas autoras, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. *et al.* **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

o presente e sobre o passado da cidade. O diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado é iniciado a partir dessas questões, talvez diante das pressões políticas para elaboração do “livro sobre a história da cidade”. Felisberto também se sentia mais à vontade para falar a respeito desses temas. Parece que Felisberto estava reticente quanto a conceder a entrevista e falar sobre sua militância e sobre o “movimento comunista na cidade”.

A versão narrada por Oswaldo Felisberto modifica os fatos tal como eles ocorreram. Primeiro, os conflitos em torno da luta pela terra não estavam limitados à “desapropriação” da fazenda do Veloso. Segundo, os trabalhadores chegaram até Fernandópolis, não retornando do atual Córrego do Caxi, antigo Córrego da Capivara. Foi justamente no Córrego do Caxi que ocorreram os conflitos entre o inspetor de quartelão José Honório da Silva, que teve a sua casa e bar alvejados, e os trabalhadores, que de lá se deslocaram pouco depois para Fernandópolis. Em Populina, Guarani D’Oeste e no Córrego do Caxi, que naquele período constituíam-se em vilas pertencentes ao município de Fernandópolis, ocorreram conflitos armados. Tais fatos não se verificaram em Fernandópolis. Talvez tenha sido esse o motivo que levou Felisberto afirmar que não “houve levante comunista” na cidade, constituída por um núcleo urbano central, local em que residia Felisberto. A pergunta formulada corrobora a resposta de Felisberto. Certamente, a compreensão e os significados de um levante comunista para Felisberto não se encaixavam no movimento que ocorreu naquela noite de 23 para 24 de junho de 1949. Ademais, parece não estar mais certo no seu presente, 1996, que aquela era a melhor alternativa para a resolução dos problemas vividos pelos trabalhadores.

Das reminiscências de Osvaldo Felisberto emergem indícios dos conflitos em torno da luta pela terra, pois, em 1996, tempo presente da narrativa, relacionar o movimento de trabalhadores de 1949 à luta pela reforma agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é significativo dos sentidos atribuídos à luta dos trabalhadores durante as décadas de 1940 e 1950. Em muitas narrativas orais, as versões construídas sobre os movimentos sociais dos trabalhadores em Fernandópolis, especificamente o movimento de 1949, significam aquelas lutas como lutas pela terra ou reforma agrária, aproximando-as, histórica e politicamente, das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra nos dias de hoje.

As memórias e os significados atribuídos por esses sujeitos históricos entrevistados às experiências vividas por eles ou por outros sujeitos foram formuladas dentro de um ambiente específico e de relações subjetivas estabelecidas entre entrevistadores e entrevistados, com as suas diversas práticas sociais, marcados pelo ambiente político e social que esses sujeitos ocuparam nesse processo histórico, bem como pelo momento das suas vidas naquele presente. As memórias de atos interpretativos, a partir das reminiscências formuladas em 1996 e no tempo presente desta pesquisa sobre o movimento de 1949, constituem um fato relevante na investigação de evidências de experiências, de modos de vida e de luta, assim como dos diversos projetos e memórias em disputa. Mesmo querendo negar a ocorrência do “levante”, os trabalhadores são inicialmente caracterizados como “guerrilheiros”.

Dentre todas as entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisadores para elaboração do “livro sobre a história da cidade” e as entrevistas realizadas para a pesquisa, apenas a narrativa de Felisberto, mesmo que reelaborada logo a seguir,

identifica os trabalhadores com o termo “guerrilheiro”. É provável que o entrevistado identifique o movimento de luta pela terra organizada pelo MST como uma luta de guerrilha – política e revolucionária – que não se restringe à reforma agrária: a entrevista foi concedida em meados da década de 1990, justamente num período em que as tensões e diversos conflitos em torno da luta pela terra organizada pelo MST estavam em contundente evidência e visibilidade pública.

A relação pode ser compreendida à medida que se considera o momento da concessão da entrevista e como aquele tempo era vivido por Oswaldo Felisberto. Durante a década de 1950-60, Felisberto sofreu muito com a repressão policial, mudando várias vezes de cidade e vindo a falecer em Santo André, no ABC Paulista. Ele chegou morar com a família em Uberaba, onde começou a faculdade de odontologia, mas ali passou por sérios problemas e não concluiu o curso. Parece que as perseguições não estavam relacionadas apenas às suas atividades políticas, mas ao exercício da profissão de dentista prático. É provável que Felisberto relacione a repressão à atividade exercida como dentista prático à sua militância política, o que pode ter acontecido na realidade, mesmo considerando, no início da década de 1950, que a política do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo tenha regulamentado a profissão e iniciado a repressão aos dentistas práticos.

Na década de 1950, por quatro vezes o consultório de Felisberto foi interdito (20/01/1951, 21/02/1952, 26/07/1955 e 04/09/1956), bem como indiciado em inquérito policial (e, posteriormente, processado) por “exercício ilegal da profissão”. Ainda como acadêmico de odontologia em Uberaba, no período entre 1957 e 1958, foi

investigado pela Delegacia de Polícia de Fernandópolis e inquirido em carta precatória pela Delegacia de Polícia de Uberaba, em função do exercício ilegal da profissão¹⁵.

Quando já trabalhava na Casa da Lavoura em Fernandópolis, logo após o golpe civil-militar em 1964, Felisberto foi preso em Fernandópolis e transferido para a prisão de Lins, estado de São Paulo, ali ficando preso por mais de um mês. Ao retornar, o seu cargo havia sido transferido para a cidade de Votuporanga, o que criou dificuldades para o exercício das atividades de Oswaldo Felisberto. Essas vivências foram experienciadas como transtornos e marcaram a vida de Oswaldo Felisberto e de toda a sua família. A sua filha Yara relata que “determinadas pessoas” delataram o seu pai para os militares por pura perseguição política, quando ele já não atuava mais no partido.

A discriminação e a perseguição política fizeram-se presentes no enredo das entrevistas de Yara Felisberto e de Idelma Felisberto, filha e esposa, respectivamente, de Oswaldo Felisberto, sendo interpretado pelas entrevistadas como pressões para os diversos deslocamentos até a fixação de moradia em Santo André. Como afirma Yara, “nos empurraram pra fora da cidade”. O meu primeiro contato com Yara foi por telefone, que se mostrou, desde o início, reticente em relação à realização da sua entrevista e, na entrevista com sua mãe, afirmando: “a gente não lembra de nada”, “a mãe não sente à vontade para falar”, “eliminamos essa fase da nossa vida”, entre outras frases denotativas de um passado que deveria continuar onde estava – no passado, “esquecido”.

¹⁵ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 473 – Oswaldo Felisberto. Em “Comunicação Criminal do Juízo de Direito da Comarca de Fernandópolis” à Delegacia de Polícia de Fernandópolis, Of. n. 232, de 6 de abril de 1960, anexada no Prontuário, informa que Felisberto foi absolvido.

A narrativa de Idelma Felisberto está marcada por frases significativas a respeito de como vivenciaram essas experiências e do trabalho da memória, em que busca esquecer-se do vivido:

E... deixa eu ver o que mais **posso dizer**, que eu posso **me lembrar!** [...] **a vida aqui foi meio dura!** [...] Porque o movimento deles iam crescendo e os outros achavam ruim, então começou a perseguição. Foi isso! **Eu não me lembro mais nada**¹⁶.

Narrativas entremeadas de silêncios e reticências, carregadas de digressões, reforçam os sentidos atribuídos à experiência vivida como tempos que foram vividos em meio a tensões, conflitos e privações. A narrativa fragmentada de Idelma Felisberto parece querer reforçar a imagem de um tempo que não foi apenas difícil de ser vivido, mas também difícil de ser lembrado.

Embora o processo de composição das memórias e as reminiscências do vivido constituíssem um processo traumático e dolorido para a família, Yara Felisberto identificou os sentidos das lutas do seu pai e daquele tempo:

Yara Maria Felisberto: Então eu acho que naquele tempo, eu acho que eles eram muito idealistas. Eles desenvolviam as ideias deles, preconizavam um mundo bom. Um mundo onde todo mundo fosse feliz, onde todos pudessem ter um pedaço de chão, o seu... a sua... o seu trabalho de uma forma tranquila. Isso daí incomodou muito, porque em uma época que predominava o latifúndio, eram os grandes proprietários de terras, né! As terras eram ainda muito pouco, assim..., era uma concentração de terras muito grande

¹⁶ Idelma Felisberto. Fernandópolis/SP. 19/08/2006. Acervo do pesquisador. (grifo nosso).

nas mãos de poucos, então falava em reforma agrária, era complicado, e a bandeira deles era a reforma agrária!

Pesquisador: Era?

Yara Maria Felisberto: E até hoje ainda é, e tá aí a briga por causa de terra e é uma confusão que parece que não tem fim! Mas naquele tempo não era assim uma coisa tão... Principalmente eles que viviam na cidade, que pregavam a... reforma agrária como uma divisão assim..., mais de uma forma tranquila, não era de uma forma..., não sei em outros grupos como é que as coisas aconteciam, mas entre eles eram uma coisa...¹⁷.

No processo histórico e social de construção das memórias e dos sentidos atribuídos ao movimento dos trabalhadores, o presente é sempre referenciado como um contraponto da lembrança. A luta pela terra atualmente, empreendida pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, significada como uma “briga por causa de terra” e “confusão que parece que não tem fim”, permeia a elaboração da versão sobre o movimento de 1949 e das lutas dos trabalhadores “naquele tempo”. A utilização do presente como referência tem sentido de suavizar as práticas de luta no final da década de 1940 e início da década seguinte: a prática de luta pela terra emerge na entrevista como uma “forma tranquila”. Yara Felisberto chama a atenção para os conflitos vividos numa “época que predominava os latifúndios” e de “grandes proprietários de terra” – elementos intrínsecos, em qualquer tempo, aos conflitos e lutas diversas dos trabalhadores pela terra.

Naquele tempo, Oswaldo Felisberto era firme e convicto nas posições que assumia, conforme os seus

¹⁷ Yara Maria Felisberto. Fernandópolis/SP. 12/08/2006. Acervo do pesquisador. Yara nasceu em 22/02/1950. Foi professora de História, Diretora de Escola e aposentou-se como Supervisora de Ensino em Santo André, Estado de São Paulo.

posicionamentos durante as sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis¹⁸. Quando questionada em sua entrevista sobre suas memórias sobre o levante comunista e sobre as lutas daqueles tempos, Idalina Maldonado atribui a Oswaldo Felisberto a autoria de uma palavra de ordem, provavelmente entoada desde os movimentos sociais de 1946:

Idalina Maldonado: Nós fizemos passeata, que até o Oswaldo Felisberto fez aquele versinho: “Leite, carne e pão, açúcar sem cartão, o povo organizado combate a reação”. Isso é bonito, isso foi Oswaldo Felisberto, ele também era, assim, bem influente.

Pesquisador: Como era? Leite...

Idalina Maldonado: Leite, carne e pão, açúcar sem cartão, o povo organizado combate a reação.

Pesquisador: “Sem cartão”, porque era controlado?

Idalina Maldonado: Era controlado, tinha que tê o cartão pra comprá o açúcar, o querosene, o óleo¹⁹.

¹⁸ ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS EM SUA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 1 DE ABRIL DE 1952 apud FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário, n. 358, 25 de maio de 1952, p. 1.

¹⁹ Idalina Maldonado. Fernandópolis, 13/07/2005. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso). Idalina nasceu em 03/10/1912 em Catiguá/SP (antiga Ibarra). Idalina, junto com o marido José Maldonado, participava das atividades relacionadas ao PCB na cidade. José Maldonado fora fichado no DOPS, Cf. Prontuário 73.253 – José Maldonado. DEOPS/SP, DAESP. De acordo com as suas próprias memórias, Idalina, junto com outras mulheres, fazia parte da “Associação Feminina” do partido na cidade. A entrevista com Idalina foi concedida com a presença dos seus filhos e realizada no período de elaboração do projeto de pesquisa, num momento em que não vislumbrava a problemática central da tese. Durante a entrevista, Hélio Maldonado, um dos seus filhos, participou, efetivamente, tecendo comentários e respondendo a indagações que eram direcionadas para a sua mãe. Na entrevista Idalina e Hélio em alguns momentos chegaram a negar a ocorrência do levante comunista. Idalina Maldonado, em entrevista para as autoras do artigo “Semente comunista em solo conservador”, faz alusão ao verso, mas sem atribuí-lo a Oswaldo Felisberto, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. *In*: PESSOTA, A. J. *et al.* **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

O conteúdo do verso tinha significados sociais para os trabalhadores daquele tempo. Para Alessandro Portelli, o fato de narradores comporem as suas narrativas com “materiais formalizados”, máximas, provérbios, ditos populares, entre outras formas, pode indicar “o grau no qual um ponto de vista coletivo existe dentro da narrativa do indivíduo”. A história de determinados eventos “são contadas repetidas vezes ou discutidas com membros da comunidade; a narrativa formalizada, mesmo a métrica, pode ajudar a preservar uma versão textual de um evento”²⁰. Parece ser esse o caso das reminiscências de Idalina Maldonado, ao se lembrar do verso depois de décadas. Esse fato me leva a presumir que inúmeras foram as ocasiões em que a máxima fora entoada nas diversas manifestações e movimentos do período. O versinho atribuído poeticamente a Oswaldo Felisberto desvela as condições de vida, vividas como pressões, naquele final da década de 1940. Parece que o conteúdo da palavra de ordem compunha-se nos diversos aforismos impressos nos periódicos comunistas do período. Todavia, o fato de Oswaldo Felisberto entoá-la ou ser mesmo o autor da máxima, permite afirmar que ele assumia a frente nas passeatas ou nas concentrações de trabalhadores rurais que ocorriam na cidade.

Em 22 de outubro de 1946, o delegado de polícia de Fernandópolis, Antonio Espinhel Castelo Branco, produziu um relatório policial para o inquérito policial instaurado contra Felisberto e José Ramos Filho, disponível no prontuário de Oswaldo Felisberto no DOPS:

²⁰ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. Projeto História, São Paulo, EDUC. 15, p. 13-49, abr. 1997. p. 30; 33

Relatório. De acordo com o determinado pelo despacho de folhas, esta Delegacia prosseguiu o presente inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Social, do que apurou esta Delegacia e que constam dos presentes autos, os indiciados José Ramos Filho e Oswaldo Felisberto, são os responsáveis pela distribuição nesse município dos boletins subversivos ‘Contra o Vale e o Barracão’, dos quaes (sic) existem dois exemplares constantes de fls. 4 e 5, nesses autos. Esses boletins vieram por via postal, procedentes da Capital do Estado, do partido comunista da citada Capital, dirigidos ao partido comunista local. Os indiciados são membros nesse partido, donde se vê que a distribuição desses boletins importa em responsabilidade desse mesmo partido comunista, mesmo porque esses boletins, como ficou dito e estabelecido está nesses autos pelas declarações do comunista Jerosino Pereira, esses boletins vieram do partido comunista da Capital do Estado. Fernandópolis, 22 de outubro de 1946. Delegado de Polícia (a) Antonio Espinhal Castelo Branco²¹.

A ação do DOPS, em 1946, em um momento em que o PCB ainda não havia sido cassado e colocado na ilegalidade, denuncia evidências do processo de criminalização policial e política dos movimentos sociais de trabalhadores. O relatório intenta criminalizar Oswaldo Felisberto por distribuir panfletos no ambiente rural de Fernandópolis, evidência da sua militância política.

Nas declarações para o inquérito policial do arrendatário de terras José Ramos Filho, Oswaldo Felisberto é identificado como um dos principais representantes da Liga Camponesa de Fernandópolis e informa que recebeu o boletim “Contra o Vale e Barracão”, de Felisberto. O boletim parece ter sido distribuído em toda região. Ele informa que:

²¹ Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

O vale é um roubo. Tudo no ‘Barracão’ é mais caro e mais ordinário. O contrato de arrendamento obriga a entregar ao patrão quasi (sic) tudo o que possuímos. Trabalha-se o ano inteiro, de sol a sol, mas a vida é cada vez pior. A fome dos filhos e da mulher cresce e as doenças aumentam. Não temos médicos e os remédios são cada dia mais caros. Tudo isso porque a terra não nos pertence. Precisamos conseguir um contrato melhor com os patrões. Não podemos continuar a entregar da terra tudo o que tiramos. Lutemos contra tanta miséria, contra tanta exploração, contra as brutalidades policiais, contra as perseguições e injustiças. Para isso precisamos unir nossas forças. Vamos, juntos, organizar uma LIGA CAMPONESA. Assim organizados, havemos de vencer!²²

O panfleto descreve os modos de trabalhar e de exploração dos trabalhadores pelo vale, barracão, contratos de arrendamento das terras²³, carência e privação simbolizadas no termo “fome”, assim como as péssimas condições de saúde e a carestia dos remédios. O documento expressa uma postura política, já que conclama os trabalhadores para luta contra as injustiças e contra truculência policial. Oswaldo

²² PANFLETO Contra o Vale e o Barracão. Prontuário 6585 – Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, DEOPS/SP, DAESP. Prontuário 73.257 – Liga Camponesa. DEOPS/SP, DAESP.

²³ Irineu Luís de Moraes, nas suas memórias sobre a sua militância política, atuando nas fazendas da região de São José do Rio Preto no início da década de 1950, afirma que, diante da complexidade da composição e de interesses dos trabalhadores rurais, a proposta de reforma agrária sempre era mais receptiva aos arrendatários de terra: “Com os arrendatários podia-se entrar direto na discussão sobre reforma agrária. Eles aceitavam porque estavam arrendando três alqueires de terra do fazendeiro pelo olho da cara. Nesses três alqueires eles trabalhavam, se molhavam de suor, passavam fome para colher um arrozinho, feijão ou milho e com isso pagar o arrendamento da terra do fazendeiro e sair com a mão abanando. Se alguém falasse em reforma agrária, eles seriam capazes de sair correndo e tomar a terra do fazendeiro violentamente. Eles aceitavam a ideia como também aceitavam o pequeno sitiante, o pequeno proprietário” (WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 153).

Felisberto foi, então, processado e fichado no DOPS pela distribuição desse panfleto²⁴.

Nesse momento, o PCB ainda estava na legalidade. Certamente, a autoria do material pode ser atribuída à direção estadual do PCB, embora o boletim tenha sido usado como documento de prova em prontuários de trabalhadores na região de Fernandópolis e da Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, como evidencia o chamamento para a organização da Liga Camponesa²⁵. A política de organização dos trabalhadores rurais em ligas camponesas ou em “associações de camponeses” constituía a forma de organização definida pelo PCB paulista, a partir de 1946²⁶. A historiografia sobre as ligas camponesas²⁷ tem

²⁴ Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto, DEOPS/SP, DAESP.

²⁵ Diante da impossibilidade legal da constituição de “sindicatos de trabalhadores do campo”, a alternativa encontrada foi a organização de ligas camponesas. O Prontuário do “Partido Comunista Brasileiro” organizado pelo DOPS, no Estado de São Paulo, foi documentado com os “Estatutos da Liga Camponesa (Projeto de Estatuto)”. SECRETARIA SINDICAL, 23 de janeiro de 1946. Prontuário 2431, 14º volume – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. DEOPS/SP, DAESP.

²⁶ Sobre a legislação sindical e a orientação do PCB para as lutas no campo, Maria Isabel Lemes Faleiros afirma que “Apesar da Consolidação das Leis Trabalhistas promulgada dois anos antes, de acordo com o Decreto 5452, beneficiá-los. A legislação sindical complementar [Decreto-Lei n. 7038 de 10 de novembro de 1944 e Portaria n. 44 de 19 de março de 1945, conforme informa a nota da própria autora] permitia aos proprietários e arrendatários se organizarem separadamente dos trabalhadores com ‘subordinação remunerada’, enquanto os pequenos produtores – parceiros, arrendatários e pequenos proprietários – eram contemplados com uma regulamentação especial de 1945 que os excluía dos sindicatos dos trabalhadores rurais colocando-os sob associações de caráter técnico-econômico” (FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. Orientador: Jose Cesar Aprilanti Gnaccarini. 1989. 243 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989. p. 112-113).

²⁷ Cf. RANGEL, M. S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. Orientador: Durval Muniz Albuquerque Junior, . 2000. 372 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Referências esparsas sobre as experiências de organização das “ligas camponesas” no interior do Estado

privilegiado essas práticas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais apenas no Nordeste brasileiro, nas décadas de 1950-1960, talvez pela visibilidade política que aqueles movimentos tenham conquistado e ignorar os movimentos sociais do campo, no interior paulista. A obra de Edgar Carone parece fundar essa perspectiva historiográfica:

Outra problemática, que surge tardiamente no processo brasileiro, é a que resulta da maior consciência de classe, e que se traduz também no conflito pela posse da terra: é a dos que trabalham contra os que a possuem. Os primeiros movimentos são os das Ligas Camponesas no Nordeste, que surgem na década de 1950²⁸.

O processo histórico de ocultação de experiências sociais dos trabalhadores rurais e camponeses, nos seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, tem sido utilizado na composição do saber histórico hegemônico. Talvez, o levante de trabalhadores de 1949, os demais movimentos sociais contra relações de trabalho de exploração e de luta pela terra, que ocorreram no período das décadas de 1940 e 1950,

de São Paulo, Cf. FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. Orientador: Jose Cesar Aprilanti Gnaccarini. 1989. 243 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989; MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Orientador: Maria de Nazare Baudel Wanderley. 1995. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1995. Sobre as ligas camponesas no Brasil, Cf. AUED, B. W. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e ligas camponesas, 1955-64**. Florianópolis: UFSC, 1986. AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

²⁸ CARONE, E. **A Quarta República (1945-1964): documentos**. São Paulo: Difel, 1980. p. 300

sejam as “causas perdidas no passado poderiam ser ganhas no presente”, parafraseando E. P. Thompson²⁹, uma vez que no presente tem ocorrido na região próxima a Fernandópolis diversas ocupações de terras, acampamentos e assentamentos, organizados pelos trabalhadores rurais sem terra.

A memória dividida³⁰ de alguns sujeitos entrevistados se limitou em afirmar que o levante comunista de 1949 ao medo, provocou na cidade, a “ameaça comunista” ou que não se recordam do fato. A partir dessa perspectiva, o movimento dos trabalhadores, em 1949, é caracterizado como algo que não aconteceu ou reduzido à tentativa de “invasão” da cidade por comunistas. As disputas políticas em torno de quais memórias e histórias devem ser narradas e lembradas marcam as histórias da cidade e, nesse embate, a correlação de forças parece ter ganhado pelas classes dominantes e dirigentes da cidade. Todavia, não tem sido suficiente para silenciar memórias dissidentes sobre o presente e o passado dos trabalhadores e os seus movimentos sociais.

As tensões em torno das memórias e histórias narradas mobilizaram os trabalhadores na luta para afirmar memórias e histórias de classe. Percebe-se o quanto é relevante para a mobilização e organização da classe a celebração de uma memória de classe, com marcos históricos próprios, datas e eventos. Um ano após o movimento de trabalhadores de 1949 em Fernandópolis, foi organizada uma festa em Populina, de onde os trabalhadores saíram para o movimento em direção a Fernandópolis, na noite de 23 para 24 de junho de 1949. Com o título reportagem “Aniversário

²⁹ Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** - A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1

³⁰ Cf. PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

da luta em Fernandópolis”, o periódico do PCB *Voz Operária* noticiou que no “sertão de Fernandópolis”, os trabalhadores se mobilizaram contra a exploração dos latifundiários:

No dia 23 de junho [de 1950], comemorado o aniversário do **levante**, os camponeses realizaram um ‘terço’ e um grande baile, em que compareceram mais de 350 pessoas. Falaram ao povo o líder camponês Zé Cearense e o vereador de Prestes, Mario Longo, que alegria [...]. Mario Longo – Votuporanga, 28 de junho de 1950³¹.

Mario Longo, autor do comunicado publicado na imprensa pecebista, vereador e trabalhador residente em Votuporanga naquele período, cidade localizada a pouco mais de 30 quilômetros de Fernandópolis, foi processado por participar como “vereador de Prestes” no “II Congresso das Municipalidades” em Ribeirão Preto, ocorrido em junho de 1949³². Não apenas para Mario Longo, que participou do evento comemorativo em Populina, mas certamente para muitos dos seus companheiros, o movimento ocorrido em Fernandópolis em 1949 se tratava de um levante e se constituía como um marco da luta dos trabalhadores na região, um momento em que os trabalhadores compartilharam sonhos e projetos para suas vidas. Para Mario Longo, a celebração se constituía no espaço de sociabilidade, de “alegria”, além de solidariedade e luta.

A questão relevante é o fato de que em 1950 parecia significativo celebrar a luta de trabalhadores por seus direitos e na luta pela terra. Entretanto, alguma coisa se perdeu nesse processo histórico, que, dialeticamente, relaciona presente e passado, e as lutas dos trabalhadores daquele período parece

³¹ VOZ OPERÁRIA, n. 61, 22/07/1950, p. 10 (Grifo nosso).

³² Prontuário 76.273 – Mario Longo. DEOPS/SP, DAESP.

não compor as tradições e memórias dos trabalhadores no presente.

Referências

ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 25/26. p. 27-54, jul./dez. 2001; jan./jun.2002.

AUED, B. W. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e ligas camponesas, 1955-64.** Florianópolis: UFSC, 1986.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, E. R. **As ligas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BARRIGUELLI, J. C. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956).** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1981. v. 2.

BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50).** 1993. 180. f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

BRUSANTIN, B. M. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945).** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CARONE, E. A **Quarta República (1945-1964)**: documentos. São Paulo: Difel, 1980.

CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. 1980. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1980.

COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. *In*: PESSOTA, A. J. *et al.* **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. 243 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989.

FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. 243 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. *In*: FENELON, D. R. *et al.* **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, E. J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

HOBBSAWM, E. J; RUDÉ, G. **Capitão Swing**: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. *In*: ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. *In*: FENELON, D. R. *et al.* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1995.

MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil. *In*: STÉDILE, J. P. (Org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOREIRA, V. J. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel, PR: Edunioeste, 2012.

PESSOTA, A. J. *et al.* **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 10-16

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

RANGEL, M. S. **Medo da morte e esperança de vida**: uma história das ligas camponesas. 2000. 372 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

REIS, N. **Tensões sociais no campo**: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste. 1990. 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 2

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** - A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, V. L. **Cooptação e resistência**: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950. 1989. 283 f. Tese (Mestrado História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WELCH, C. A.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Uma breve biografia dos autores

Carlos Carvalho Cavalheiro – licenciado em História pela Universidade de Sorocaba (Uniso) e em Pedagogia pela Universidade COC (UniCoc). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, campus Sorocaba) e Doutorando em Comunicação e Cultura (Uniso). Historiador registrado no ME sob nº 317/SP. Professor de História da Rede Pública Municipal de Porto Feliz (SP).

Fabiana Ribeiro de Andrade Junqueira – Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2024). Possui Graduação (2011) e Mestrado (2014) em História pela Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP. É autora do livro: “Caipiras, uni-vos! uma breve história da classe operária em Piracicaba no século XX” (2021) e coautora da obra “Colecionando Memórias - 20 anos do Centro Cultural Martha Watts” (2023).

José Claudinei Lombardi (Zezo) – Graduado em Ciências Sociais pela Unicamp. Mestre em Sociologia Rural pela USP / ESALQ. Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Livre Docente em História da Educação pela Unicamp. Professor Titular do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Unicamp. Coordenador executivo do grupo de pesquisa Histedbr.

João Geraldo Lopes Gonçalves – conhecido como Janjão, tem 62 anos. É servidor aposentado, escritor, poeta e compositor. Filiou-se no PT em 1980 e foi assessor sindical e parlamentar nos anos 90 e século XXI. Participou do primeiro governo de esquerda da cidade de Limeira.

José Machado – economista formado pela USP. Pós-Graduado em Economia pela UNICAMP. Foi Deputado Estadual (1987-88), Prefeito de Piracicaba (1989-92 e 2001-04), Deputado Federal (1995-2000). Foi Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (2005-09) e Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente (2010).

Marcos Paulo da Silva – professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ). Jornalista graduado e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Desenvolveu estágio de pós-doutorado como pesquisador visitante na Michigan State University (Estados Unidos).

Rodrigo Sarruge Molina – paulista de origem, é historiador e professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde atua no Programa de Pós-graduação em Educação. Leciona no curso de História e Pedagogia desenvolvendo pesquisas sobre o ensino de história e a história da educação. Realizou pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), doutorado e mestrado na área de Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pela Coordena-

ção de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi pesquisador no Departamento de História da Universidade de Turim (Itália).

Vagner José Moreira – doutor em História Social pela UFU, com pós-doutorado em História Social do Trabalho pela Unicamp. Professor associado na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, vinculado ao Laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais. Além de autor de diversos capítulos de livros e artigos em revistas, publicou os livros “O levante comunista de 1949” (Edunioeste, em 2012), “História oral e reforma agrária” (Edições Verona, em 2019), “Os imperativos do agronegócio” (Paco Editorial, em 2023) e organizou a obra “Trabalhadores e sindicalismo na ThyssenKrupp no Brasil” (CRV, em 2018).

Esperamos que essa obra faça sentido para a reorganização das esquerdas diante do renascimento de movimentos fascistas e nazistas em comunhão com o ultraliberalismo e o neoconservadorismo. Nesta segunda década do século XXI, o desafio de luta e resistência para as correntes de esquerda é gigantesca e esperamos que essa coletânea colabore com algumas reflexões.

Fabiana R de A Junqueira

Rodrigo Sarruge Molina